



Universidade Federal de Goiás  
Regional Catalão  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**JUSSARA MARTINS RODRIGUES**

**DA AUSÊNCIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO  
DAS PRAÇAS CENTRAIS DE ITUMBIARA (GO).**

CATALÃO (GO)

2018

---

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico:     Dissertação     Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

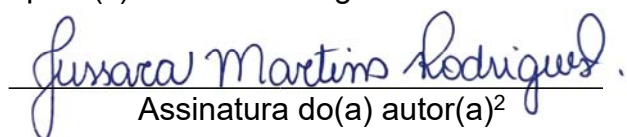
Nome completo do autor: **JUSSARA MARTINS RODRIGUES**

Título do trabalho: **Da Ausência de Preservação do Patrimônio Histórico das Praças Centrais de Itumbiara (GO)**

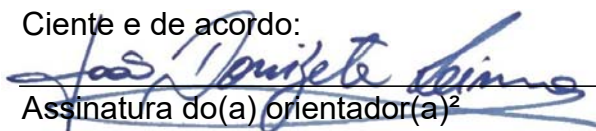
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

  
Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Data: 07 / 08 / 2018

---

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.

**JUSSARA MARTINS RODRIGUES**

**DA AUSÊNCIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DAS PRAÇAS  
CENTRAIS DE ITUMBIARA (GO).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: **Geografia e Ordenamento do Território**

Linha de Pesquisa: **Estudos Ambientais**

Orientador: Prof. Dr. **João Donizete Lima**

CATALÃO (GO)

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Rodrigues, Jussara Martins Rodrigues  
DA AUSÊNCIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO  
DAS PRAÇAS CENTRAIS DE ITUMBIARA (GO) [manuscrito] /  
Jussara Martins Rodrigues Rodrigues. - 2018.  
10, 101 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. João Donizete Lima Lima.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Catalão, 2018.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, lista de figuras.

1. Praças. 2. Interação. 3. Espaço. 4. Preservação. 5. Tempo. I. Lima, João Donizete Lima, orient. II. Título.

CDU 911



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
REGIONAL CATALÃO  
UAE - INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Av. Lamartine P. Avelar, 1.120, Setor Universitário - Catalão (GO) CEP - 75704-020  
Fone/fax: (54) 3441-5331. E-mail: mestratgeografia@gmail.com



## ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE

### Jussara Martins Rodrigues

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito (29/03/2018), às 14h (quatorze horas), na Sala de Aula do Mestrado em Geografia, Regional Catalão/UFG, teve lugar a 139ª Sessão Pública de Julgamento da Dissertação de Mestrado **Jussara Martins Rodrigues**, matrícula nº 20160974, CPF 845.586.601-20, intitulada "**DA AUSÊNCIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRINÔMIO HISTÓRICO DAS PRAÇAS CENTRAIS DE ITUMBIARA (GO)**". A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº. 005/2018 do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG, pelos Professores Dr. João Donizete Lima (Orientador) CPF nº 546.857.296-68, Dr. Valdivino Borges de Lima (Membro Externo) CPF nº 135.091.521-15, Dr. Paulo Henrique Kingma Orlando (Membro Interno) CPF nº 669.087.876-72,. Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo a mestranda respondido satisfatoriamente. Às 16 horas e 05 minutos a Banca Examinadora passou ao julgamento, em Sessão Secreta, tendo a mestranda obtido os seguintes resultados:

Prof. Dr. João Donizete Lima – Ass. João Donizete Lima

Aprovado (X) Reprovado ( )

Prof. Dr. Valdivino Borges de Lima – Ass. Valdivino Borges de Lima

Aprovado (X) Reprovado ( )

Prof. Dr. Paulo Henrique Kingma Orlando - Ass. P. H. Kingma Orlando

Aprovado (X) Reprovado ( )

Obs:

Aceitar sugestões e recomendações da banca do orientador.

Presidente da Banca – Prof. Dr. João Donizete Lima - Ass. João Donizete Lima

Resultado final: APROVADA (X) REPROVADA ( )

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora, Mestrando examinado e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG.

Assinatura do Mestrando: Jussara Martins Rodrigues

Secretária do PPGGC-RC/UFG Priscila Querino de Lima

Priscila Querino de Lima  
Secretária do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia - Regional Catalão/UFG

Obs: O(a) aluno(a) deverá encaminhar, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da Defesa Pública, os exemplares definitivos da Dissertação, para arquivamento e devidos encaminhamentos, conforme as normas definidas pelo PPGGC-RC/UFG.

## DEDICATÓRIA

*Dedico este a toda população de Stumbiara (GO),  
que lhes desperte na alma o amor por seu lugar e  
assim, assenhorem-se deste lugar que lhes pertence.*

## AGRADECIMENTOS

No momento em que finalizo esta etapa é cabível agradecer àqueles que se fizeram importantes para que o caminho fosse, senão menos árduo, ao menos suportável.

Minha família que mesmo sem entender minhas opções de estudo fez o que pode para me apoiar da forma que lhes foi possível. Minha mãe, minha sogra; cuidando como puderam dos meus filhos para que eu pudesse trilhar este caminho, e que caminho.

Em especial gostaria de agradecer a duas pessoas: Luiz Felipe Martins Prado, que mesmo com sua pouca idade considero como uma companhia para a vida, uma alma que compreende minhas buscas e angústias. Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ângela Márcia de Souza que sempre me incentiva a prosseguir seja para onde for.

Daqueles que comigo convivem ninguém merece mais minha gratidão que meu companheiro Alex Fabiano da Silva a quem eu devo tanto pelo companheirismo, o apoio nos piores momentos, o suporte incondicional, a abnegação sem precedentes. Nunca serei suficientemente grata a tudo que fez por mim. A você Alex e aos nossos filhos peço perdão, por ter me furtado a acompanhá-los nestes anos em nome de uma busca que nos trouxe tantas perdas financeiras e sofrimento.

Agradeço sobremaneira ao meu orientador Prof. Dr. João Donizete uma pessoa maravilhosa que por obra e providência Divinas foi colocado em meu caminho para me acompanhar nesta árdua batalha. Sem o apoio deste grande homem e de sua família, sua esposa Ádria, grande amiga; suas filhas sempre tão doces para comigo; eu nunca teria acreditado que esta jornada fosse possível.

Agradeço os professores Dr. Valdivino Borges de Lima e Dr. Paulo Henrique Kingma Orlando pela disposição em ler e colaborar com seu conhecimento para o meu crescimento com palavras firmes, mas doces.

Agradeço a Universidade Federal de Goiás, através do Programa de Pós Graduação em Geografia da Regional Catalão que me possibilitou fazer um curso de mestrado em uma instituição pública e de qualidade.

Enfim agradeço a Deus que, sabedor das minhas limitações, me desviou das piores escolhas que eu tencionava fazer e colocou em meu caminho apenas estas pessoas cheias de luz, sabedoria, de conhecimento. Pessoas que entendem que o sucesso e o saber são amplamente multiplicados quando compartilhados.

Obrigada.

Tantas decepções eu já vivi  
Aquela foi de longe a mais cruel  
Um silêncio profundo e declarei  
Só não desonre o meu nome  
Eu sei que não me ouvi até o fim  
Injustamente julga por prazer  
Cuidado quando for falar de mim  
E não desonre o meu nome  
Será que eu já posso enlouquecer  
O devo apenas sorrir  
Não sei mais o que tenho que fazer  
Pra você admitir  
Que você me adora, que acha foda,  
Não espere eu ir embora pra perceber  
Que você me adora, que me acha foda  
Não espere eu ir embora pra perceber  
Perceba que não tem como saber  
São só os seus palpites na sua mão  
Sou mais do que seu olho pode ver  
Então não desonre o meu nome  
Não importa se não sou o que você quer  
Não é culpa minha sua projeção  
Aceito a apatia se vier  
Mas não desonre o meu nome  
Jota Quest/ Pilly

## RESUMO

A expansão comercial tem se revelado na atualidade uma forma de ocupação predatória para o ser humano, na qual a realidade urbana se reestrutura em uma nova problemática espacial. Desta feita, esta análise se pauta pela avaliação da conjuntura bilateral: vazio/ocupado nas cidades voltadas para a latente modernização do interior de Goiás. Isso pois que ao avaliar a definição de ocupação destes espaços e a contraposição desta com a definição de centro urbano, permite a compreensão do valor dado a ocupação nas cidades do interior de Goiás e o que esta ocupação representa para a população e sua cultura. Tal análise busca compreender a lógica das ocupações das praças centrais da cidade de Itumbiara (GO) e, neste contexto, busca a compreensão das relações sociais nas pequenas cidades em contraponto com os centros urbanos estabelecendo a percepção de lugar e buscando a leitura segundo o referencial distanciado de paradigmas engessados do espaço/ lugar em busca de uma percepção mais ampla da interação entre o ser humano e o meio no qual ele está inserido.

**Palavras-chave:** Praças. Interação. Espaço. Preservação. Tempo.

## **ABSTRACT**

Commercial expansion has now become a form of predatory occupation for humans, in which urban reality restructures itself in a new space problematic. This analysis is based on the evaluation of the double situation: empty / occupied in the cities facing the latent modernization of the interior of Goiás. Therefore, when assessing the definition of occupancy of these spaces and the contrast of this with the definition of urban center, allows the understanding of the value given to occupation in the cities of the interior of Goiás and what this occupation represents for the population and this culture. This analysis seeks to understand the logic of the occupations of the central squares of the city of Itumbiara (GO) and, in this context, seeks the understanding of social relations in small cities in counterpoint with the urban centers establishing the perception of place and seeking the reading according to the distanced referential of embedded paradigms of space / place in search of a wider perception of the interaction between the human being and the environment in which he is inserted.

**Keywords:** Squares. Interaction. Space. Preservation. Time.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> – Triângulo Centro Histórico de Itumbiara (GO)	12
<b>Figura 02</b> – O Dualismo entre Geografia física e Humana, segundo uma caricatura de Grot publicada por Capel H. y Urtega L. (1992), Las Nuevas Geografías.	28
<b>Figura 03</b> – Loc. do Mun. de Itumbiara (GO) e sua em relação ao Estado de Goiás e ao Brasil.	33
<b>Figura 04</b> – Praça da República Itumbiara (GO)	34
<b>Figura 05</b> – Fonte da Praça da República Itumbiara (GO)	34
<b>Figura 06</b> – Praça São Sebastião Itumbiara (GO)	35
<b>Figura 07</b> – Praça da Bandeira Itumbiara (GO)	35
<b>Figura 08</b> – Resposta de Criança 09 anos acerca da pergunta: O que é uma praça? Nota-se que a mesma já não percebe a praça como lugar de lazer, pois falta brinquedos.	40
<b>Figura 09</b> – Resp. de Criança 04 a. acerca da pergunta: O que é uma praça?	41
<b>Figura 10</b> – Resp. de Adolescente 13 a. acerca da pergunta: Como você vê a Praça da República de Itumbiara (GO) hoje (2016)	41
<b>Figura 11</b> – Res. de Criança 09 a. acerca da pergunta: O que é uma praça?	42
<b>Figura 12</b> – População Urbana X Rural Brasil.	50
<b>Figura 13</b> – Piazza della Santissima Annunziata – Firenze – Itália	54
<b>Figura 14</b> – Place Dauphine — Paris – França	54
<b>Figura 15</b> – Vista do Paço Imperial 1893 Rio de Janeiro – Brasil	55
<b>Figura 16</b> – Refrescos no Largo do Palácio Rio de Janeiro – Brasil	56
<b>Figura 17</b> – Mapa dos Bairros de São Paulo (SP)	58
<b>Figura 18</b> – Vista aérea da reforma da Praça da República de Itumbiara (GO)	64
<b>Figura 19</b> - Fluxo das principais bandeiras (Séculos XVII e XVIII)	68
<b>Figura 20</b> – Mapa pictórico da Cidade de Goiás (GO).	70
<b>Figura 21</b> – Senhores da Praça Central de Itumbiara (GO)	79
<b>Figura 22</b> – Catedral de St <sup>a</sup> Rita de Cássia em Itumbiara (GO).	82
<b>Figura 23</b> – Barraquinhas em homenagem a St <sup>a</sup> Rita, que anualmente ocorrem em Itb.(GO)	83
<b>Figura 24</b> – Espaço Público e Cidadania	86
<b>Figura 25</b> – Praça da República Itumbiara (GO)	94
<b>Figura 26</b> – Praça da República Itumbiara (GO)	96
<b>Figura 27</b> – Vista aérea da Praça da República de Itumbiara (GO) finalizada	98
<b>Figura 28</b> – Rest. Empreendida pela pesq.em frag. em pedra portuguesa	101
<b>Figura 29</b> – Detalhe do entorno da Praça da Rep. De Itb(GO) em pedra portuguesa	102
<b>Figura 30</b> – Vista lat. Dir. da Praça da Rep. De Itb (GO) 2017	104

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	4
LISTA DE FIGURAS.....	9
1 INTRODUÇÃO.....	11
1 Contextualização e Fundamentação Teórica .....	14
1.1 Conservação da Biodiversidade: A Temática Ambiental em Debate .....	15
1.2 Sociedade e Meio Ambiente: O Imbricado Discurso da Preservação.....	17
1.3 A Geografia e sua Leitura Plural .....	23
1.4 O Conceito Reflexivo Na Geografia: Aproximações e Distanciamentos .....	26
1.5 Procedimentos Metodológicos.....	29
1.5.1 Pesquisa teórica.....	29
1.5.2 Pesquisa documental .....	30
1.5.3 Pesquisa de Campo .....	31
1.6 Características e Localização da Área De Pesquisa.....	32
2 A DICOTOMIA HOMEM/LUGAR .....	37
2.1 O lugar e sua prospecção de pertencimento. ....	37
2.1 Cidades e a Sociedade que as Ocupa .....	43
3 DEBATE NO ÂMBITO INTERDISCIPLINAR .....	46
3.1 A Leitura de Lugar.....	48
3.2 Referencial: Exercício Cotidiano do Distanciamento .....	49
3.3 Leitura Qualitativa: Impacto Ambiental – Sociológico .....	52
3.4 Impacto Social em Médio e Longo Prazo .....	55
3.5 Reflexões: Identificando Possibilidades.....	61
4 OS GRANJEADORES DO DEBATE – O LUGAR NESTE CONTEXTO.....	65
4.1 A Lógica de Ocupação do Sul de Goiás.....	67
4.2 Itumbiara e a Replicação do Modelo de Ocupação do Espaço.....	73
4.3 A Lógica do Assenhoreamento do Lugar.....	77

4.4 A questão do Lugar Enquanto Propriedade Pública .....	80
4.4.1 ESPAÇO PÚBLICO PARA QUEM? .....	80
4.4.2 ESPAÇO PÚBLICO PARA QUÊ?.....	84
4.5 A Preservação Ambiental no Lugar Público .....	87
4.6 Pertencimento, Ambiente e sua relação com a Cultura.....	93
4.7 Desconstrução do Lugar nas Praças de Itumbiara-GO.....	96
4.8 Reconstrução do Lugar nas Praças de Itumbiara-Go .....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	106

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo da Geografia de um país, estado ou município nos apresenta nuances que a maioria das pessoas sequer percebem ou passam por elas sem nunca as notarem. No Brasil, em específico no interior do país, é comum a substituição do antigo, pelo novo, moderno, avançado tornou-se quase que um mote para os legisladores, estejam eles em que nível for. Ao propor o estudo “Da Ausência de Preservação do Patrimônio Histórico das Praças Centrais de Itumbiara (GO)”, visando alcançar os meios e caminhos para preservar um patrimônio histórico, que estava e está sendo vilipendiado por gestores que não possuem uma equipe de assessores competentes e conhecedores da realidade de seu ambiente de gestão administrativa, tem levado muitos administradores a destruir o patrimônio histórico, por acreditar que histórico e tudo aquilo que tem mais de um século de existência..

No estudo da Geografia e em especial da Geografia física ou na Geografia como um todo, conforme afirma Santos (2006) – nada é estanque, e aqui são oferecidas novas percepções que propõem uma nova volta na roda do conhecimento através de um olhar desprovido da armadura ou da imobilidade busca-se contribuir para o efetivo debate.

Entende-se que muitas são as justificativas para a execução desse tipo de trabalho e a primeira delas é a necessidade da crítica à definição do que seja preservação ambiental pautada apenas na fauna e na flora. Existem lacunas a serem exploradas neste contexto que clamam por leituras mais amplas do impacto ambiental, leituras estas que seguramente levarão a elaboração da perspectiva de que uma alteração ambiental na cidade contempla aspectos de maior amplitude. O meio ambiente não se estagna em plantas e animais como é de senso comum, sua abrangência – no que tange à elaborada e intrincada acepção social – contempla os desdobramentos advindos de sua preservação, desenvolvimento ou extirpação. Em segundo lugar há que se refletir sobre qual o valor da ciência quando esta não pode ser questionada. Ao nos depararmos com uma afirmação é ela pressuposto inerente da verdade? Qual o referencial que orienta esta observação? A observação pode ser efetuada de um novo referencial? São muitos os questionamentos que a noção de lugar suscita neste contexto. Em terceiro lugar está a necessidade da construção do pensamento sobre estes lugares e sua relação com a dinâmica da cidade a fim de viabilizar tais estudos para que os equívocos ocorridos até o momento possam ser reavaliados e pela sociedade e não mais reproduzidos.

Este resgate da reflexão sobre o ambiente, a cultura e a sociedade vem de encontro a necessidade de humanização das cidades no contexto atual, contudo – e por isso – a pesquisa é



Já que a realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político, devemos propor um outro modo de ver a realidade, oposto a esse trabalho secular de purificação, fundado em dois polos distintos. No mundo de hoje, é frequentemente impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras dos homens e indicar onde termina o puramente técnico e onde começa o puramente social. (Santos, Milton, 2004)

Seguindo os demais campos da avaliação segundo os quais o diálogo entre a Geografia e as demais ciências se dá em grau muito mais amplo e elevado que no simplismo da estratificação das definições puristas. Desta forma este é um projeto de alto grau de reflexão acerca da complexibilidade do lugar e sua função, de forma que ao empreendermos a leitura da inserção no conhecimento geográfico faz-se necessário intercambiar Claval (2007), Santos Filho (1995), Santos (2006), Tuan (1980), Carlos (1996) e Foucault(1984)<sup>1</sup> com a vivência subjetiva da poesia dos espaços presentes na pintura e na literatura, para além da análise puramente material, haja vista que subsiste nestas edificações muito do imaterial que elabora o sentido de pertencimento que os mesmos carregam.

Essa dissertação, buscou no levantamento bibliográfico estabelecer um arcabouço teórico que contribua para o conhecimento, reflexão e releitura das interpretações latentes acerca do espaço estudado. Embora a limitação da leitura subjetiva não calcada na pesquisa quantitativa se configure um processo doloroso é mister que o mesmo se construa em bases que busquem refletir acerca da postura destes autores adotando novos referenciais para tal.

Entendemos que a qualidade destes autores pressupõe uma postura de “fazer” a reflexão e, por isso, a leitura dos mesmos de forma desvinculada do ideário tradicional das “caixas de conhecimento acadêmico” tem a necessidade de responder importantes questões tais como quais as funções das praças na expansão citadina; qual a relação meio ambiente/ sociedade e se esta constitui simbiose ou discrepância; além de quais as possibilidades de confluência dos aspectos ambientais – sociais e culturais no processo de preservação do espaço enquanto fator imprescindível para a humanização da cidade?

Tais indagações são desafios frente a uma pesquisa quantitativa, isto posto, uma vez que a elaboração da observação do objeto ocorre nas intrincadas relações de ocupação e vivência dos mesmos e não na quantificação de dados elencadas em questionários. O que impulsiona a pesquisa é a observação que se justifica pela necessidade de observar aquilo que o indivíduo não diz, mas que não escapa de suas ações cotidianas.

---

<sup>1</sup> O desenvolvimento de tais teorias dar-se-á ao longo dos capítulos elencados em gradação ascendente.

Partindo desse pressuposto, a nossa busca consiste em iluminar uma problemática lançada por Foucault sobre as diferenças de projetos entre as ciências sociais e naturais, que aqui são relacionadas tanto entre ambas quanto entre ambas e outras linhas de saberes. Asseguramos, entretanto, que tal viés não busca assenhorar-se daquilo que é a leitura geográfica e alterá-la; longe disso pretende-se aqui ampliar os aspectos de percepção levando o leitor a desnudar novas percepções acerca do lugar, do espaço e das relações entre estes e a formação tanto ambiental quanto cultural do ser humano – dando ênfase a uma leitura já existente; como em Carlos (2007); sob um diferente referencial a ser adotado.

A dissertação, foi estruturada em capítulos. Onde o Primeiro Capítulo centra na contextualização e fundamentação teórica da pesquisa; no qual a busca é pela definição acerca do que sejam os conceitos a serem trabalhados e explicita-se a metodologia utilizada para o levantamento dos dados. O Segundo Capítulo busca traçar o paralelo entre a questão ambiental e seu impacto social para abrir o debate sobre a necessidade da sustentabilidade cultural que permeia os diálogos entre estas três vertentes sobre a perspectiva do lugar.

Desta forma a Conclusão é de que procuraremos aqui uma reflexão sobre a cidade e sua dinâmica partindo da preservação ambiental como pano de fundo para a elaboração de uma crítica a sustentabilidade cultural, expressão um tanto quanto alheia aos ouvidos mais puristas, mas que constitui um universo multifacetado no âmbito da também multifacetada elaboração das cidades.

## **1 Contextualização e Fundamentação Teórica**

A fundamentação teórica de qualquer pesquisa científica, habilita aos futuros leitores compreender como o trabalho, pesquisa, artigo, relatório foi realizado e quais são suas fundamentações e em quais outros pesquisadores, estudiosos ou pessoas de notório saber o mesmo foi fundamentado. Essa dissertação teve como foco compreender o espaço público, não somente como ambiente de relações sociais cotidianas, mas também a sua relação com a prática vivida e a compreensão do lugar de vivência dessas pessoas.

A realidade de toda é qualquer pesquisa obriga ao pesquisador antes de mais nada, a tentar se tornar neutro em relação ao seu objeto de estudo, mas nem sempre isso é possível em decorrência de nossas emoções. Mesmo assim estudiosos ao quais tivemos acesso, nos

orientaram a observar, compreender e intervir, através dos meios legais e corretos visando atingir nossos objetivos.

### **1.1 Conservação da Biodiversidade: A Temática Ambiental em Debate**

A biodiversidade é conceito empreendido para definir a soma de toda a variabilidade biológica desde os genes até os ecossistemas sendo então esta diversidade expressa em diversos níveis de organização biológica.

Quando se fala na biodiversidade o que regularmente vem à mente consiste na preservação do meio ambiente voltando-se para a fauna e flora de determinados locais. Usualmente a temática ambiental é debatida dentro da temática biológica como corpo estranho às demais linhas do pensamento, consistindo em ações de preservação do meio ambiente que culminam na plantação de árvores, investimento em aquecimento solar e captação de água.

Entretanto a contestação acerca da biodiversidade é muito mais amplo e engloba inúmeros desdobramentos no cotidiano. Fragmentações empreendidas nos ecossistemas naturais, devido ao crescente quadro de ocupação dos espaços, tem como saldo perdas substanciais de recursos que afetam – sobremaneira – serviços que os ambientes naturais desempenhavam quando de sua formação original. Daí a preocupação latente com a preservação da biodiversidade em especial no contexto das cidades como uma necessidade humana, haja visto que a preservação do próprio ser humano se encontra comprometida quando da destruição ambiental uma vez que o mesmo faz parte desta cadeia; o que pressupõe a sustentabilidade da biodiversidade global a sustentabilidade da própria vida individual.

Debater a temática ambiental na atualidade está no auge, mas a variedade de discursos faz com que a preservação seja campo amplo que discussões fomentadas, no Brasil principalmente, pela enormidade do território e na diversidade de ambientes. Assim a predisposição aqui é pelo discurso científico, no qual a avaliação dos diversos nichos da biodiversidade se sobrepõem constantemente na formação do ecossistema global.

A preservação é então o mote da biodiversidade, pela preservação há a manutenção do que já existe e a predisposição a ampliar o leque de fauna e flora no espaço preservado. O patrimônio natural é então chamariz para outras espécies que multiplicam o conceito da sustentabilidade disseminando a prática de preservação o que a extrapola dos espaços

protegidos das reservas e situa a mesma nas cidades em unidades de conservação disseminadas nas cidades.

O estabelecimento de unidades de conservação - públicas ou privadas - tem sido uma das principais estratégias para a conservação da natureza e manutenção da biodiversidade. A conservação *in situ* é reconhecidamente o método mais eficaz para se manter a complexa estrutura dos ecossistemas e a dinâmica das interações entre as espécies e, em consequência, a continuidade dos processos evolutivos que originam a biodiversidade (Santos Filho, 1995).

Surge então a leitura da pesquisa acerca da biodiversidade como sendo parte de um sistema social no qual a democracia constitui fator preponderante para a preservação ambiental quando a mesma nos traz que a biodiversidade deverá, em longo prazo, constituir-se de sistema social democrático com objetivos flexíveis, mas princípios estáveis. (Magnusson e vários autores. 2013 p. 32).

Entende-se que o debate acerca da biodiversidade considera que nas democracias, a lida com demandas concorrentes, relega a preservação a um plano muito aquém daquele que ela deveria representar nas prioridades governamentais.

As intervenções nos sistemas protegidos são a base para o direcionamento da preservação evitando sua deterioração e estabelecendo ações de recuperação para áreas em degradação ou já degradadas. Este é o desafio na atualidade: como estabelecer a preservação ambiental, a manutenção da biodiversidade, em sistemas urbanos alterados sobremaneira e constantemente que não consideram o impacto de suas modificações no tênue contexto da vida que engloba não apenas a fauna e a flora, mas todo o grupamento de vida no qual o próprio homem se inclui? Esta complexa questão é formulada há anos e sua resposta ainda é uma incógnita no contexto da preservação, uma vez que a delimitação dos impactos ambientais acarreta desdobramentos inimagináveis em curto, médio e longo prazo o que aumenta a incapacidade humana de mitigar este impacto no meio ambiente. Neste interim a percepção da ética sobre as relações humanas e o ambiente constrói aqui o pressuposto de que é nesta pauta; da aceção ética da convivência em equilíbrio – que reside a necessidade de compreender a preservação do patrimônio histórico como pressuposto inerente à integração dos mais diversos seres vivos e seus meandros intelectuais, físicos, sociais para a vivência e sobrevivência nas cidades; este ambiente vivo no impactamos e pelo qual somos impactados segundo Boff, 2000<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> In Carta da Terra CARTA DA TERRA, 1992, disponível em: < <http://www.mma.gov.br/informma/item/8071-carta-da-terra>> Acesso em: 8 dez. 2017.

“Ela (a ética) nasce de uma visão ampla e holística, de sabermos que não estamos sozinhos, que não usamos sozinhos a biosfera, que a humanidade é parte de um vasto universo; a Terra é viva, é Gaia, é um imenso organismo vivo” [...] “Desde as bactérias até o homem existe o mesmo código genético”. (Boff. 2000).

Sendo a interação parte gritante do meio ambiente, sua preservação é então, segundo Boff(2000) não apenas uma necessidade, mas um imperativo quando são avaliados os impactos desencadeados pela sua não observância; impactos estes que atingem a humanidade nos mais diferentes níveis.

## **1.2 Sociedade e Meio Ambiente: O Imbricado Discurso da Preservação**

Na definição de sociedade que se volta para a acepção do substantivo feminino temos a reunião de homens<sup>3</sup> e/ou animais que vivem em grupos organizados; corpo social. Conjunto de membros de uma coletividade subordinados às mesmas leis ou preceitos. Cada um dos diversos períodos corresponde à evolução da espécie humana: sociedade primitiva, feudal, capitalista. União de várias pessoas que acatam um estatuto ou regulamento comum: sociedade cultural; na definição do dicionário. Mas a noção que aqui se debate sobre sociedade consiste não apenas na definição etimológica de uma palavra, mas em uma percepção que engloba o sentido de sociedade como uma organização em constante processo de modificação, uma vez que os membros que a constituem influenciam de forma individual sua acepção coletiva.

Berger, Berger, Kellner, (1974) ao avaliar que a sociedade pode ser compreendida entre vários recortes de tempo, salientam que a sociedade moderna – tal como a conhecemos hoje – trouxe uma série de transformações positivas para a existência humana e estas transformações não ocorreram apenas no campo material: transporte, medicina; mas também no imaterial como é o caso da liberdade individual tão celebrada no contexto democrático aplicado nas sociedades que ampliou o direito individual à crítica do próprio sistema.

Esta sociedade orgânica é expressa em Foucault (1984) como uma sociedade moderna que se volta para a contenção daquilo que é inerente ao homem, seus impulsos e suas vontades, levando os padrões civilizados a serem fatores de contenção das emoções.

---

<sup>3</sup> O emprego da palavra “homem” na acepção da palavra como “espécie humana”, respeitando-se a elaboração gramatical.

Nesta acepção a sociedade atual pressupõe ideias “corretas” daquilo que seja sua função de ocupação espacial e esta ocupação deixa de ser inerente e espontânea para ser controlada e sistematizada em nome do equilíbrio que o contrato social nos impõe quando da vivência em sociedade. Esta organização, ou esta sociedade organizada corporiza a noção de progresso, de tal modo a sociedade que progride é aquela que responde de forma consoante as normatizações, o que reflete uma definição antitética entre sociedade e comunidade, sendo a primeira considerada uma definição pautada na frieza material e a segunda uma proposta resgatada das relações imateriais inerentes ao homem que se volta para a noção de subjetividade, imaterialidade sedimentada por relações mais emocionais e de engajamento moral.

Igualmente, temos na atualidade duas imagens de organização sendo disseminadas: a sociedade organizada e a comunidade. Sob o aspecto da vivência ambas constituem uma antítese na compreensão dos grupos em organização, pois enquanto a sociedade avalia, julga e pune com aparatos de contenção (Foucault 1984) a comunidade tem relacionamentos mais elásticos e noções de interação mais voltados para a organização de grupos nos quais a proximidade se dá pelo fato de as ideias e valores serem congêneres, o que facilita a convivência e mitiga as necessidades de punição e cerceamento.

Assim os espaços sociais na sociedade e nas comunidades possuem valores diferentes. A percepção do espaço na sociedade é a delimitação matemática daquilo que pode ser mensurado, monetarizado, transformado. Nesta ótica a transmutação do espaço prima pela volatilidade no constante construir reconstruir que deve priorizar o fluxo, de pessoas, mercadorias, valores materiais. A sociedade organizada precisa de limites bem delineados e sistematizados para que tudo funcione como uma sequência de ações pré-estabelecidas nas quais os resultados já estão previstos e podem ser controlados. A este controle estão ligadas as relações de exploração nas cidades, sutis e travestidas do conceito moderno da liberdade de escolha, as relações de controle são historicamente presentes nas noções de cidade/ sociedade como forma de distribuição de poder. Singer (1977) apud Sposito (1994)

“A constituição da cidade é ao mesmo tempo uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção. Ambos os aspectos do fato urbano são analiticamente separáveis, mas, na realidade, soem ser intrinsecamente interligados. A cidade, antes de mais nada, concentra gente num ponto do espaço. Parte desta gente é constituída por soldados, que representam ponderável potência militar face à população rural esparsamente distribuída pelo território. Além de poder reunir maior número de combatentes, a cidade aumenta sua eficiência profissionalizando-os. Deste modo, a cidade proporciona à classe dominante a possibilidade de ampliar territorialmente seu domínio, até encontrar pela frente um poder armado equivalente, isto é, a esfera de dominação de outra cidade. Assim, a cidade é o modo de organização

espacial que permite à classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar, não diretamente consumido por ele, em poder militar e este em dominação política”.

A comunidade – ou sua definição – busca desmontar esta relação instaurando relações simbióticas entre os grupos e no interior de seu próprio grupo. Contrapondo-se a noção orgânica de sociedade a visão mecânica da comunidade explicitada em Durkheim (1960) nos leva a intuir relações mais humanizadas neste processo em detrimento daquelas estabelecidas na sociedade, uma vez que a comunidade pressupõe a troca material e imaterial mais ampla entre os membros do grupo e a relação de exploração é constantemente atenuada pela busca das relações de troca.

Nesta congregação a paridade tanto dos insumos, quanto dos recursos produzidos é enaltecida e transcende o produto material para contemplar o imaterial e também os espaços de uso. Na comunidade o espaço configura-se para além de sua ótica estratificada e compreende a noção de lugar enquanto veio de pertencimento. Se na sociedade o espaço é medido por aquilo que vale enquanto moeda, de troca, de produção; na comunidade a noção de lugar é mais importante pela necessidade de identificação entre quem vive e onde vive. Esta percepção dá ao homem um trato diferenciado ao lugar que passa não apenas a pertencer às pessoas, mas a fazer parte delas.

Desta forma a construção deste pertencimento extrapola a mensuração e a objetividade e constrói uma elaboração mais subjetiva que constrói uma relação dicotômica entre o homem e o lugar, de forma que ambos constituem-se unos e pertencentes um ao outro. Tendo esta percepção sido construída na leitura geográfica de Santos, com a visão avaliativa da sociedade e do homem por Foucault e o estudo da sociedade como organismo vivo – coletivo e individual – nasce uma percepção de que terra/homem são sistemas imbricados que ao mesmo tempo em que se pertencem como conjunto são responsáveis também pela construção da identidade de cada um.

Nesta elaboração o homem não é mais apenas o “Severino” ele pertence à “serra da Costela” que também a ele pertence, estando inclusive explicitada em seu corpo magro de retirante com “as costelas à mostra”.

Como então dizer quem fala  
ora a Vossas Senhorias?  
Vejamos: é o Severino  
da Maria do Zacarias,  
lá da serra da Costela,  
limites da Paraíba.  
Mas isso ainda diz pouco:  
se ao menos mais cinco havia

com nome de Severino  
 filhos de tantas Marias  
 mulheres de outros tantos,  
 já finados, Zacarias,  
 vivendo na mesma serra  
 magra e ossuda em que eu vivia.  
 Morte e vida Severina – J. C. de M. Neto (1994 p. 4)

À comunidade é dada então a noção do pertencer que transforma o espaço em lugar no qual a humanização ocorre em cada local que esta comunidade se enraíza fazendo com que a leitura entre lugar e pessoa se constitua uma troca subjetiva que instaura a noção de que o homem pertence a terra mais ainda que a terra pertença ao homem.

A criação literária que retrata a cidade tem em sua descrição a descrição do próprio ser humano que ali habita.

Goiás, minha cidade...  
 Eu sou aquela amorosa  
 de tuas ruas estreitas,  
 curtas,  
 indecisas,  
 entrando,  
 saindo  
 umas das outras.  
 Eu sou aquela menina feia da ponte da Lapa.  
 Eu sou Aninha.[...]  
 Cora Coralina (1965 p.48)

Na simbiótica vi são do lugar e as pessoas que eles habitam tanto a rua quanto a “menina feia da ponte”; assim como o lugar que ela representa desenhado em suas características mais íntimas; se debruçam pelas janelas e fazem a conversa cochichada que por vezes é realmente conversa e por vezes é apenas a interação subjetiva da rua com o tráfego e suas particularidades. A menina é tão pobre e suja quanto sua rua; ela tem uma vida tão dura que luta diuturnamente para romper entre as pedras da cidade.

Eu vivo nas tuas igrejas  
 e sobrados  
 e telhados  
 e paredes.  
 Eu sou aquele teu velho muro  
 verde de avenças  
 onde se debruça  
 um antigo jasmineiro,  
 cheiroso  
 na ruinha pobre e suja.  
 Eu sou estas casas  
 encostadas  
 cochichando umas com as outras.  
 Eu sou a ramada

dessas árvores,  
 sem nome e sem valia,  
 sem flores e sem frutos,  
 de que gostam  
 a gente cansada e os pássaros vadios.  
 Cora Coralina (1965 p.48)

E é assim que este nascer/ renascer encontra eco e suporte no ambiente no qual se desenvolve sendo tanto o morador quanto o lugar no qual ele vive bravo, renitente e indomável mesmo que cortado, maltratado e pisado; pois a pessoa muda o lugar assim como o lugar imprime na pessoa suas mais incisivas características.

Eu sou o caule  
 dessas trepadeiras sem classe,  
 nascidas na frincha das pedras:  
 Bravias.  
 Renitentes.  
 Indomáveis.  
 Cortadas.  
 Maltratadas.  
 Pisadas.  
 E renascendo.  
 Eu sou a dureza desses morros,  
 revestidos,  
 enflorados,  
 lascados e machado,  
 lanhados, lacerados.  
 Queimados pelo fogo.  
 Pastados.  
 Calcinados  
 e renascidos.  
 Minha vida,  
 meus sentidos,  
 minha estética,  
 todas as vibrações  
 de minha sensibilidade de mulher,  
 têm, aqui, suas raízes.  
 Eu sou a menina feia  
 da ponte da Lapa.  
 Eu sou Aninha.  
 Cora Coralina (1965 p.48)

A preservação ambiental é então lida aqui como uma busca mais ampla da qual não pode ser excluída a própria preservação humana. Mas no que concerne este estudo ambiental voltado para o humano?

Quando nos deparamos com a afirmação de que a cultura é a soma dos comportamentos (Claval 1999 p. 5 a 24) nos damos conta de que a preservação cultural está imbricada na preservação ambiental; pois é fator sedimentado na cultura de uma gente, de um povo, de um grupo o território que este povo ocupa, é este povo que transforma a paisagem e a constitui

lugar para si e para os seus a partir da relação estabelecida entre o ser e o estar. Neste contexto é ainda de Claval a explanação de que:

A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestam. Não é portanto um conjunto fechado de técnicas e de comportamentos. O contato entre povos de diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem uma fonte de enriquecimento mútuo. [...] Isto se traduz por organizações visíveis das paisagens cuja análise a geografia cultural se esforça em assegurar. (Claval 1999 p. 5 - 24)

Sob esta luz a leitura da geografia e seu aspecto cultural é aqui efetuada em consonância com a preservação do ambiente habitado da cidade. Alterar estes ambientes – ambientes nos quais as praças em questão se incluem; constitui alteração sistemática da fauna e da flora que causarão impacto direto e incisivo na população que utiliza, habita e gravita no entorno das mesmas. Nenhuma modificação no meio ambiente deixa o ser humano impune seja em qual prazo for; mas o que mais impacta na alteração do meio ambiente é que – por várias e várias vezes – o quesito “preservação” nos é apresentado como algo simples. Que basta que fechemos uma torneira, ou nos furtemos a não jogar um papel no chão, que utilizemos o outro lado da folha de papel. Preservação ambiental constitui uma linha tênue entre aquilo que somos hoje e a nossa perspectiva de existência enquanto humanidade. Não apenas no que tange ao aspecto físico, mas a nossa capacidade de coexistir. A percepção de preservação ambiental que deve ser veiculada nas escolas deve ser estratificada longe da superficialidade. Nela faz-se mister trabalhar a noção de coexistência sob a ótica de que a alteração – por mais imperceptível que seja – altera sobremaneira nossa relação com o espaço ocupado e isso acaba por alterar nossas vidas, principalmente no contexto das cidades.

Desamparo, medo insegurança, violência levam a várias modificações no comportamento do ser humano em relação ao ambiente por ele ocupado, mas destas ações a mais peculiar e que mais ressalta a fragilidade nesta relação ser humano/ espaço é a anomia; na qual o indivíduo alienado de sua verve espacial se vê estranho ao seu grupo social não se reconhecendo no espaço por ele habitado.

Laços de afetividade e de prazer reúnem indivíduos em torno da dança, da música, do esporte, bem como resgata cumplicidades de vizinhança e da aldeia. (Duvignaud, 1995, p. 186-7). Mas para que estes movimentos ocorram é imprescindível não apenas um espaço que os abarque, mas um lugar que os fomente, sob a insígnia do pertencimento e no qual estas

manifestações, ali dotadas de sentido e valor imaterial, não apenas se reproduzam, mas se multipliquem no intuito da valoração do pertencer ao lugar e a sí próprio através de sua cultura.

### 1.3 A Geografia e sua Leitura Plural

A resposta através da vista, para o mundo, é diferente, em vários aspectos importantes, da resposta através dos outros sentidos. Por exemplo, ver é “objetivo”; ver – como diz o ditado – é crer, mas tendemos a desconfiar da informação obtida através dos ouvidos; é um “boato” ou “rumor”. Ver não envolve profundamente as nossas emoções. Podemos ver, através da janela de um ônibus com ar condicionado, que a favela é feia e indesejável, mas o quão ela é indesejável atinge-nos com pungente força somente quando abrimos a janela e recebemos uma lufada dos esgotos pestilentos<sup>4</sup>. Uma pessoa que simplesmente “vê” é um espectador, um observador, alguém que não está envolvido com a cena. O mundo percebido através dos olhos é mais abstrato do que o conhecido por nós através dos outros sentidos. Os olhos exploram o campo visual e dele abstraem alguns objetos, pontos de interesse, perspectivas. Mas o gosto do limão, a textura de uma pele quente, e o som do farfalhar das folhas nos atingem como sensações. O campo visual é muito maior que o campo dos outros sentidos. Os objetos distantes somente podem ser vistos; por isso temos a tendência de considerar os objetos vistos como “distantes” – como não provocando nenhuma resposta emocional forte -, embora possam estar bem próximos de nós. Um ser humano percebe o mundo simultaneamente através de todos os seus sentidos. A informação potencialmente disponível é imensa. (Tuan 1980 p. 12)

No conceito da leitura geográfica como plural a percepção do lugar abarca maiores sentidos e diferentes leituras. Nenhuma percepção do lugar é efetuada de forma isolada como um fragmento isolado segundo o qual a comunicação entre definições e percepções seria uma heresia ao conhecimento geográfico. É no estudo da geografia de todo um país que se estabelecem as relações congruentes ou divergentes entre as diferentes regiões e qual o potencial de replicação que estas relações estabelecem, mas a leitura desta acepção não se elabora sobre a superficialidade da fragmente entre o que é físico, o que é político ou o que é social dentro de um espaço hermeticamente isolado de variáveis oscilantes. Tudo é intercambiável na elaboração do saber compreender e este intercambiar é salutar na avaliação

---

<sup>4</sup> Mau odor. Que exala um mau cheiro muito intenso. (Dicionário Priberam)

do contexto da preservação sócio – ambiental pelo fato simples que toda sociedade é inserida em um ambiente e depende dele para sobreviver.

A preservação social não se exime da preservação ambiental em nenhum momento e esta relação não é nova, ela se estabelece ao longo de toda a formação das cidades. Nossos ancestrais escolhiam suas cavernas pelas facilidades que verificavam para estabelecer ali sua sobrevivência, ou seja, sem árvores, água ou animais para caçar aquele seria um péssimo local. E nesta relação, quando estabelecidos os vínculos com o espaço os mesmos imprimiam ali sua personalidade estabelecendo grupos e transformando este espaço em lugar no qual a identificação daquele grupo poderia ser impressa.

Percebemos o mundo de forma simultânea como coloca Tuan (1980) e esta simultaneidade é uma constante no estudo do lugar. Um cheiro, um sabor, uma árvore, até mesmo o fato de em determinados meses, determinados pássaros habitarem aquele lugar nos remete a identidade que estabelecemos com o mesmo. E, como seres sociais que somos, replicamos a ideia que temos de sociedade transmutando-a para o nosso contexto e impingindo – mesmo nas modificações que acreditamos inovadoras; nossas particularidades de leitura.

Assim nos colocamos como propulsores de uma modernidade ou transformadores de um espaço apenas corroborando uma leitura efetuada daquilo que nos é apresentado como nossa expectativa. Desta forma a modernização de uma cidade é reflexo da modernização de outra que lhe serve de mote e assim sucessivamente. O que se vê na leitura da metrópole replica-se pelos rincões do país travestido de modernidade incipiente, mas a temática de ocupação, transformação, preservação, alienação é a mesma. E ao efetuarmos a leitura do lugar há ainda que refletirmos sobre qual o referencial adotado para a leitura a que nos propomos?

Aquilo que acontece na metrópole lhe é único? O que é a metrópole? Aos olhos de quem ela ocorre?

Na leitura plural da geografia a replicação da concepção de espaço é repetida no Brasil ao longo de toda a perspectiva de ocupação do território brasileiro. Antes a ocupação pela ocupação se dava pela fundação de uma vila que, posteriormente, de acordo com seu desenvolvimento era alçada ao posto de cidade. A esta premissa estão atreladas tanto a cidade como São Paulo (SP) como Itumbiara (GO), ambas nascidas da necessidade de controlar o comércio local, o fluxo de mercadorias.

Desta forma ambas são metrópoles? Segundo o conceito de metrópole, relacionado ao nível de desenvolvimento de uma determinada cidade em sua função na hierarquia urbana, não. Mas a leitura aqui empreendida busca avaliar, neste ponto, qual o referencial adotado para alcançarmos a resposta a esta indagação. Sobre o referencial adotado pelo morador de Itumbiara

(GO), a capital paulista é metrópole, mas se avaliarmos a mesma cidade – São Paulo (SP) – sob o referencial de um morador de determinadas classes sociais de Tókyo ou New York; São Paulo (SP) não passará de uma cidade grande. No que tange a referência a Itumbiara (GO), a mesma não passa de “reles cidadezinha” ao olhar de determinados moradores de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG); cidadezinha sequer imaginada por nova iorquinos ou japoneses; mas esta mesma “cidadezinha” constitui “metrópole” a ser imitada por Panamá (GO), Cachoeira Dourada (GO), Buriti Alegre (GO), ou mesmo Dianópolis (TO), Peixe (TO), Almas (TO) no estado do Tocantins. Onde reside o referencial?

Ora o referencial reside no leitor e em qual a ótica adotada para estabelecer o parâmetro comparativo. Claramente existe o conceito acadêmico de metrópole na geografia com parâmetros territoriais e populacionais, mas o que se estabelece nesta construção da leitura distanciada e subjetiva é aplicar o conceito individual de metrópole segundo o qual, cada espaço quando convertido em lugar adquire o azo de destaque, valorização e metrópole para aqueles que nele habitam.

O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia,  
 Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia  
 Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia,  
 Fernando Pessoa em Alberto Caieiro.

Desta forma a visão de metrópole aqui está condicionada a uma interpretação para além do mensurável, é uma leitura subjetiva amparada no conceito de referencial<sup>5</sup> adotado segundo o qual a definição é pertinente àquele que a possui em determinados e particulares contextos.

Aqui o que se salienta é que a leitura de uma e outra não é excludente. Esta leitura plural nos permite avaliar que a mudança do referencial nos permite avaliar contextos diferentes que se espelham e, mesmo que este espelho não seja límpido, ele nos permite avaliar que mudanças no aspecto ambiental de São Paulo (SP) são reproduzidas no interior de Goiás na alusão a uma busca pela “modernidade”, “desenvolvimento” da metrópole que o itumbiarenses tem como referência e que, posteriormente servirá de reflexo para mudanças empreendidas nas cidades próximas de Itumbiara (GO) que a tem como referencial de “metrópole”<sup>6</sup>.

Por isso escrevo em meio

<sup>5</sup> Um referencial é o corpo ou lugar a partir do qual as observações de fenômenos diversos são feitas. Ao mudar o referencial, a percepção dos fenômenos também muda. O referencial pode ser entendido como o ponto de vista de um observador colocado em determinado lugar no espaço. – Conceito de Cinemática.

<sup>6</sup> Aqui o conceito de metrópole tange a percepção de lugar desenvolvido, com comércio salutar; ou na acepção do dicionário online de Português: Cidade principal de um país, de um estado, de uma região; cidade grande. Dicionário Priberam.

Do que não está ao pé,  
 Livre do meu enleio,  
 Sério do que não é,  
 Sentir, sinta quem lê!  
 (Fernando Pessoa in Cancioneiro. 2002 p. 49)

Na construção desta leitura plural o espaço/ lugar se configura como uma leitura científica, objetiva, mensurável; sob todos os aspectos materiais. Mas é neste espaço/ lugar que se estabelecem as modificações das sistemáticas imateriais sob as quais se estabelecem as relações de poder que podem ser medidas nas sutilezas da alteração da praça, da rua, da flora e da fauna como meras alterações pontuais que, no entanto, além de alterarem sobremaneira o lugar para a população imprimem uma alteração subjetiva e fina que apenas quando acumulada eclode em toda profusão de suas informações.

#### **1.4 O Conceito Reflexivo Na Geografia: Aproximações e Distanciamentos**

Na elaboração da leitura do espaço estudado são necessárias aproximações do que se pretende estudar e o distanciamento para compreender aquilo que o espaço representa nas diferentes esferas do uso e vivência entre este espaço e as pessoas dele usufruem.

Para compreender a preferência ambiental de uma pessoa, necessitaríamos examinar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e os arredores físicos. No nível de atitudes e preferências de grupo, é necessário conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto de seu ambiente físico. Em nenhum dos casos é possível distinguir nitidamente entre os fatores culturais e o papel do meio ambiente físico. Os conceitos “cultura” e “meio ambiente” se superpõem do mesmo modo que os conceitos “homem” e “natureza”. (Tuan 1980 p. 40)

Na leitura da Geografia do lugar Tuan nos brinda com sua percepção de aproximação entre aquilo que se lê e aquilo que se pretende ler, pois sua elaboração natural do meio ambiente passa pela necessidade pessoal deste ambiente. Sua história cultural se mescla com seu conceito de lugar que é determinado por este ser de forma subjetiva, não notadamente objetiva – a princípio.

Nesta noção de aproximação e distanciamento a leitura tende a ser elaborada mais uma vez pelo referencial que se adota ao realiza-la. Pessoas nativas e não nativas de determinados locais tendem a ser seletivas em suas leituras de acordo com sua percepção subjetiva,

conhecimento de mundo e referencial adotado. Quando esta leitura ocorre é clara a predisposição a elaborar quadros mentais que estejam em acórdão com o contexto no qual o leitor do lugar esteja inserido. Uma pessoa em férias terá percepções diferentes de uma pessoa que mora no lugar, dele depende e nele interage cotidianamente. Isto ocorre pelo fato de que a leitura do nativo do lugar tem suas bases na percepção de uso e pertencimento sob o qual ele constrói a perspectiva de delimitação. Neste interim a proposta de leitura ambiental é suscetível a eventos externos que passam despercebidos àqueles que não tem a percepção imaterial do lugar como pressuposto de lugar próprio.

O visitante e o nativo focalizam aspectos bem diferentes do meio ambiente. Em uma sociedade tradicional estável, os visitantes e as pessoas de passagem constituem uma minoria da população total; suas visões do meio ambiente não têm, talvez, muita importância.

Em nossa sociedade de alta mobilidade, as impressões fugazes das pessoas que estão de passagem não podem ser negligenciadas, Em geral, podemos dizer que somente o visitante (e especialmente o turista) tem um ponto de vista; sua percepção frequentemente se reduz a usar os seus olhos para compor quadros. Ao contrário, o nativo tem uma atitude complexa derivada da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente. O ponto de vista do visitante, por ser simples, é facilmente enunciado. A confrontação com a novidade, também pode levá-lo a manifestar-se, por outro lado, a atitude complexa do nativo somente pode ser expressa com dificuldade e indiretamente através do comportamento, da tradição local, conhecimento e mito. (Tuan 1980 p. 73)

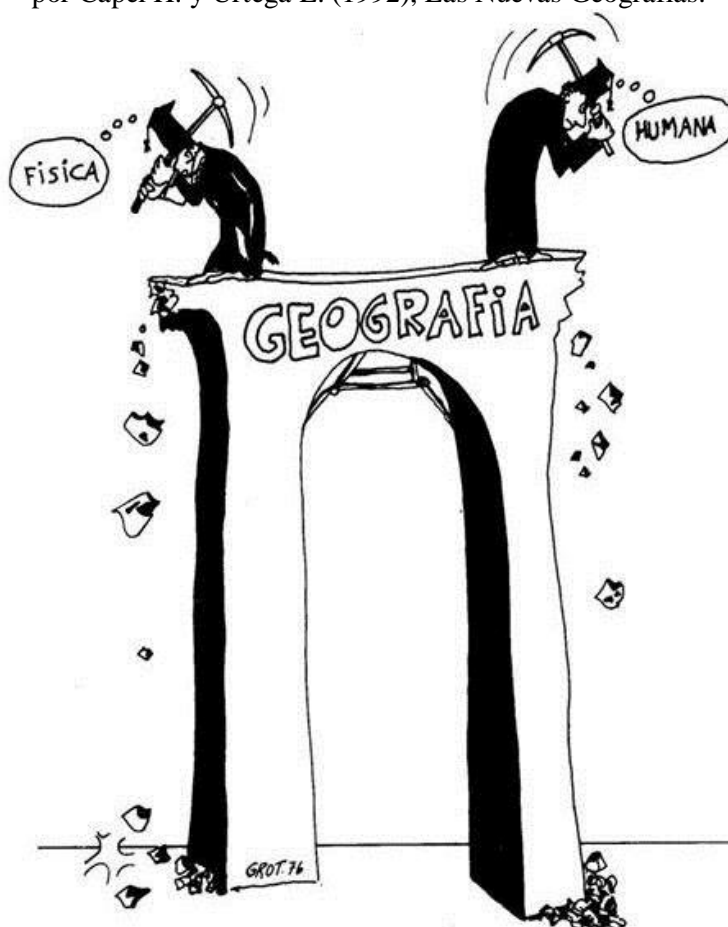
A complexidade da leitura plural ocorre justamente na necessidade de aproximação que a mesma necessita a fim de compreender as peculiaridades que cada lugar carrega de seus indivíduos a fim de estabelecer a relação que este mesmo lugar imprime aos indivíduos. Esta percepção não é verdadeiramente explicitada em palavras, pois é no conjunto de ações do ser no lugar que a verdadeira relação se estabelece. Quando a usabilidade de um lugar precisa ser mensurada a necessidade de aproximação é a primeira ação na pesquisa e ocorre ao identificarmos, escolhermos e visitarmos este lugar. Esta aproximação tida como científica e em nome desta cientificidade é efetuada subjetivamente, uma vez que a pesquisa se volta para aquele objeto com o qual o pesquisador entende/ sente uma relação de afinidade/ repulsa – sentimentos propulsores da pesquisa acerca do porquê. Na geografia, área na qual a confluência de leituras encontra complementaridade e complexidade tão amplas esta relação é regida pela leitura efetuada em vários níveis até o atingimento de sua plenitude que culmina na pesquisa em si.

Nesta avaliação o estudo ambiental é complemento da geografia humana e vice versa, pois a elaboração desta aproximação somente pode ser compreendida quando, identificada a

questão do estudo, nos distanciamos desta questão e adotamos referenciais diferentes sobre a mesma indagação a fim de nos permitirmos a mesma pergunta de diferentes ângulos, que nos brindará nunca com as mesmas respostas, mas com uma leitura múltipla que nos permitirá entender o quanto da compreensão do todo reside em cada parte do questionamento pesquisado. É nesta teia de leitura que a aproximação congrega as ideias, mas reside nesta mesma teia a necessidade do distanciamento para ser permitida a constatação daquilo que o outro vê, exercitando assim a sororidade na pesquisa como um todo a fim de que as ideias pré-concebidas não elaborem afirmações herméticas que engessem a leitura.

É salutar que a elaboração de uma leitura geográfica completa transcende a complexidade, pois tanto a geografia física quanto a geografia humana são primordiais para o entendimento do conceito de lugar e sua elaboração como leitura interdisciplinar. Não existe uma sem a outra uma vez que ambas convergem para a avaliação do espaço, do homem e do impacto que ambos se imprimem e imprimem um ao outro.

**Figura 02** – O Dualismo entre Geografia física e Humana, segundo uma caricatura de Grot publicada por Capel H. y Urteaga L. (1992), Las Nuevas Geografías.



Fonte: Capel y Urteaga (1992).

A Geografia Física e Humana converge para o conhecimento do mundo e desta forma uma não alcança a plenitude sem a outra. Na preservação socioambiental a leitura atende ao

mesmo pressuposto: isoladas oferecem apenas uma visão rasa daquilo que na verdade simbolizam, uma interação homem ambiente segundo a qual a sobrevivência de ambos encontra-se interligada sob os mais amplos aspectos possíveis.

Aproximar-se do ambiente para compreendê-lo e posteriormente distanciar-se do mesmo para indagar acerca de suas complexidades consiste na forma de elaboração do texto mais amíúde, no qual a percepção ocorre de forma mais objetiva e limpa.

## **1.5 Procedimentos Metodológicos**

A metodologia da pesquisa é o conjunto dos procedimentos empregados para que a identificação dos problemas seja efetuada e, posteriormente elabore-se a proposição das hipóteses.

Este caminho é percorrido com base em procedimentos e técnicas que devem ser seguidos a fim de elaborar uma pesquisa fundamentada e sólida. Desta forma a identificação do paradigma que direciona o estudo e as etapas que tal estudo devem cumprir aliadas a descrição do contexto e dos impactos que este imprime aos participantes tem o intuito de propiciar credibilidade ao resultado alcançado e potencialidade às hipóteses construídas.

Assim para construir a pesquisa e atingir os objetivos serão realizadas:

- a. pesquisa teórica;
- b. pesquisa documental;
- c. pesquisa de campo.

Tais técnicas serão desenvolvidas em momentos distintos. Haja vista que a coleta de dados da praça principal em sua estrutura sessentenária já ocorreu uma vez que a mesma passa agora por uma desconstrução/reconstrução. Será efetuada a coleta de material em sequência a partir dos objetivos propostos.

### **1.5.1 Pesquisa teórica**

A fim de definir qual o caminho a ser seguido é preciso elaborar uma pesquisa teórica sedimentada em informações pautadas nos estudos que foram elaborados acerca do tema ao longo da construção do pensamento geográfico. Desta forma a pesquisa teórica é importante

para dominar o conteúdo teórico e conceitual acerca do tema, feito isto com a leitura específica voltada para o tipo de análise que se deseja efetuar.

Para a pesquisa teórica o foco de leitura será Gomes (1996) primordialmente; seguido de Sposito (2004) e Bovo (2009) e para além destes servirão de auxílio as publicações acerca das praças constantes em anais, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e Relatórios (IBAMA, IPHAN, PIBIC), além das contribuições de Tuan 1980 e ícones da formação do pensamento geográfico tais como Santos (2006), Carlos, Berger, Capel e vários outros. Mas o que há que ser salientado aqui é a leitura sistemática seguida da abordagem definida pela pesquisa qualitativa que nos aproxima destes e mais vários autores do meio geográfico para, posteriormente, dentro deste arcabouço teórico buscar a segurança da informação pertinente a geográfica física e humana; e reconhecer quanto desta temática se embrenha na formação do conhecimento em áreas tidas como tão diversas a esta, sobretudo a literatura; área na qual a percepção do lugar na construção do indivíduo é elaborada pela leitura da geografia como um todo – proposta por Tuan em Topofilia.

A pesquisa teórica transita então pela geografia e pela literatura como meio imaterial da segunda em ler a materialidade da primeira e assim buscar alcançar a compreensão subjetiva que o lugar imprime às pessoas.

É nesta proposta que estarão Cora Coralina, Fernando Pessoa, Carlos Drummond de Andrade; com fragmentos da percepção emaranhados nas leituras do lugar que podem ser compreendidas nas obras gerais da literatura brasileira como formas de leitura subjetiva do espaço/ lugar como forma de construção do caráter humano no meio ambiente.

### **1.5.2 Pesquisa documental**

Nesta parte da pesquisa ocorre a busca pelas informações, documentações ou qualquer outro registro escrito, fotografado ou de qualquer outra natureza que se apresente a fim de que os mesmos sejam utilizados como fonte de conhecimento e, posteriormente como fonte comparativa entre o inicial e o atual do espaço em questão. A pesquisa documental é semelhante à bibliográfica, entretanto à documental agregam-se materiais que transitam entre publicações, entrevistas e obras de arte, fotografias e pinturas que podem servir como mote comparativo entre os diferentes momentos pelos quais o espaço passou. Aplicam-se ainda a percepção e

leitura diferenciada destas duas pesquisas haja vista que a pesquisa de cunho documental revela ainda uma leitura mais subjetiva que a pesquisa bibliográfica.

Tais informações coletadas nesta fase terão o intuito de caracterizar o Centro Histórico de Itumbiara (GO) e estabelecer a relação das praças com a delimitação do mesmo. Os dados a serem levantados provém do acervo histórico do Museu da Cidade de Itumbiara (GO), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – Agência Itumbiara (GO) e da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Itumbiara (GO), além do acervo pessoal.

### **1.5.3 Pesquisa de Campo**

A base empírica do trabalho aqui proposto postula-se pela pesquisa das três praças do centro histórico da cidade de Itumbiara (GO). Desta forma o que se pretende é efetuar a análise da realidade do espaço compreendido no triângulo central da cidade avaliando os impactos sócio econômicos que a praça imprime a si e seu entorno. Salientando neste processo o caráter cultural que o espaço da praça representa nas cidades interioranas do estado de Goiás; contrapondo tais espaços e sua localidade aos famosos espaços das praças parisienses que serviram de modelo para a formulação destes no interior do Brasil contrapondo também ao contexto no qual foram edificadas e no qual são transformadas.

Agrega-se a esta pesquisa de campo a elaboração do conceito de reforma e restauração com o intuito de mensurar até que ponto estas duas discrepâncias são salutares no processo de preservação do patrimônio histórico e de onde o conceito popular da mesma deriva.

Para que a proposta seja atingida em sua totalidade – afinal o que se propõe é a totalidade do estudo – é preciso efetuar uma análise ampla do centro histórico e seu aspecto geográfico físico: tais como localização e expansionismo. Para tal serão necessárias as pesquisas acerca da contextualização histórica do mesmo e sua instauração; os valores que o mesmo se propõe a preservar; como a preservação destes valores elenca qualidades sustentáveis e até que ponto as mesmas são autossustentáveis e quais os valores agregados quando da sustentabilidade da praça tanto em seu aspecto material quanto imaterial.

Neste contexto o contato com a realidade da pesquisa é essencial e real. No campo da geografia é possível estabelecer nesta pesquisa uma relação direta com o objeto a ser pesquisado a fim de estabelecer uma relação entre a teoria e o espaço real, pois desta forma serão

construídas as observações empíricas pertinentes a pesquisa. Para tal as técnicas serão a observação e coleta de fotos/ projetos e estudos geoespaciais empreendidos no local.

A observação direta será a aplicada ao contexto aqui descrito, salienta-se aqui que não serão aplicadas observações com entrevistas, mas a observação comparativa direta com a contraposição de mapas e fotos além da enumeração pictográfica do entorno e suas modificações efetuada através de oficinas de desenhos nas quais crianças serão convidadas a desenhar a praça delineando assim a ótica do lugar. Este tipo de observação pauta-se na comparação do fluxo de pessoas, no número de lojas e sua distribuição no entorno do espaço estudado; mensurando a ocupação do espaço em diferentes momentos. Tal escolha se dá pelo fato de permitir uma mensuração mais distanciada do objeto atendo-se apenas àquilo que o homem externa nas ações enquanto não se percebe enquanto objeto pesquisado. O que se pretende com este distanciamento é ressaltar o que ocorre e como ocorre na transformação do espaço da praça e como estas transformações afetam a ocupação da praça pelas pessoas até mesmo de forma imperceptível a elas mesmas.

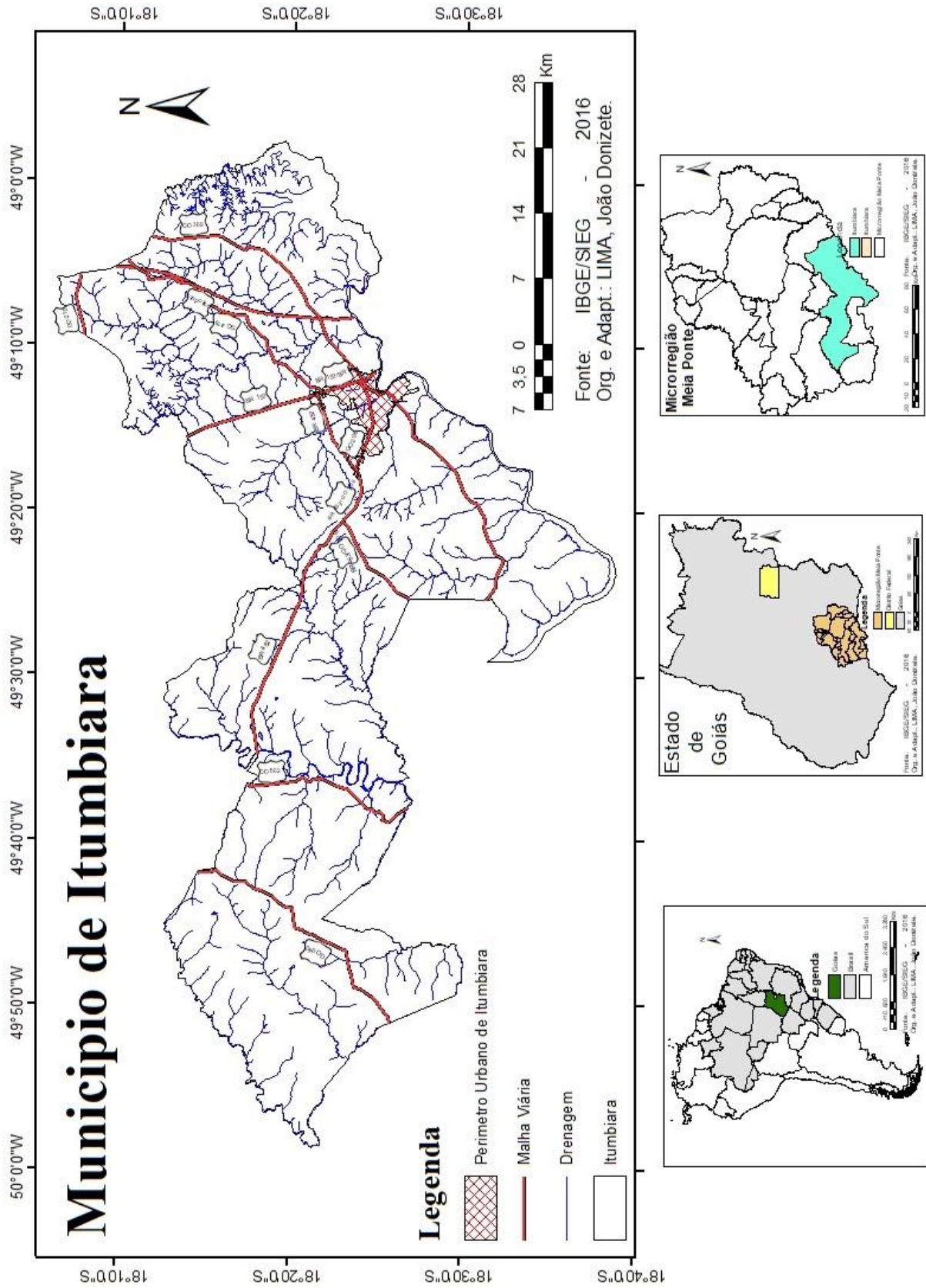
O registro fotográfico efetuado tem o objetivo de estabelecer tal comparação e os desenhos das oficinas buscam elaborar qual o conceito imagético da praça na formação dos cidadãos.

### **1.6 Características e Localização da Área De Pesquisa.**

Com a localização geográfica em foco é que podemos reconhecer a área que será estudada, para o estudo da geografia é imprescindível a delimitação do espaço e o conhecimento acerca de sua localização em um contexto, especialmente quando o espaço em estudo situa-se em uma região muito específica e é vertente de expansão territorial. Nestes casos a localização é fator determinante para a mensuração da importância do estudo e sua amplitude.

Situada no Centro Oeste, estado de Goiás na Mesorregião do Sul Goiano, Microrregião do Meia Ponte; a cidade de Itumbiara (GO) está localizada a 204 Km da capital do estado e 411 km de Brasília a capital federal. Neste contexto a área ocupada entre os perímetros urbano e rural da cidade representam quase 1% do estado no qual está inserida; sendo considerada assim uma das grandes cidades do interior de Goiás travando substancial interação com a região do triângulo mineiro e comportando 2 instituições de Ensino Superior de médio porte.

**Figura 03** – Localização do Município de Itumbiara (GO) e sua em relação ao Estado de Goiás e ao Brasil.



Fonte: IBGE/SIEG – 2016.

As três praças centrais de Itumbiara (GO) – Praça da República (4) (5), Praça São Sebastião (6) e Praça da Bandeira (7) – localizam-se no triângulo do Centro Histórico de Itumbiara (GO) instaurado por determinação do plano diretor datado de 2006 e posto como referência da sustentabilidade cultural da cidade que é considerada o portal de entrada do Estado de Goiás em seu extremo Sul.

**Figura 04** – Praça da República Itumbiara (GO)



**Autor:** RODRIGUES, J. M. – 2016

**Figura 05** – Fonte da Praça da República Itumbiara (GO)



**Autor:** RODRIGUES, J. M. – 2016.

O centro da praça é o local que mais se destaca, pois, a fonte luminosa associada ao som dos boleros e valsas, embalava romances nas décadas de 1940 a 1970, quando começa a surgir outras formas de entretenimento, em detrimento do bucólico, singelo e romântico jeito de ser das cidades do interior do Brasil.

**Figura 06** – Praça São Sebastião Itumbiara (GO)



**Autor:** RODRIGUES, J. M. – 2016.

**Figura 07** – Praça da Bandeira Itumbiara (GO)



**Autor:** RODRIGUES, J. M. – 2016.

Sua história remonta ao século XIX, mas a resolução de distrito ocorre efetivamente em 1852 e a partir de então a sistemática colaboração da cidade para o desenvolvimento da região pode ser efetivamente notada no crescimento do território e na instauração de indústrias no distrito agro-industrial devido ao escoamento da produção viabilizado pelo acesso pela BR 153.

Com a construção das praças temos então três momentos marcantes na história da cidade: quando de sua instauração em 1820 e a edificação da capela de Santa Rita de Cássia no terreno que, posteriormente se tornaria a Praça da República; em 1967 pelo traçado de João Jorge Coury, afamado arquiteto da região responsável pelo traçado da Praça Tubal Vilela em Uberlândia (MG) no Triângulo Mineiro; que tendo estudado as obras de Oscar Niemeyer tem em seu traço grande influência deste ícone da arquitetura moderna.

No decorrer desta expansão surgiram posteriormente as praças da Bandeira e São Sebastião, respectivamente; a última junto ao hospital São Marcos segue a mesma disposição proposta por Coury para a praça central, mas a última resgata os traços do neoclassicismo tendo posteriormente, em 1990; seu traçado original refeito pela reforma que modernizou as luminárias e retirou a iluminação neoclássica originalmente proposta.

O centro histórico que tais praças delimitam compreende o triângulo de expansão territorial da cidade em seu contexto histórico, comercial e social.

As praças estudadas são margeadas pelas vias de fluxo mais intenso da cidade: Rua Benjamin Constant e Rua Paranaíba, ficando o fechamento do mesmo pela rua do comércio central – Rua Santa Rita. Locais nos quais iniciou-se o comércio no século XIX e este se mantém até a atualidade no mesmo contexto, abrindo no século XXI acessos paralelos dentro do mesmo contexto geográfico.

É neste espaço de estudo que se situam também os eventos sociais mais marcantes da cidade que são a procissão de Santa Rita, a Missa de Ramos da Catedral e as comemorações cívicas de 7 de setembro e 12 de Outubro.

A população de Itumbiara (GO) encontra neste espaço o centro financeiro com a presença das agências bancárias e os hospitais da cidade. Desta forma o fluxo intenso dos cidadãos que afluem ao centro histórico tem funções múltiplas e refletem leituras múltiplas aqui buscadas no tergiversar de cada não fala explicitada no uso destes espaços convergidos em lugares para a população de Itumbiara (GO).

## 2 A DICOTOMIA HOMEM/LUGAR

Dicotomia pressupõe a divisão de algo em duas partes complementares e coexistentes; no sentido dicotômico entende-se aquilo que – subdividido, não existe sem o outro. Neste intento, principiar a elaboração do conceito de pertencimento exige a leitura plural, multidisciplinar; do homem e do lugar que o mesmo ocupa – como uma convergência de objetivas e subjetivas ações e sensações pulsantes que não podem ser percebidas de forma isolada.

### 2.1 O lugar e sua prospecção de pertencimento.

Ao atribuímos esta leitura à pesquisa retomamos o precedente de que é na elaboração subjetiva do lugar que o homem se imprime no contexto geográfico, ao mesmo tempo em que o lugar imprime no homem características que lhe são peculiares em uma contravolta na qual ambos, mesmo que se neguem, se complementam.

Em seus estudos SANTOS (1994, p 178) nos apresenta uma percepção acerca do espaço global como um caminhar para a homogeneização do todo; todas as cidades parecem iguais em uma lógica de repetição estética, em uma leitura de caminhos e estratificações sociais que a tudo transforma em um retrato que se repete cidade após cidade, bairro após bairro, praça após praça. Como se a elaboração do espaço fosse apenas um copiar de regras e cálculos de produção, escoamento desta produção e expansão.

Mas é este mesmo autor que observa que é este engessar que floresce nos lugares a necessidade da individualidade, a atribuição de características que lhe sejam peculiares e pertinentes a sua formação de identidade. Neste contexto a identidade do espaço o faz lugar e – desta forma – leva o ser humano a construção do pertencimento. Neste sentido o passado é de importância superlativa, estabelecendo a amálgama desta dicotomia.

À construção desta leitura não se desprende a inobservância de que a formulação do lugar carece de transformações e que não podemos nos arraigar ao “peso paralisante do passado”, outrossim é vívida a concepção de que o futuro advém do passado e não pode negá-lo.

Deste modo a elaboração do pertencimento sobrevive às intervenções modernistas e modernas; mergulhando nas acepções individuais que cada ser humano atribui ao seu lugar de fixação geográfica; haja vista que é pelo lugar que se desenvolvem os conceitos individuais. Cada um traz consigo a marca individual do lugar que habita e é nesta marca que externam-se as ações que vão impactar a coletividade.

Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 1997, p. 15)

Surge na leitura então a controversa premissa de que o mundo globalizado é – em suma – individualizado.

Para compreender esta afirmação é necessária a compreensão de que a ideia de globalizar, sobre o pressuposto de tornar tudo e todos iguais, no modo de vestir, falar, agir; tornar as cidades iguais com seus shopping centers herméticos e abstergidos pode ser uma ação que contemple o físico e mensurável; mas cada pessoa tem suas peculiaridades intangíveis às pressões do meio e que lhe sendo peculiares as tornam individuais. Assim, por mais que a massificação dos espaços reproduza conceitos são as pessoas que imprimem personalidade ao espaço e o alçam ao patamar de lugar.

É nos séculos XVIII e XIX que o planejamento urbano ganhou força e a necessidade de planificação atribuiu às cidades o conceito do público/planejado em contraposição ao privado/pessoal. Neste contexto a formação das cidades planejadas tem impacto na formação dos cidadãos: “espaço técnico e planejado da arquitetura moderna também deverá, da mesma forma que a natureza, influir na formação dos cidadãos” (CARPINTÉRO, 1997, p. 46).

É desta forma que a noção do pertencimento surge como uma busca por estabelecer uma relação intrínseca entre as cidades exaustivamente planejadas e a humanidade pulsante.

Pertencer, vincular, caber, incumbir; são uma necessidade do homem. À luz da psicologia a noção de pertencimento cria laços estreitas relações e dá sentido à vida. Sob a ótica da geografia a validação do pertencimento estabelece a relação da pessoa com o lugar.

Carlos nos convida à leitura da metrópole, entretanto quando se extirpa de seu texto tal palavra o que pode ser lido é aplicável a qualquer cidade fruto do planejamento dos séculos XVIII e XIX

Nesse caso a morfologia socioespacial produz uma identidade marcada pela apropriação e também pela carência em que muitas SAB'S – sociedades amigos de bairro – foram formadas em função desta particularidade, produzindo movimentos reivindicatórios fortes. Ao questionar a propriedade privada da terra que inibe o livre acesso à moradia, esses movimentos reavivam o uso sem reduzi-lo a um simples, consumo do espaço e, nesse sentido, colocam acento nas relações entre as pessoas (indivíduos, grupos, classes) com o lugar seja no que se refere à vizinhança e o imediato, ou com a região mais ampla ou mesmo com todas as dimensões do urbano. Constituem-se a partir de laços de solidariedade tendo na base o reconhecimento do “outro”, constituem uma identidade forjada e criada no plano da vida num determinado lugar da cidade – onde também se revela o sentido do “pertencer a um lugar e a um determinado grupo”. São pequenas lutas para manter algo no espaço urbano que se perdeu e cujo mote reivindicatória tende a ser em torno de um objetivo específico, mas que só podem ocorrer mediante algum laço de solidariedade e identidade. Isto porque o “contato cotidiano evidencia modos de vida, de problemas e perspectivas comuns. (CARLOS, 1994,p. 187).

Se temos na autora a visão acerca da metrópole e a constituição da reprodução do urbano advém da elaboração de planos que produzem e reproduzem as cidades em seus mais variados aspectos, há que pontuarmos que a existências de problemas nas cidades tidas como espelhos – mal acabados ou bem acabados das metrópoles, ocorrerão ressalvadas as proporções.

Os lugares das cidades, como pondera Carlos, são microcosmos de pertencimento nos quais a globalização unilateral não consegue romper os laços de solidariedade.

No contexto das praças estudadas aqui estes laços são forjados pelos grupos sociais, elementos de sedimentação do pertencimento sob os quais a o indivíduo estabelece suas relações. A morfologia sócio espacial identificada por Carlos retrata aqui não a luta pela posse da terra, mas uma luta subjetiva pelo uso do espaço no amplo direito de ir e vir. Se para a autora o processo de construção da identidade ocorre no âmbito da cidade, pois a mesma afirma que “a vida humana se realiza no plano do lugar” (CARLOS 2007, p.61) a elaboração da praça enquanto lugar constitui elemento histórico e social para a elaboração da identidade dos moradores de Itumbiara (GO).

o território é o chão e mais a população [...], o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2001, p. 96).

Neste diálogo entre Santos Carlos e a noção do pertencimento, o que aflui nas praças da pesquisa é a latente busca pela interação entre o desenvolvimento latente e imperioso da globalização e a necessidade pungente de estabelecer entre as pessoas e o lugar o laço de vida

sem o qual se exaure a cognição necessária para que seja estabelecida a identidade individual que impacta no contexto social global de cada lugar.

A dicotomia reside então na simples afirmação que não existe lugar sem humanidade e não existe a noção de humanidade sem lugar. Tal afirmação pode ser percebida na indagação feita a 4 crianças em idades distintas — figuras 8 a 11 — sobre o que é para ela a cidade e como estas crianças desenhariam sua cidade. Nos desenhos dispostos a praça está presente em maior ou menor escala enquanto espaço, mas seu retrato é sempre elaborado com mais pessoas, sendo assim um lugar social no qual a criança percebe relações.

Na praça estão os prazeres, os folguedos, a interação familiar, os amigos. Nada escapa ao olhar da criança que ainda vê a praça como um lugar ao qual aflui na certeza de divertir-se, jubilar-se.

**Figura 08** – Resposta de Criança 09 anos acerca da pergunta: O que é uma praça? Nota-se que a mesma já não percebe a praça como lugar de lazer, pois falta brinquedos.



Fonte: RODRIGUES, J. M. - 2016

**Figura 09** – Resposta de Criança 04 anos acerca da pergunta: O que é uma praça?



Fonte: RODRIGUES, J. M. – 2016

**Figura 10** – Resposta de Adolescente 13 anos acerca da pergunta: Como você vê a Praça da República de Itumbiara (GO) hoje (2016)



Fonte: RODRIGUES, J. M. – 2016

Perceba que na visão da criança a praça é um ambiente bonito, mas nela as crianças não estão presentes, mas apenas adultos. O homem sentado no banco representa o idoso que tem na praça uma opção de lazer e descontração.

**Figura 11** – Resposta de Criança 09 anos acerca da pergunta: O que é uma praça?



**Fonte:** RODRIGUES, J. M. - 2016

Nesse desenho a criança, percebe a praça como um local aprazível e cheio de vida. A nosso ver essa percepção é a ideal para uma criança, pois essa é uma das funções da praça, que é ser sociável e ambientalmente agradável.

Buscando a noção da coexistência outrora neste trabalho proposta, é clara a visão de que a alteração do espaço da praça produzirá uma alteração da leitura das próximas gerações sobre este espaço, assim como a leitura por estas crianças proposta já difere daquela leitura efetuada quando da edificação desta mesma praça. A praça abarca uma série de atividades, entretanto a inexistência da preservação deste espaço da praça declina destas atividades uma vez que não as fomenta. A revitalização pensando na elaboração de um plano que contemple o brincar, o viver, o lúdico, o comercial; visa fomentar as percepções da infância, mas para além disso ainda cria subsídios para a sobrevivência das pessoas do entorno.

Sobre este aspecto a visão da criança sobre a praça constitui nuance mais apurada uma vez que não está embasada na necessidade de utilidade comercial do espaço, para criança a praça está estreitamente ligada ao seu desenvolvimento amplo: ela e sua família; enquanto que para o adulto já inserido no contexto capitalista os valores se voltam para a noção de grupo exógeno: a igreja, o comércio, os bancos, o transporte, etc.

O meio ambiente natural e a visão do mundo estão estreitamente ligadas: a visão do mundo, se não é derivada de uma cultura estranha, necessariamente

é construída dos elementos conspícuos do ambiente social e físico de um povo. Nas sociedades não tecnológica, o ambiente físico é o teto protetor da natureza e sua miríade de conteúdo. Como meio de vida, a visão do mundo reflete os ritmos e as limitações do meio ambiente natural. (TUAN 1980. P 91)

A proteção do patrimônio histórico consiste – para além do chavão – na proteção da vida das pessoas que ali habitam, uma vez que concernente a esta base está a elaboração de suas premissas individuais de formação de caráter<sup>7</sup>.

## 2.1 Cidades e a Sociedade que as Ocupa

Eis o malandro na praça outra vez  
Caminhando na ponta dos pés  
Como quem pisa nos corações  
Que rolaram dos cabarés

Entre deusas e bofetões  
Entre dados e coronéis  
Entre parangolés e patrões  
O malandro anda assim de viés

Deixa balançar a maré  
E a poeira assentar no chão  
Deixa a praça virar um salão  
Que o malandro é o barão da ralé.  
BUARQUE, Chico (1985)<sup>8</sup>

Na elaboração das cidades às praças; concebidas como espaços para a confluência de ações sociais, intelectuais, políticas, econômicas, ambientais e sociais – para além de tantos outros desdobramentos – convergem toda a massa de habitantes. Oscilando numericamente em certas situações a praça eclode em população, em outros desertifica-se, mas há que ser avaliada sua característica principal: congregar toda sorte de pessoas. Nesta função há períodos de afinidade e períodos de estranheza, até mesmo repulsa.

Entretanto à praça toda sorte de caracteres humanos afluem.

A praça é o salão da cidade, no caso dos objetos desta pesquisa, ela é o centro das percepções sociais. É na praça central que o poder da cidade se centraliza – redundância necessária para a compreensão de que o casar na igreja da praça constitui “status”, participar da

<sup>7</sup> Caráter: o que faz com que os entes ou objetos se distingam entre os outros de sua espécie. (Dicionário Priberan)

<sup>8</sup> Composição para A ópera do Malandro de Chico Buarque de Holanda.(1985)

barraquinha da praça central pressupõe inclusão na casta social; mas é preciso se colocar sobre outro referencial para visualizar outros aspectos das mesmas ações. Nem todos que se casam na praça central usufruem do *status quo* das classes sociais mais abastadas, outrossim desfilam neste palco suplícios financeiros para alimentar apenas aquele momento como marco. É como se a praça fosse de todos, mas não para todos. Cada um segue seu horário, obedece a regra velada da segregação dos grupos sociais na cidade. Isto posto é perfeitamente visível na questão do preço aplicado para casamentos na “Igreja da Praça”, quanto mais tarde mais em conta, como se o desfile de chapéus e fraques e pompa e circunstância tivesse que ser visto por todos, mas talvez aquela vestimenta um pouco mais simples e o carro da noiva nacional e não importado devesse ficar relegado a um período para além das 21:00<sup>9</sup> quando o foco na praça já se encontra deslocado para festas particulares, boates e restaurantes às margens do rio Paranaíba.

Os parangolés e os patrões tem a mesma praça, mas ela não é o mesmo lugar para ambos.

A noção de lugar advém da lógica de que o espaço em geografia é condição, meio e produto da reprodução das relações da sociedade. (CARLOS 2011). Nestas e destas relações podemos compreender que a sutil demarcação do espaço e da elaboração deste como lugar dependem das relações desenvolvidas neste contexto. Se para Carlos a leitura da metrópole – objeto de seu estudo – é o referencial para a formulação do conceito de espaço, para o cidadão do interior de Goiás o referencial é a sua cidade que lhe oferece a definição de espaço/ lugar que lhe é particular. Em suma o espaço pode ser replicado em cascata da megalópole para a metrópole e desta para o interior, mas a noção de pertencimento e lugar não se quantifica; ela advém de processos muito sutis de elaboração que em Tuan são externados tanto pela sensação de afinidade quanto pela sensação de repulsa e ambas podem ser aplicáveis ao mesmo espaço dependendo justamente do referencial adotado.

Três poetas americanos importantes, T. S . Eliot, Carl Sandburg e E. E. Cummings, apresentam imagens incompatíveis da cidade. As de Eliot são consistentemente sombrias, às vezes sórdidas. Na cidade de Eliot, fumaça amarela desliza ao longo da rua roçando seu dorso contra as vidraças; homens solitários, em mangas de camisa, se debruçam nas janelas; em terrenos baldios, rajadas de chuva levantam folhas murchas e restos sujos de jornal. Quando a manhã chega, o poeta nos convida a pensar em todas as mãos levantando as cortinas encardidas dos milhares de quartos mobiliados e nas pessoas desesperadas, sentadas na beira da cama, segurando com mãos sujas as plantas amarelas dos pés. Ao contrário, o Chicago de Sandburg está cheio de afirmações desdenhosas. Chicago é barulhenta, corrupta e brutal; tem mulheres e

---

<sup>9</sup> A apuração de valores foi efetuada com a referida igreja sobre o pretexto de ali realizar-se uma cerimônia em dois horários: as 18:00h e as 21:00 para o mês de maio de 2017 pela pesquisadora.

crianças famintas. Mas o poeta diz: “Venha e mostre-me outra . cidade cantando com a cabeça erguida, tão orgulhosa de estar viva e vulgar, e forte e velhaca.” Sandburg descreve a sua metrópole com epítetos fulminantes. Cummings, como Eliot, concentra-se na narrativa detalhada, mas as suas imagens urbanas são mais benevolentes. Um poema canta a primavera na cidade. A primavera faz coisas alegres. Faz aparecer nas calçadas o incauto besouro e a frívola minhoca, o melodioso gato serenar sua fêmea e enche os parques com daninhos cavaleiros proxenetas e com garotas sorridentes, mascando chiclete. <sup>10</sup> (JONES apud TUAM 1980)

Assim a cidade é construída e desconstruída em diversos locais de acordo com a leitura de cada um. A mensuração acadêmica é um parâmetro para a compreensão da cidade, mas não pode engessar esta compreensão ou fazer a promoção de verdades absolutas, cada leitura advém de experiências cruciais do indivíduo e sua opção de avaliação. Olhares diferentes do mesmo espaço produzem sensações de pertencimento ou distanciamento do lugar.

Nenhuma relação social acontece fora de um espaço e de um tempo (CARLOS 2011)<sup>11</sup> é desta forma que a alteração do espaço e a mudança de lugar imprime no indivíduo suas particularidades, construindo e até mesmo desconstruindo sua noção de pertencimento.

A gente vai crescendo  
 Vai crescendo  
 E o tempo passa  
 E nunca esquece a felicidade  
 Que encontrou  
 Sempre eu vou lembrar  
 Do nosso banco lá da praça  
 Foi lá que começou  
 O nosso amor...

A mesma praça, o mesmo banco  
 As mesmas flores, o mesmo jardim  
 Tudo é igual, mas estou triste  
 Porque não tenho você  
 Perto de mim...  
 IMPERIAL, Carlos (1983. A praça)

Desta forma é ímpar a relação homem – lugar – tempo no que tange à percepção do indivíduo, uma vez que as relações por ele estabelecidas com o lugar lhes são particulares, mas o lugar enquanto pressuposto de espaço convertido — embora fomenta sentimentos e aportes pessoais existe para a coletividade, daí as a importância da preservação do lugar ao longo do tempo: o impacto da alteração do lugar é tão abrangente quanto sutil nas relações citadinas.

---

<sup>10</sup> Barclay Jones, "Prolegomena to a Study of the Aesthetic Effect of Cities", *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, 18 (1960), 419-29. In TUAM 1980 p. 58

<sup>11</sup> IDEM nota 09 6:45'

### 3 DEBATE NO ÂMBITO INTERDISCIPLINAR

A leitura interdisciplinar que a geografia propõe e mesmo sua formação enquanto disciplina para a qual congregam as leituras plurais tanto no sentido quantitativo quanto qualitativo da educação, propicia a leitura completa que não se pauta pelo simplismo, outrossim pelo granjear de várias teorias na complementação do estudo do espaço, tempo, lugar e suas valorações amplas.

Corrêa (2003, p.16) coloca que: “como ciência social a geografia tem como objeto de estudo a sociedade que se refere a ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território”. Desta forma a Geografia, ciência social encontra concretude no objeto, na geografia física, mas sua acepção e transformação física é impingida pela formulação humana, uma vez que nas palavras de Carlos (2011) não há espaço sem sociedade e está inexistente sem espaço.

A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico e, revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno (CARLOS, 2007, p. 20).

Estes conflitos do mundo moderno realmente saltam aos olhos nas relações de poder que o capital imprime às cidades, mas suas abrangências são mais sutis quando pensamos nas insidiosas relações de acolhimento e banimento que o lugar aplica às pessoas. Estando cada sujeito situado em um espaço, os conflitos neste espaço são pertinentes a sua sensação de pertencer ou não àquele espaço. Este é o conceito chave de lugar que para Tuan ocorre quando o espaço nos é inteiramente familiar, propício ao pertencimento.

Compreender o lugar e seus desdobramentos sociais, filosóficos, históricos e geográficos para além da pura mensuração matemática requer uma predisposição a ler o impalpável. A percepção do lugar não pode ser medida em metros como a extensão de rios ou a altura de montanhas, ou em números como propõe o capital, tal leitura fica mais explicitada na fala de MARTINS (1996 P. 286) segundo a qual “o espaço é universal, o lugar é particular”, os desenhos anteriormente aqui expostos mostram esta visão particular do espaço pelas crianças. A leitura aqui proposta sobre o referencial segundo o qual a valorização da cidade de

Itumbiara (GO) concernente a valorização proposta por Carlos acerca da metrópole paulistana depende do referencial adotado, idem. Mas despir-se do estático e compreender esta sutileza do lugar é esforço sutil que busca ler nas entrelinhas da literatura a fina exposição daquela percepção que, por vezes, nem o próprio leitor do espaço enquanto seu lugar tem exata dimensão do que seja.

“O lugar é uma pausa no movimento” que para Tuan (2013, p. 169) consiste na compreensão do eu no lugar a despeito de todo movimento frenético que se depreenda do espaço moderno e suas necessidades vertiginosas. É o lugar o encontro do eu com o entorno; afinal:

Alguma coisa acontece no meu coração  
Que só quando cruzo a Ipiranga e Av. São João  
É que quando eu cheguei por aqui eu nada entendi  
Da dura poesia concreta de tuas esquinas  
Da deselegância discreta de tuas meninas (VELOSO, Caetano 1978)<sup>12</sup>

E entender o lugar passa por situações de ímpares nas quais por vezes a pessoa leva um tempo até realmente assenhorar-se do lugar, perfazendo o caminho árduo entre o espaço e sua transformação em lugar pelo assenhoramento.

Quando eu te encarei frente a frente e não vi o meu rosto  
Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto  
É que Narciso acha feio o que não é espelho  
E à mente apavora o que ainda não é mesmo velho  
Nada do que não era antes quando não somos mutantes  
E foste um difícil começo  
Afasto o que não conheço  
E quem vende outro sonho feliz de cidade  
Aprende depressa a chamar-te de realidade  
Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso (VELOSO, Caetano 1978)

O lugar é então mais próximo de nós, nossa leitura e, por vezes muda o conceito de lugar tal como conhecemos para um lugar para o qual almejamos sair esquecer uma vez que aquele que tínhamos como acolhida se torna expulsão de acordo com as vivências do indivíduo.

Quando você foi embora fez-se noite em meu viver  
Forte eu sou, mas não tem jeito  
Hoje eu tenho que chorar  
Minha casa não é minha e nem é meu este lugar  
Estou só e não resisto, muito tenho pra falar

---

<sup>12</sup> Fragmento de Sampa – Música

Solto a voz nas estradas, já não quero parar  
 Meu caminho é de pedra, como posso sonhar  
 Sonho feito de brisa, vento vem terminar  
 Vou fechar o meu pranto, vou querer me matar (BRANT e Nascimento 1967)

Se a percepção física, econômica, ambiental muda no espaço também a afinidade quando não muda o lugar, muda o indivíduo de lugar para que esta relação seja reconstruída em outros espaços de forma isolada ou concomitante.

### 3.1 A Leitura de Lugar

Desde o século XVIII a cidade é vista como objeto propenso a gerar lucro, com a elaboração do conceito capitalista de cidade latente em épocas de pressão pela modernização dos espaços urbanos, o boom populacional e a crescente mecanização de todas as atividades; surge a ideia de preservação de traços culturais e históricos nas cidades. Segundo Kearns e Philo (1993) esta preservação não é fruto da sensibilidade sobre a noção de lugar, mas sim da visão que se estende para as cidades como objetos passível de gerar lucro pelo turismo.

Na elaboração da cidade produto o lugar fica em segundo plano uma vez que seu objetivo é ser comercial. Desta forma o transporte não é política pública para o habitante, mas para o turista, ao primeiro relega-se o que sobrar. Assim como a abertura de vias ou mesmo a restauração de prédios históricos tem sua predileção para aqueles que entram em um processo para despertar o interesse do visitante não para o morador, visto que não são raras as situações nas quais os moradores de determinadas cidades nunca visitaram determinado ponto turístico, ou simplesmente desconhecem sua existência.

Carlos em sua busca pela definição pelo lugar do/ no mundo invoca a percepção de Santos que define o lugar por vários parâmetros e para o qual

“existe uma dupla questão no debate sobre o lugar. O lugar visto “de fora” a partir de sua redefinição, resultado do acontecer histórico e o lugar visto de “dentro”, o que implicaria a necessidade de redefinir seu sentido. Para o Autor o lugar poderia ser definido a partir da densidade técnica (que tipo de técnica esta presente na configuração atual do território), a (densidade informacional (que chega ao lugar tecnicamente estabelecido) a idéia da densidade comunicacional (as pessoas interagindo) e, também em função de uma densidade normativa (o papel das normas em cada lugar como definitório). À esta definição seria preciso acrescentar a dimensão do tempo em cada lugar

que poderia ser visto através do evento no presente e no passado.”<sup>13</sup>(CARLOS 2007 P. 17)

Mas é em Carlos que percebemos que estas visões: fora e dentro intercambiam-se a fim de elaborar o conhecer/ reconhecer próprio da formação do lugar como plano do vivido.

Acredito, no entanto, que podemos acrescentar ao que foi dito pelo professor o fato de que há também a dimensão da história que entra e se realiza na prática cotidiana (estabelecendo um vínculo entre o “de fora” e o “de dentro”), instala-se no plano do vivido e que produziria o conhecido-reconhecido, isto é, é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões. Também significa pensar a história particular de cada lugar se desenvolvendo ou melhor se realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhe são próprios, construídos ao longo da história e o que vem de fora, isto é o que se vai construindo e se impondo como consequência do processo de constituição do mundial. CARLOS 2007, P17)

Desta forma o lugar que a praça simboliza advém do conceito de pertencimento da Antiguidade quando pertencer à cidade era participar dos diversos eventos nos quais as pessoas se reuniam para o debate, festividades ou reuniões diversas. A comunicação entre o que é de fora e o que é de dentro nas praças torna-se claro quando a visão da praça física constitui referendo para a elaboração deste espaço enquanto lugar de ação e reação social.

### **3.2 Referencial: Exercício Cotidiano do Distanciamento**

Referencial ou referencial adotado é uma elaboração da cinemática que busca atribuir um valor, discricional ou quantitativo para um objeto de acordo com o observador tratado como referencial de visão. Tal afirmação advém da percepção de que o tamanho, a velocidade de um objeto depende de qual o ponto de partida da observação. Na leitura da criança as árvores seguem o veículo quando elas estão dentro do veículo na rodovia. Se as mesmas crianças forem colocadas à margem da rodovia quando o referencial passa a ser estático, ou seja, elas estão agora sobre o referencial das árvores, aí é o veículo que se move. Desta forma o objeto está em repouso ou em movimento dependendo do referencial adotado.

---

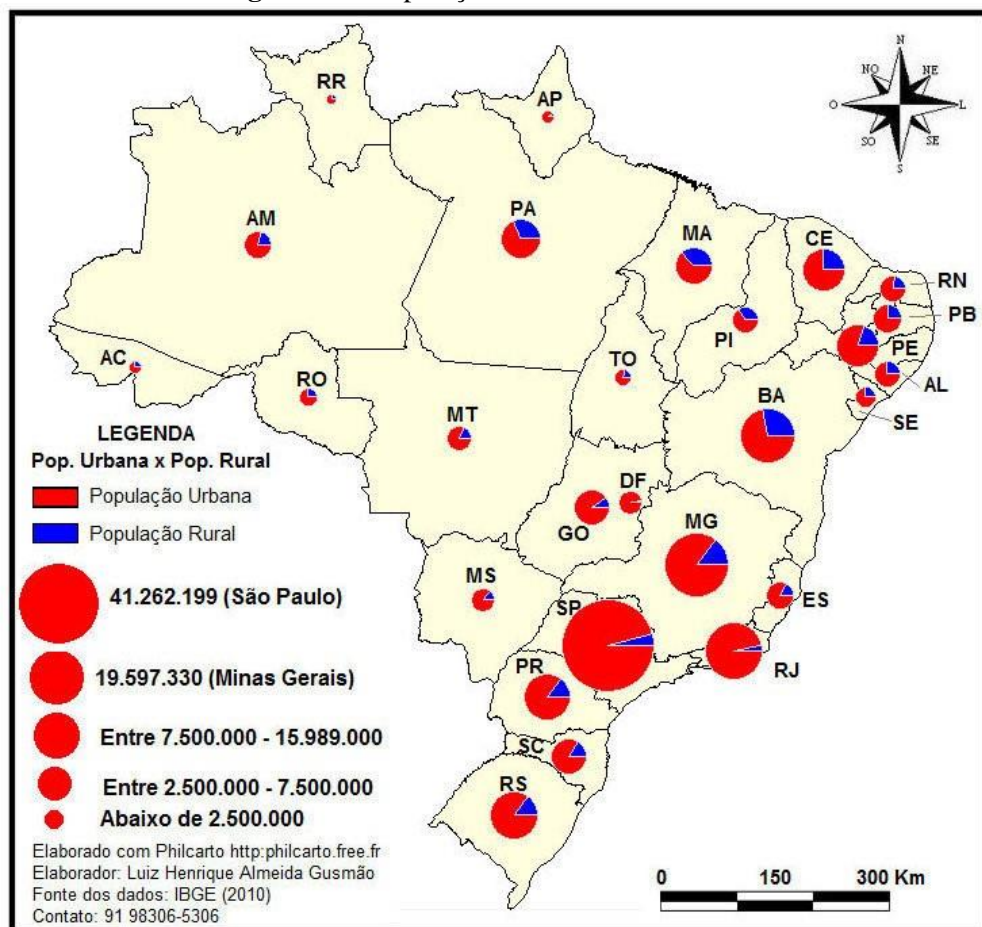
<sup>13</sup> Encontro Nacional realizado em Aracajú em setembro de 1995, pela Associação Nacional de Pós- Graduação em Geografia. Mesa Redonda “A redefinição do lugar”.

Para percebermos esta relação de repouso ou movimento em relação a determinado objeto é preciso identificar o referencial. Desta forma a percepção do movimento do outro depende do quão é efetuado o distanciamento do observador em relação àquilo que é observado.

No estudo do lugar este distanciamento é importante para que possamos ver o movimento do outro em relação ao lugar que ele ocupa e qual a sua dimensão de observação frente a diferentes espaços.

Como podemos observar na figura 12 a percepção do referencial em relação às cidades fica objetivamente mais claro quando avaliamos a observação quantitativa populacional de São Paulo em relação a Goiás, por exemplo. Se o observador tiver como referencial adotado São Paulo sua visão será não apenas direcional – para o interior do país, como partirá da referência paulista de cidades na casa de milhões de habitantes; para um estado com população superior a 41 milhões uma faixa populacional entre 7 e 15 milhões seria por este observador considerada baixa. Entretanto ao deslocarmos o referencial para Goiás em relação ao estado de Roraima o observador goiano agora se consideraria um grande centro em relação ao espaço e números observados neste último estado.

**Figura 12 – População Urbana X Rural Brasil.**



Fonte: IBGE, 2010

O que esta observação nos mostra é que se modificarmos o referencial novamente e localizarmos o observador agora em uma cidade avaliando sob sua ótica a importância da mesma em relação as circunvizinhas, teremos uma compreensão semelhante (relacional, nunca igual), pois como colocado anteriormente, o observador com referencial em São Paulo (SP) considera o número de habitantes, o poder industrial, o fluxo de veículos e também os problemas sociais de São Paulo (SP) como fatores que fazem com que Goiânia (GO) seja uma mera cidade do interior com importância bem menor que São Paulo. Entretanto este mesmo observador quando deslocado para o referencial de Goiânia (GO) passa a ter a percepção de que, em relação as cidades do entorno de Goiânia (GO) – estabelecido neste espaço um raio de 300 km – a cidade passa a ter importância latente para suas coligadas.

Ora, não se pretende aqui contestar a definição da palavra metrópole enquanto grande centro científico, industrial ou comercial; mas sim esclarecer que o conceito subjetivo de metrópole como cidade de grande importância está intimamente ligado ao referencial do observador.

Neste contexto para o interior sul de Goiás, Goiânia é referência de metrópole para Itumbiara (GO), mas qual a percepção do observador quando seu referencial se desloca para Cachoeira Dourada de Goiás (GO)? Este observador tem em Itumbiara (GO) seu centro científico, industrial e comercial mais acessível, logo sua constatação de lugar metropolitano é Itumbiara (GO), uma vez que para a maioria da população de Cachoeira Dourada de Goiás (GO) ir a Goiânia (GO) depreende um gasto de recursos e tempo que não lhes é acessível.

Se no estudo de Carlos a metrópole São Paulo (SP) tem seus problemas estruturais e dela advém o conceito de modernidade que se aplica a Goiânia (GO) e Itumbiara (GO); ressaltadas as devidas proporções e construída aqui a relação de distanciamento do observador para elaborar o conceito subjetivo de metrópole enquanto referencial em lugar, tanto Goiânia (GO) quanto Itumbiara (GO) vão repetir as conquistas e problemáticas de sua matriz comparativa, São Paulo (SP).

A primeira consequência é a necessidade de se relativizar a idéia de situação. É evidente que o lugar se define, inicialmente, como a identidade histórica que liga o homem ao local onde se processa a vida, mas cada vez mais a “situação” se vê influenciada, determinada, ou mesmo ameaçada, pelas relações do lugar com um espaço mais amplo.

Repensar a identidade do lugar cada vez mais dependente e construída no plano do mundial faz com que, hoje, a história do lugar passe cada vez mais pela história compartilhada que se produz além dos limites físicos do lugar, isto é de sua situação específica. Assim a situação muda na trama relativa das relações que ele estabelece com os outros lugares no processo em curso de

globalização que altera a situação dos lugares porque relativiza o sentido da localização. (CARLOS 2007, p.21)

O que nos permite a elaboração desta reflexão é justamente o posicionamento referencial distanciado exercitado sem depreciar o contexto no qual cada uma destas cidades relacionadas está inserido.

### **3.3 Leitura Qualitativa: Impacto Ambiental – Sociológico**

A visão quantitativa da geografia física cede sua vez aqui para a análise qualitativa que imbrica a questão ambiental e sociológica na avaliação do lugar, da praça como lugar, de lugar enquanto mote de pertencimento.

Diversos são os campos disciplinares que estudam a praça como espaço coletivo, comum ou público. Pensado como espaço coletivo, o termo “praça” engloba questões socioculturais, uma vez que representa o lugar do encontro, onde se desenvolve a vida social, o espaço de identidade, onde os grupos sociais se reconhecem e onde existe a possibilidade de trocas. O termo envolve também uma questão política, pois, segundo LOUISY (1988:18), a imagem da cidade forma-se a partir da relação dos habitantes com seus espaços públicos. (CALDEIRA, 2007 p. 15)

Neste espaço da coletividade a vida social segue intrincada. Desta forma a ação de construção da praça pressupõe espaço de convivência, interação. Neste interim a imagem da cidade que se delineia a partir da relação dos habitantes com seus espaços é sedimentada para a população quando da elaboração do projeto da praça, este espaço inicial de onde irão se ramificar as relações cidadinas, complementares; mas ao mesmo tempo reflexos de tensões que encontram no *locus* da praça o espaço para o arrefecimento destas mesmas tenções.

Uma praça tem então utilidade prática e palpável para a cidade desde a idade média e eclode, ainda hoje, em sentimento subjetivo neste contexto coletivo em cada expressão individual.

Na Idade Média [...], essas praças ricamente adornadas eram o orgulho e a alegria de toda cidade independente; aqui, concentrava-se o movimento, tinham lugar as festas públicas, organizavam-se as exposições, empreendiam-se as cerimônias oficiais, anunciavam-se as leis, e se realizava todo tipo de eventos semelhantes. De acordo com o tamanho de cada comunidade ou o tipo de sua administração, serviam a essas necessidades práticas duas ou três das

praças principais, raramente uma só, pois as praças também eram manifestação da diferença entre autoridade secular e eclesiástica, distinção que a antigüidade não fazia da mesma maneira (SITTE, 1889).

No contexto ambiental a praça é meio para a preservação da escassa fauna e flora que, com a expansão capitalista some das cidades. Assim o ambiente arborizado da praça retrata uma flora contida, por vezes estéril e solitária em um ambiente que prima pelo aço e concreto. Estabelecer o pertencimento neste ambiente passa muito mais pela afinidade social e econômica que a praça passa representar que por uma afinidade calcada no bem estar físico, emocional ligado a natureza.

O conceito de meio ambiente – no que tange a fauna e flora citadinas – e a sociologia das praças é um conceito desenvolvido a partir da metade do século XVIII com a burguesia. Neste período as praças passam a ser esvaziadas dos debates, punições e demais manifestações populares para tornarem-se espaços contemplativos vazios arquitetados para passeios da nova classe social que passa a usufruir de benesses anteriormente voltadas apenas para a nobreza.

À medida que as cidades cresciam e desenvolviam-se redes de sociabilidade independentes do controle real direto, aumentaram os locais onde estranhos podiam regularmente se encontrar. Foi a época da construção de enormes parques urbanos, das primeiras tentativas de se abrir ruas adequadas à finalidade precípua de passeio de pedestres, como uma forma de lazer. Foi a época em que os cafés (coffeehouses) e mais tarde bares (cafés) e estalagens para paradas de diligências tornaram-se centros sociais; época em que o teatro e a ópera se abriram para um grande público graças à venda aberta de entradas, no lugar do antigo costume pelo qual patrocinadores aristocráticos distribuíam lugares. A difusão das comodidades urbanas ultrapassou o pequeno círculo da elite e alcançou um espectro muito mais abrangente da sociedade, de modo que até mesmo as classes laboriosas começaram a adotar alguns hábitos de sociabilidade, como passeios em parques, antes terreno exclusivo da elite, caminhando por seus jardins privativos ou promovendo uma noite no teatro. (CALDEIRA, 2007 p. 40).

A formulação estética desta nova praça é então uma interação do espaço do meio ambiente que passa a existir dentro das cidades, transformando as estéreis praças medievais em passeios públicos dotados de ajardinamento que abrigam pássaros e símios não como imperativo desencadeado para a preservação do meio ambiente, este é apenas um resultado de uma praça efetuada primordialmente para fazer com que a burguesia se sinta representada nesta nova fase da vida urbana, selando seu espaço e marcando seu território.

A qualidade ambiental é solapada pela necessidade do atendimento mais às necessidades sociais burguesas de auto afirmação que a percepção de qualidade ambiental das cidades.

No contexto atual esta ligação ambiente sociedade ganha contextos mais tangíveis e defensores mais engajados com a interação entre estas duas necessidades. Nas praças atuais a preocupação com a preservação de árvores que abriguem a fauna e criem um ambiente mais

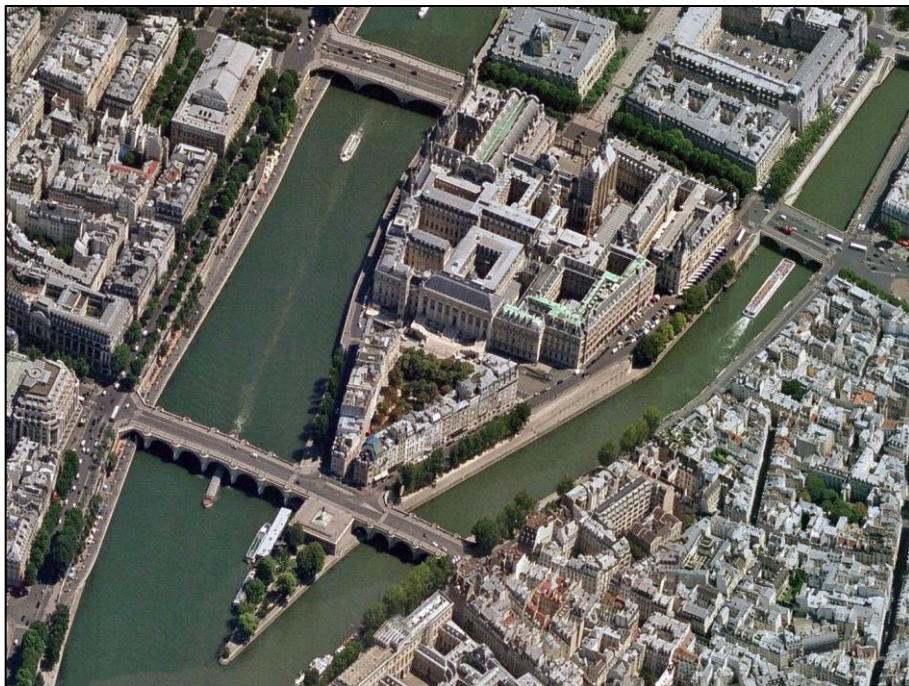
acolhedor do ponto de vista climático nas cidades tem se tornado uma constante. Na evolução do desenho das praças a comparação fotográfica exemplifica esta acepção ambiental/social de forma clara.

**Figura 13 – Piazza della Santissima Annunziata – Firenze – Itália**



**Fonte:** [https://classconnection.s3.amazonaws.com/344/flashcards/1903344/jpg/piazza\\_della\\_santissima\\_a\\_annunziata\\_florence1350266087233.jpg](https://classconnection.s3.amazonaws.com/344/flashcards/1903344/jpg/piazza_della_santissima_a_annunziata_florence1350266087233.jpg)

**Figura 14 – Place Dauphine — Parigi - França**



**Fonte:** <http://www.placemakers.com/2016/09/13/triangular-plazas-flexible-outdoor-rooms/>

**Figura 15** – Vista do Paço Imperial 1893 Rio de Janeiro - Brasil



**Fonte:** CALDEIRA (2007. P. 141)

É efetivamente perceptível a presença da natureza domesticada, a sisudez dos traços que passam a determinar o passeio e informar ao cidadão por onde ir. Do ambiente aberto e vago onde a confluência de gente não se dava de forma sistemática a praça do século XIX é higiênica, com fauna na medida, flora na medida para abrigar cidadãos que reconhecem sua função social nesta nova ordem.

É deste contexto ambiental/ social que surgem as praças da atualidade fruto da reprodução do espaço público que tem se perpetrado desde a revolução industrial até os nossos dias com maiores ou menores impactos nas cidades.

### **3.4 Impacto Social em Médio e Longo Prazo**

No Brasil a praça era originalmente mercado e ambiente de punição especialmente a época da escravidão. Era na praça o comércio dos escravos novos, a troca de “peças” e a punição dos fujões. À praça todos iam para receber as notícias ou assistir a eventos geralmente ligados a política e a administração das cidades.

**Figura 16** – Refrescos no Largo do Palácio Rio de Janeiro - Brasil



**Fonte:** DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.** (1972).

Com o passar do tempo e a busca pela edificação de espaços públicos no Brasil que trouxessem a *finnesse* para a colônia as praças passaram a ser edificadas no intuito de esterilizar o Brasil dos costumes bárbaros e imprimir um ar de Europa aos trópicos. Este novo modelo marcou sobremaneira as cidades, pois alterou o uso da praça que passou a ser um espaço contido, medido e ajardinado destinado aos passeios, à convivência e o passeio.

O mercado foi transferido para edificações destinadas a atividades comerciais; as demonstrações militares de poder perdem força no Brasil republicano, não acontecem mais nos largos e campos, deslocando-se para as grandes avenidas. Assim a praça-jardim deixa de ser [...] o palco da vida mundana e religiosa, civil e militar da cidade. A praça agora é um belo cenário ajardinado destinado às atividades de recreação e voltado para o lazer contemplativo, a convivência da população e o passeio. ROBBA e MACEDO (2002p.28)

Agora a cidade recebe um plano que emerge da praça, centro social, mas que não mais contém o comércio ou as forças militares atividades que são colocadas em outros lugares nas cidades da burguesia brasileira.

Esta nova distribuição de atividades faz surgir o espectro do centro comercial nas cidades, uma rua ou grande armazém geralmente próximo à praça no qual as pessoas passam a fazer suas compras. É preciso salientar, porém que quando a praça assume a função bucólica

a ela continuam ligada as atividades do comércio em sutis relações. É na praça que ocorre o desfile da última moda, sendo, portanto, nas imediações da praça o local ideal para a instauração da famigerada “rua do comércio” tão popular em São Paulo (SP) ou Rio de Janeiro (RJ) e que foi estrutura reproduzida aqui em nosso objeto de estudo na Rua Santa Rita a rua comercial de Itumbiara (GO).

Em médio prazo é elaborado em torno da praça tudo que a burguesia precisa: a praça em si, para expor suas conquistas financeiras em finas rendas ou vestidos e chapéus franceses – os centros comerciais, ruas comerciais às quais marchavam senhoras sedentas de novidades que viam nas revistas ou mesmo nas mulheres de maior poder aquisitivo que estivessem em passeio pela praça; e os vendedores de doces, que depois da sedimentação dos teatros ao redor das praças passaram a oferecer seus produtos em finas bombonieres.

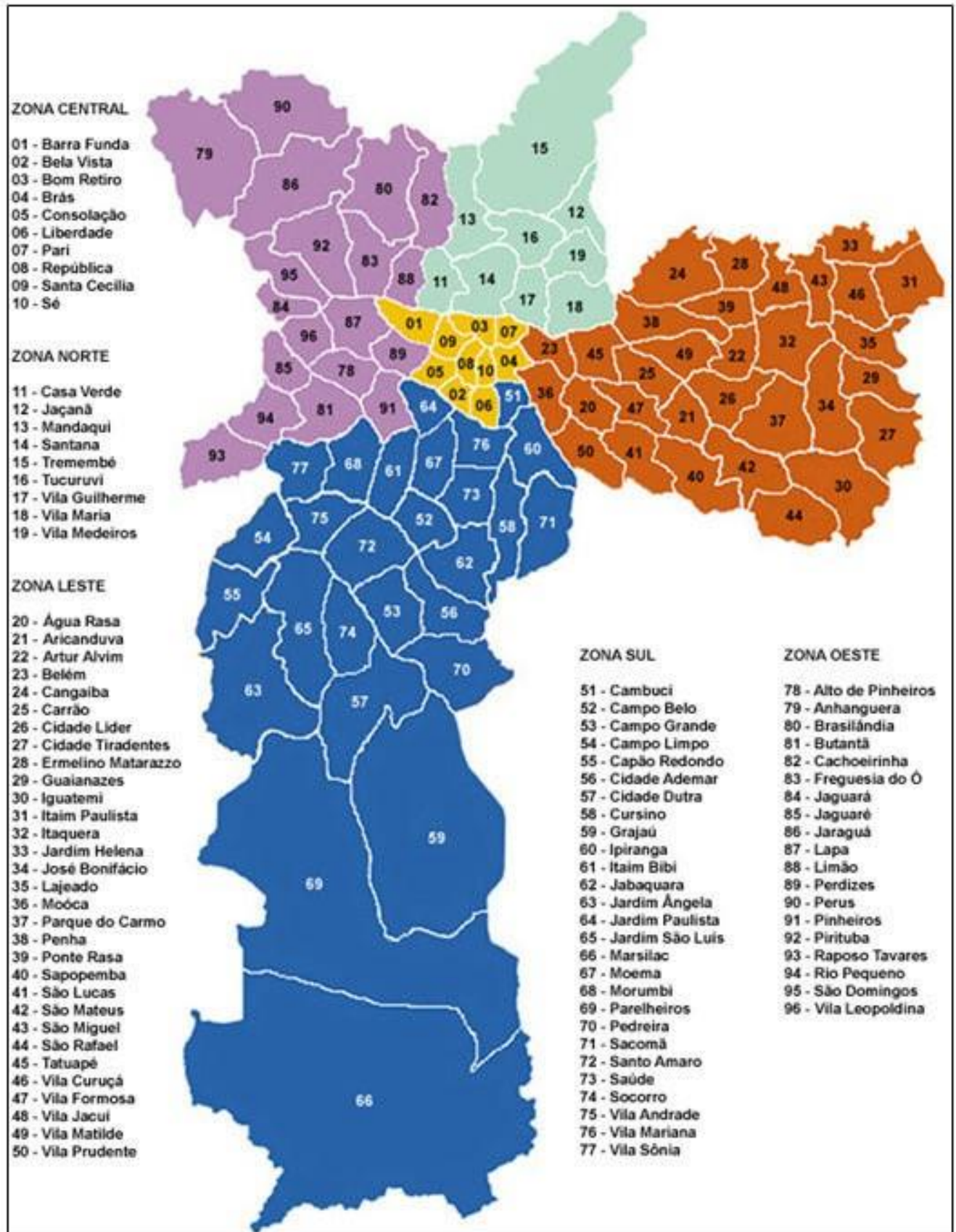
É criado então todo um aparato neste espaço e deste aparato advém as três leituras possíveis da modificação espacial: a criação do vínculo com o lugar, a extirpação de grupos sociais específicos do lugar e o aproveitamento de determinado grupo ao lugar na condição de trabalhador.

O primeiro grupo em sua essência faz parte da elite da cidade são ou nobres ou burgueses enquanto que o terceiro é uma massa de funcionários de burgueses que atua no centro econômico a fim de fazê-lo funcionar, são faxineiros, vendedores, bilheteiros, etc. Destes grupos o segundo é o que chama a atenção, sem a benesse da posição social ou riqueza ele não consegue se integrar ao novo modelo de estratificação da cidade e então é sumariamente expulso para as periferias uma vez que também não serve para o trabalho nesse novo espaço. É desse grupo que vão surgir as replicações do novo e planejado ambiente quando nas periferias são formuladas praças que remontam a ideia geral da nobre praça central, mas sem o glamour da primeira, repetindo grosso modo as relações sociais ali edificadas.

Em longo prazo esta situação se regulamenta com a planificação da cidade como um todo e na tentativa de reproduzir o modelo em todos os bairros fazendo dos mesmos réplicas do modelo central que – para a burguesia – deu certo. Assim não é mais o grupo excluído que tenta se organizar, mas o poder público em clara missão de saneamento que busca formalizar, purificar e higienizar a periferia.

Esta replicação acontece setorialmente nas cidades e se expande para o interior do país aplicando a cópia de formação das cidades levando em consideração apenas a planificação do espaço no qual as pessoas passam a buscar sua aceção de lugar. No mapa dos bairros de São Paulo (SP) é possível identificar na porção central as referências arquitetônicas de expansão da cidade que é aplicada – a expansão – segundo a mesma lógica em Itumbiara (GO).

Figura 17 – Mapa dos Bairros de São Paulo (SP)



Fonte: Mapas de São Paulo – [www.mapas-sp.com](http://www.mapas-sp.com)

Se Carlos (2011) argumenta o lugar como também influenciado pelo fator tempo, é com o tempo que a praça também troca de lugar. Primeiro ela é fator replicante nos bairros e, posteriormente com a fuga das famílias para os condomínios fechados em busca de segurança e no movimento de ocupação dos subúrbios, a praça renasce nestes locais de forma efetuada na medida para atender as necessidades deste novo espaço buscado pela população como forma de pertencer a um lugar ou grupo. Se a praça pública torna-se insegura, edifica-se uma praça particular nos condomínios, se a rua do comércio não mais atende as necessidades, junta-se comércio e praça nos shopping centers, até porque no contexto moderno tudo é mercadoria, não há espaço para a elaboração individual do lugar uma vez que a própria individualidade é questionável neste modernismo que a tudo e todos devora.

O efêmero pelo efêmero, a imagem pela imagem, surgem enquanto reino do espetáculo e, nesta condição, como simulacro. O novo engole, incessantemente, as formas onde se inscreve o passado e, com ele, seu estilo, a memória. Sem referencial, o mundo, na busca incessante do novo, se transforma no instantâneo *“porque não havia tempo a perder, mesmo de noite a cidade trabalhava fortificando-se e de manhã novas trincheiras estavam de pé”*<sup>14</sup> CARLOS (2007 p.51)

Nesta nova ordem as praças ocupando novos contextos faz com que o pertencimento ao espaço público seja transmitido para o privado e o clichê do “ter, mais que ser”, explicita esta nova dinâmica na qual cada espaço agora privado da cidade e restrito aos seus, não dialoga mais com o contexto citadino.

Soares (2000 p. 44 apud Souza 2008 p. 14) trata desta nova ordem de ocupação e esvaziamento das praças das cidades à luz do medo das pessoas desencadeado pela falta da segurança. E neste debate aberto em Fobópole o autor chama a atenção para as implicações este medo que se entranha nas cidades derivante da avaliação que a questão de segurança, especialmente a segurança pública, é “um tema ‘da direita’, ou até ‘de direita’” salientando que “Quebrar um tabu, seja ele qual for, implica riscos e custos, a começar pela incompreensão tanto do próximos quanto dos distantes”; na avaliação das praças, em médio e longo prazo, como locais em que o tempo levou ao esvaziamento e em sua “transferência” para os condomínios e shopping centers; a insegurança que as praças passaram a apresentar ao longo da investida capitalista nas cidades foi fator crucial para que isto acontecesse.

---

<sup>14</sup> Clarice Lispector A cidade sitiada in Carlos (2007. P 51)

A preservação do meio ambiente, a manutenção de aspectos históricos; tudo isso foi relegado ao segundo plano quando a população abandona a praça devido ao medo de estar neste espaço. Assim o pertencimento à praça, a iniciativa de lugar que ela represente ficam apenas no imaginário.

Entretanto a ausência da preservação do patrimônio histórico e toda leitura de preservação do meio ambiente nas cidades que ele arrasta consigo não deve cair na definição simplista de direita ou esquerda, capitalista ou marxista, belo ou feio, útil ou inútil. Uma cidade que se volta para uma causa, para primazia arquitetônica ou para a utilidade está voltando as costas para as pessoas; não há sociedade sem indivíduo, não sobrevive o sistema que anula o pertencimento.

A praça é o lugar de pertencimento das cidades. Seja com o capitalismo gritando nos arredores comerciais, seja na arquitetura unindo ou segregando as pessoas, seja na feiura da má conservação de plantas e bancos; a praça é o referente e o referencial em cidades de grande, médio e pequeno porte. Dela surge a cidade em sua formação e ela replica a cidade em seus bairros.

O impacto social da edificação de uma praça, que para muitos burocratas passa despercebido, estabelece as relações entre as pessoas e não apenas – embora sejam importantes – as relações de exploração, mas as relações de vivência a troca de experiências, a busca pelo conhecimento do outro enquanto indivíduo.

As praças em shopping centers ou condomínios embora sejam o retrato da praça nos tempos atuais, não representam a essência da praça pública da interação e troca, são apenas locais de consumo e passagem. A praça pública é também lugar de consumo e passagem, mas não apenas isso; ela congrega sensações, perspectivas, interações entre o passado, o presente, a fauna, a flora, o acesso e a reclusão. No longo processo de formação do Brasil a praça é retrato tanto de agruras sociais quanto da luta para superá-las.

A praça tem tudo de social, de filosófico, de capitalista; mas acima de qualquer uma destas vertentes da pesquisa a praça – em curto, médio ou longo prazo é gente. Pois até quando ela é ausente de gente, isso exprime um significado. Um significado de mudança de costumes, de rompimento, de interação ou desinteresse.

Isabella Lanelli em seu texto nos explicita como sente a praça:

“Cresci entre São Paulo e a pequena cidade do interior dos meus avós. E a despeito dos prazeres e das opções da cidade paulistana, meu lugar predileto na adolescência era naquela cidade pacata, pobre e pequena. Era a praça.

Numa cidade do interior sem muitas opções, a única tem lá sua parte boa. Para ir à praça não é preciso marcar hora. A praça não tem relógio e não te exige nada: documento, dinheiro, tempo de permanência. A praça não fecha.

A praça não fecha porque não abre. Estável. Tempo bom ou ruim. A praça se basta. Nunca marquei de ir à praça. No máximo, uma pergunta retórica: “Vai na praça hoje?”. Nunca obtive um não.

A praça é tão democrática que quando chove, chove e é isso. E é tão intensa que nada toma o lugar da praça: a sorveteria da esquina não abarrotta quando chove. Assim como o bar e a lanchonete que ficam em frente não lucram mais com a falência da noite na praça.

Não que São Paulo não tenha praça. Tem. Mas não falo desta praça de cidade grande. Estática ao invés de estável. Imutável. Impessoal. Falo de praça com vida, praça de verdade, praça que marca encontro de gente, praça que se dispõe, praça de interior.

Nesta minha praça eu ia todo sábado à noite. Era só chegar e procurar seu grupo. Se não havia nenhum amigo, tudo bem. A praça está lá para ser sentada. Encosta num banco, só mais um pouco e chega um papo furado, uma boa conversa, um novo amigo.

“Amigo”, aliás, falei por falar. Na praça não se tem amigo, não. Na praça todo mundo está junto, não se tem rótulo nem obrigação. Todo mundo se conhece, mas não precisa se cumprimentar. Praça é lugar de ir e não dizer tchau. Não precisa de oi, nem de vou já.

Não tem pauta, não tem desculpa. Ninguém vai à praça se não quiser conversar. Encontrar. Conhecer o amigo do amigo, o filho do prefeito, o moço da feira, a dona do bar.

Praça é hiato. É lugar de ir para conviver. De esperar a possibilidade do nada acontecer. É espaço que não restringe, sem área VIP nem catraca para entrar. Lugar que conecta quem nem tinha como se conectar.

Praça de interior é o lugar.” Lanelli (2014)<sup>15</sup>

Assim Lanelli retrata sua “impressão” da praça, a praça que ela carrega consigo. Ao utilizar expressões como “Nesta minha praça” o pertencimento amalgamado entre o espaço e a pessoa constitui a humanidade do lugar.

### **3.5 Reflexões: Identificando Possibilidades**

As reflexões acerca do lugar consiste em importante categoria na Geografia, tal como as definições de espaço e território – em análises diversas, entretanto não divergentes de lugar, mas complementares – mas é o lugar um espectro mais denso uma vez que tergiversa sua definição na geografia humanista. É em Tuan que percebemos este amor indelével pelo lugar

---

<sup>15</sup> Texto publicado no site papodehomem.com.br em 20/11/2014

que fala com, para e do ser em sua mais complexa percepção, muito embora e muitas vezes o que o indivíduo não fala sobre o lugar é o que mais grita em suas ações.

No estudo das praças de Itumbiara (GO) o fato de as mesmas “estarem sempre lá” não suscitava a percepção de que nunca estariam, por sua existência estar já imbricada na existência de quem dela se ocupava e utilizava. A Praça da República, primeira a ser modificada, gerou um impacto visual no centro da cidade inesperado. A praça simplesmente “anoiteceu e não amanheceu” no mês de Julho de 2016; desenlaçando as memórias, as afinidades e os valores que ali arraigados estavam.

Nesta percepção humanista da Geografia o lugar transcende a quantidade de metros, uma vez que o indivíduo busca neste lugar o significado íntimo de sua existência pessoal. A praça é capitalista, é social, mas é sobretudo sentimental e sua percepção também o é na acepção de que mesmo que geograficamente ela não seja o centro, condensa em si a importância e a referência de cada particularidade ao ofertar ao cidadão múltiplas possibilidades de realização pessoal.

Neste lugar urbano coexistem o amor e o ódio tanto na sua manutenção quanto em seu novo traçado de forma que a praça não é “defendida” ou “atacada” pelo que é, mas pela relação que cada um estabelece com ela.

Os extremos acerca da praça e suas nuances são o reflexo daquilo que cada um tem deste lugar enquanto seu. O referencial adotado para a leitura do espaço aproxima as relações que clamam por preservação ou inflam os humores de quem sustenta o projeto de modernidade.

Nesta leitura humanista Tuan chama a atenção para o fato de que a particularidade da leitura é que atribui valor ao lugar.

As direções para alguns dos pontos mais remotos, como os entrepostos e cidades do homem branco, ainda estão bem representadas nos mapas esquematizados, *mas as distâncias que as separam da ilha Southampton estão exageradamente diminuídas. A geografia cede lugar à cosmografia*, quando os Aivilik tentam compreender o mundo além de sua morada. Eles *consideram a própria ilha de Southampton como o centro de uma terra plana, circular, cujos limites exteriores podem ser atingidos a partir da ilha*, em algumas semanas de viagem. (TUAN, 1980 p. 41)

A noção de direção para os Aivilik é construída à partir da *sua* ilha, do *seu* lugar.

Da mesma forma a China se via como o centro do mundo, retratando-se grandiosamente durante séculos.

A China não se via como uma nação entre outras nações de estatura comparável. Ela situava-se no centro do mundo; era o Império Central. Era mais grandiosamente conhecida como *fien, hsia* (embaixo do céu) ou *chug yan* (centro e origem), ou *sze hm chih nuai* (dentro dos quatro mares). (TUAN, 1980. P 44)

Na avaliação das praças e suas noções de lugar, para aquele que estabelece a relação de lugar com a praça – assim como o povo Aivilik estabelece com sua ilha, ou os chineses estabelecem com seu país; a praça é imensa, ela é importante e necessária à cidade deste indivíduo. Ela está na “metrópole” metafórica da concepção particular de cada um.

A pergunta acerca de qual a possibilidade que existe para a praça *ser* após 2016 é inegavelmente o *renascer*.

Nesta odisséia pela reconstrução do lugar que foi perdido não existe a possibilidade de resgatar a história descartada tal e qual. Frágeis fragmentos de outrora resistiram ao apetite voraz da obra que abriu uma ferida sangrenta na cidade de Itumbiara (GO) e a convalescença é claramente penosa.

Entretanto nos meandros para a identificação das possibilidades a elaboração de um novo projeto oscilava entre a premissa modernista que apontava para a finalização da derrubada do restante da praça e a retomada do traçado original reconstruindo todo o espaço.

Salutar nestas duas vertentes é o extremismo que povoou o espaço arrasado. E na leitura destes extremismos a busca pela ponderança é o mote para reestabeler o diálogo entre o lugar e as pessoas que o alçam a tal definição.

Carlos (2007. P. 113) estabelece em sua análise da conferência da cidade realizada em 2003 o diálogo como caminho; “No plano da constituição de um conhecimento sobre a crise urbana faz-se necessário o estabelecimento de um diálogo, como caminho necessário ao estabelecimento de um projeto de mudança.” (CARLOS 2007. P. 113), ora a autora ao avaliar a crise urbana em seu objeto de pesquisa – São Paulo (SP) – constrói-se como atemporal e onipresente na necessidade da crise urbana desencadeada pelo processo de desconstrução da praça em Itumbiara (GO). Ali também há uma crise mediada no embate pelos extremos, que necessita para reestabelecer aos itumbiarense o direito à cidade do diálogo como caminho para uma solução. A ausência da preservação do patrimônio eclode na ausência da preservação do lugar que desencadeará na ausência da noção de pertencimento das pessoas que gravitam e habitam a praça de Itumbiara (GO).

Sobre esta ótica a desconstrução da praça de Itumbiara (GO) é o retrato da crise urbana desencadeada nesta cidade que passa a tratar a praça como “o problema”, sem levar a fundo o debate acerca de quais sejam os problemas “reais” que mitigam a segurança, fomentam o uso

de drogas, a exclusão social e a marginalização. A praça não é o problema, ela apenas retrata o problema que permeia toda a cidade e é fruto da ausência de políticas públicas mais efetivas que busquem resolver os problemas. Reformar a praça é mascarar estas dificuldades atribuindo ao lugar a responsabilidade por aquilo que — na verdade — é resultado de um conjunto substancial de fatores.

**Figura 18** – Vista aérea da reforma da Praça da República de Itumbiara (GO)



**Fonte:** Acervo Jornal Regional.2016

A história do lugar, sua situação geográfica e seu arcabouço cultural não são responsáveis pelo fomento ou redução de situações de miséria ou exclusão social, outrossim são aparatos para a diminuição dos problemas sociais quando este lugar é preservado para uso da população.

#### 4 OS GRANJEADORES DO DEBATE – O LUGAR NESTE CONTEXTO.

O debate espaço – lugar – tempo não é exclusividade do estudo do capital. O tempo e o espaço são sim pressupostos mensuráveis e quantificáveis do capitalismo, que a tudo monetariza; mas existem aspectos sutis do lugar que, se não são quantificados e acontecem em um nível de subjetividade que tem sido recuperado ao longo dos anos. Obviamente até mesmo o bem estar se tornou mercadoria em tempos de globalização, mas a definição pessoal deste conceito permanece particular assim como a identificação do ser humano e sua noção de pertencimento. Por mais que a elaboração de uma persona para se adequar a um lugar seja um esforço exaustivo, mas profundamente comum na atualidade e por muitas vezes a retirada desta “máscara” produza efeitos pungentes, é salutar o movimento de desvinculação desta prática à vida urbana.

Ter, ser; voltados para uma construção de diálogo mais crítico tem produzido uma leitura geográfica do lugar segundo a qual o homem busca sua interação pessoal com o meio, adverso à pressões para se adequar àquilo que em final do século XX era tido como objetivo geral de vida.

Este movimento – assim como o movimento de modernização das cidades, mote para esta pesquisa – iniciou-se nas metrópoles e vem avançando para o interior do Brasil. Há que ser avaliado se esta mesma pseudo frugalidade não seja uma imposição capitalista para a elaboração de outro nicho mercadológico, mas há também que ser avaliada a modificação do espaço com esta premissa que abre o espaço para a contraposição da ideia de consumo; desencadeando o pensamento de que a valorização do espaço, do tempo e do lugar externa em si e sobre si a noção de valorização do lugar pelo indivíduo, desprovido de “utilidade” e imbuído de significado. Neste aspecto a elaboração do lugar imbuí-se de aparato subjetivo que lhe qualifica como uma simbiose homem/lugar/tempo a fim de estabelecer o que Carlos classifica como sentido passível de devolver o lugar às pessoas.

*A transformação radical da sociedade, mais uma vez o desafio do tema central do simpósio, exige uma ação capaz de transformar a cidade em obra novamente. Este é um sentido que se perdeu no movimento de realização da cidade capitalista, que só se faz presente residualmente, mas é o sentido passível de permitir a apropriação plena dos lugares da cidade, bem como a negação da segregação e com isso, negando o movimento da reprodução da cidade que produz o espaço amnésico e o tempo efêmero, cindindo a vida urbana realizando a propriedade privada, o mundo da mercadoria. (CARLOS 2007. P 116).*

Para a restituição do lugar o reposicionamento do referencial é crucial. Na aceção da nova praça, que por conseguinte acaba por criar uma “nova cidade” ao exigir novas leituras deste espaço; o referencial agora oscila entre o que foi e o que virá. Não há como esquecer o passado ou lamentar o que foi destruído, em contrapartida não há como negar a incipiência do novo. Surge neste contexto uma congregação de duas expectativas que se chocam com uma realidade que extrapola a concepção imediata da leitura do indivíduo frente ao novo espaço até que o mesmo se configure novamente como lugar.

As pessoas vivem no espaço, mas as leituras serão diferentes justamente porque o referencial de cada uma é particular. Tuan constrói esta avaliação na observação da vida doméstica:

Na sociedade ocidental o mapa mental da dona de casa com crianças pequenas, provavelmente é diferente do de seu esposo. Os caminhos de circulação do casal, durante os dias de trabalho, dificilmente coincidem, exceto dentro de casa. Quando saem às compras, o homem e a mulher vão querer olhar lojas diferentes. Eles podem ir de braço dado, mas com isso não vão ver ou escutar as mesmas coisas. (TUAN 1980 p. 71)

E esta aplicação explicitada na leitura simples da vida cotidiana aplica-se na leitura da cidade. Caminhar por uma rua traz várias leituras dependendo do caminhante e a despeito daquilo que constrói-se para ele. A elaboração do espaço da praça não é estéreo, nem imutável, nem estático. A ele serão impregnadas as ações dos transeuntes que, por vezes, sequer se dão conta das características que apenas eles, os cidadãos, poderão imprimir à praça.

Nesta situação de voltar a existir a praça abre o precedente de voltar a ser lugar, mas aqueles que lhe alçarão a tal patamar não serão os mesmos; assim como a praça já não é mais a mesma.

Nenhum homem pode banhar-se duas vezes no mesmo rio...  
pois na segunda vez o rio já não é o mesmo,  
nem tampouco o homem!<sup>16</sup>

A mudança não é então apenas estrutural, ela é sentimento muito além de objeto. Obviamente o entorno e suas vertiginosa busca pela ocupação capitalista irá ocorrer, mas e as pessoas? Que pessoas ocuparão/ utilizarão a nova praça?

---

<sup>16</sup> In <https://reflexoescorporativas.wordpress.com/tag/heraclito-e-a-lideranca/> 2018

Estas perguntas dependem de fatores mais amplos, senão da interação de todos estes amplos fatores que delinearão uma resposta em longo prazo, a praça não oferece respostas imediatas.

#### **4.1 A Lógica de Ocupação do Sul de Goiás**

Goiás, do termo tupi, gwa ya, tem sua história à partir do século XVII – final deste – e início do século XVIII; período no qual as Bandeiras estavam com afinco embrenhando-se pelo Brasil em busca de ouro e Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, tencionou no estado ficar; uma vez que antes deste intento de Anhanguera, as expedições que a Goiás se dirigiam o faziam apenas para exploração do estado e a busca por minerais e não para a criação de vilas permanentes.<sup>17</sup>

Quando da descoberta efetiva do ouro ocorreu pela bandeira liderada por este explorador o povoamento intensificou-se e a formação das vilas goianas, posteriormente alçadas à cidades aconteceu de forma mais efetiva na região Centro – Sul que se encontra na rota São Paulo – Minas Gerais – Goiás, o que explicita o desenvolvimento da região do triângulo mineiro e sul de Goiás que passaram a ser rota comercial para as cidades nascentes com destaque para Vila Boa de Goiás, posteriormente Cidade de Goiás, antiga capital do estado, hoje conhecida como Cidade de Goiás Velho.

Esta lógica de ocupação que parte de São Paulo para o interior do país, carrega consigo a referência paulista como modelo de cidade que vai se reproduzindo ao longo das vilas fundadas durante este período. Com recursos parcos para a edificação de cidades, mas com a cobiça exacerbada por tudo que pudesse ser explorado neste novo território, as vilas dão ênfase a edificação de postos de coletas de impostos e igrejas, relegando a um segundo plano a qualidade das moradias e a patamares quase que inexistentes educação e saneamento. Era o fluxo da exploração e catequização no qual os bandeirantes iniciavam a exploração do território e suas riquezas e a igreja imprimia sua força através da catequização dos índios e sua “incorporação” à esta nova sociedade que surgia nos rincões goianos.

---

<sup>17</sup> [Brasilecola.uol.com.br](http://Brasilecola.uol.com.br)



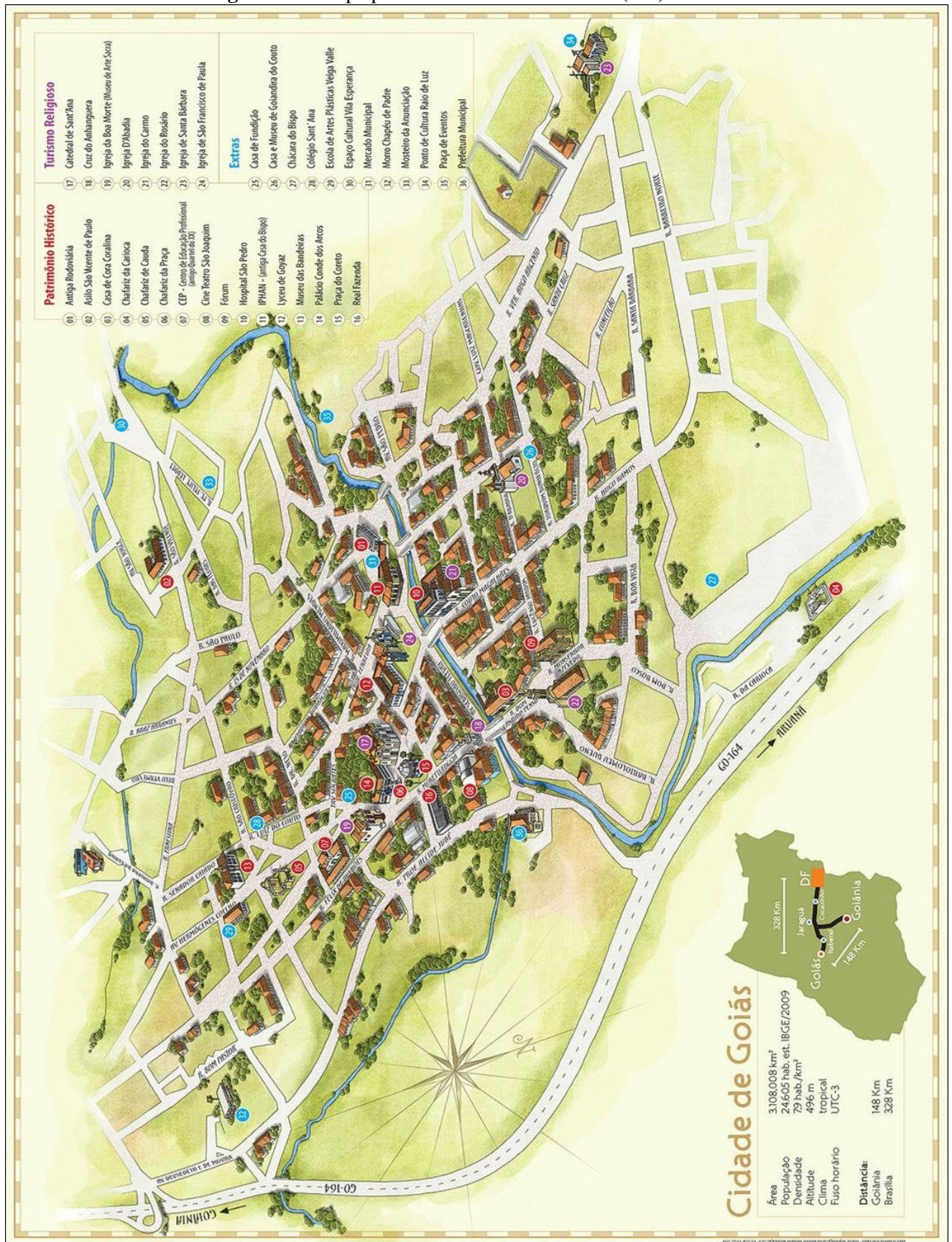
Nesta formulação a dinâmica consistia então na demarcação da praça central onde seria edificada a igreja e o edifício administrativo responsável pelo recolhimento dos impostos sobre as explorações; no entorno destas duas edificações gravitariam o comércio e também as moradias daqueles que nestes dois pontos praticavam suas atividades cotidianas. Os demais: garimpeiros, guias, muleiros, ferreiros e toda sorte de trabalhadores de menor poder social e econômico residiam nos locais de exploração do ouro, ou viviam de forma itinerante levando e trazendo mercadorias, produtos e também notícias da capital nacional para o interior e vice-versa.

Este tipo de ocupação é impetrado na Cidade de Goiás (GO), figura 19, advindo do ideário paulista que, por sua vez repete as cidades europeias.

Pode-se perceber que a elaboração da Cidade de Goiás(GO) parte das igrejas a cada nova expansão. Desta forma é elaborado no entorno do poder religioso, uma praça que vai atrair para aquele novo espaço moradores, comerciantes, etc. Estas pessoas elaboram a intrincada teia de relações que a cidade estabelece e assim os serviços da administração também são alocados neste entorno. Daí a expansão parte — em ondas para novos espaços da cidade e cada espaço deste vai se convertendo em lugar a partir da apropriação que a população faz deste.

É do alto do morro que a Igreja do Rosário observa a Cruz do Anhanguera e este sobe para a Catedral de Santana passando pelo coreto da Praça que abriga o Palácio do Conde Dos Arcos evidenciando o caráter de nobreza que representava o morar na praça. Quem ali residia estava junto a parcela de maior prestígio da cidade.

Figura 20 – Mapa pictórico da Cidade de Goiás (GO).



Fonte – Cidade de Goiás Mapa Turístico.

Certo é que esta vertente de ocupação repetida à exaustão no território brasileiro constitui – segundo COSTA (2006) – o reflexo de soluções urbanísticas e tecidos urbanos semelhantes aos das cidades dos colonizadores portugueses que somente passaram a ser repensados à partir do final do século XIX; construir no entorno da praça central não seria então diferente nas demais cidades goianas e, para a interiorização de Goiás e estudo aqui impingido, Itumbiara (GO) apresenta o mesmo esquema de planejamento urbano deste período.

Desta feita a reprodução do espaço urbano em Goiás é a repetição de uma ideia pré-concebida de cidade e – assim – a repetição de uma ideia pré-concebida de sociedade. O que difere então o interior de Goiás de São Paulo? Grosso modo e objetivamente: o contexto; segundo a observação na lógica da ocupação e o referencial, na avaliação da problemática urbana.

O contexto paulista pressupõe uma inovação para o referencial brasileiro. Tudo que vem de São Paulo (SP) para Goiás, Mato Grosso e demais estados do interior do Brasil é vanguarda, é inovação. O contexto Goiano e o contexto paulista são diferentes, advém de expectativas diferentes. Enquanto a cidade de São Paulo espelha-se em seu referencial francês de *Boulevares*, Goiás passa – de acordo com o crescimento de suas cidades e seu plano de expansão urbano; a espelhar-se em São Paulo (SP) seu referencial de modernidade, bom gosto e desenvolvimento.

A lógica da ocupação advém, portanto, da organização do espaço para a exploração em um primeiro momento que, com o mitigar dos recursos minerais (o ouro em Goiás teve grande relevância, mas não tão superlativa quanto em Minas Gerais) perpassou para a ocupação do território goiano e a exploração da pecuária e agricultura no segundo momento. Isto posto; Santos (2006 p. 97) esclarece que tal lógica é pertinente ao processo da organização da produção vista como um todo. Nesta afirmação é possível compreender que a avaliação geográfica da ocupação goiana – como um todo – engloba a exploração do território, a ocupação do estado de Goiás, a elevação deste espaço à condição de lugar que, daí, solidifica as relações de fixação da população em solo goiano advinda do estabelecimento da noção de pertencimento que contempla tanto as relações de exploração homem/terra objetivas, quanto as relações homem/lugar subjetivas.

Nenhuma avaliação da ocupação que não intercambie estas aferições será satisfatória na leitura do lugar Goiás. O estudo da ocupação regional, em seu mais amplo aspecto, evidencia a necessidade de detalhamento de sua composição a fim de que – destrinchando suas peculiaridades – não bitolemos a leitura sobre o pressuposto X ou Y, mas a um universo de variáveis que culminam em um espectro comum: o homem, a pessoa que; ocupando o território

segundo contexto espelhado de uma cidade que lhe serve de modelo; constrói para si um lugar dotado de variáveis interdependentes que lhe imprimem, à pessoa e ao lugar, singularidades que somente podem ser desvendadas quando avaliadas despidas de pré conceitos e lidas tanto de forma escrutinada quanto de forma aglutinada.

Num estudo regional se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e conseqüências do fenômeno.

Os elementos que se agrupam dando a configuração espacial de um lugar têm que passar por um estudo aprofundado, desde o homem até as instituições que vão dirigir, juntamente com as firmas, as formas de materialização da sociedade. Destrinchar as relações existentes entre estes elementos, tornando os conceitos em realidades empíricas, permitirá que se vislumbre, no tempo e no espaço, a transformação.

A busca da explicação das transformações passa pela compreensão dos grandes grupos de variáveis, que compõem o território, a começar pelos indicadores mais comuns a este tipo de trabalho até os mais complexos, reveladores das grandes mudanças ocorridas no período técnico-científico - tipologia das tecnologias, dos capitais, da produção, do produto, das firmas, instituições; intensidade, qualidade e natureza dos fluxos; captação dos circuitos espaciais de produção; peso dos componentes técnicos modernos na produção agrícola; expansão das agroindústrias; novas relações de trabalho no campo; desmaterialização da produção etc. Tais variáveis são interdependentes, umas sendo causa e/ou conseqüência de outras, não tendo, portanto, real valor, se não analisadas em conjunto. (SANTOS 2006 P. 17)

Nesta premissa da ocupação goiana as características gerais de ocupação territorial advindas do século XVII e o bandeirantismo seguem a lógica da exploração como um todo, caminha da exploração de minérios para a exploração agropecuária. Entretanto é imperioso avaliar que existe uma diferença gritante nestas duas vertentes: enquanto que a exploração de ouro não priorizava a fixação do homem no território propondo a leitura do “estar”, a criação de gado e as lavouras imprimem a dinâmica do “ficar”. O “estar” ocorre enquanto houver o que explorar no solo, uma vez finito, o explorador levanta acampamento e procura outra jazida. No contexto do “ficar” empreendido pela atividade agropecuária que sucede à mineração em Goiás, é estabelecido outro tipo de relação segundo a qual a pessoa que passa a residir no estado elabora uma relação mais perene na qual sua atividade modifica aquele espaço elevando – o a condição de lugar para viver e não apenas espaço transitório.

## 4.2 Itumbiara e a Replicação do Modelo de Ocupação do Espaço

A maioria dos espaços ocupados no perímetro urbano nas cidades do interior de Goiás segue a lógica praça – expansão, mas é interessante notar que com o crescimento das cidades esta forma se multiplica de várias formas dentro da própria cidade. São muitos os casos em que o poder público determina a direção de crescimento das cidades abrindo loteamentos e dentro destes já estabelecendo o espaço da praça como centro do empreendimento. Nestas condições a população, alimentada pela memória coletiva construída em sua ocupação primeira, vê com naturalidade o valor mais expressivo dos terrenos no entorno da praça.

Mesmo que seus estudos se voltem para grandes metrópoles, é com base na constatação que a cidade do interior, no afã de modernizar-se e ser incluída no contexto de progresso e status da grande capital, imbuída do ideário capitalista que rege as relações de troca e poder entre o interior e os centros urbanos; que a leitura do texto de Carlos se aproxima desta pesquisa. Considerando-se ainda o fator referencial, segundo o qual na escala de referências subjacentes cidades estabelecem relações comparativas no que tange às suas percepções limítrofes.

Assim, tanto Lisboa (Portugal), quanto São Paulo (SP), quanto Itumbiara (GO) repetem as formulações de ocupação dentro de suas possibilidades territoriais, com foco não apenas na repetição estética, mas em um modelo que perpetua a racionalidade homogênea das cidades e suas relações de organização, comportamento e trabalho.

Partir a formulação da cidade da praça repetindo estas estruturas, consiste em um meio de consolidar as estratificações sociais e comerciais. Desta forma o espaço é meio para a aplicação das relações sociais e comerciais. O estudo ambiental para implantação das praças não se restringe à fauna e flora, antes disso, é um modo de determinar o melhor fluxo de recursos e acessos que serão ímpares para o desenvolvimento urbano.

Considerada em sua totalidade, a acumulação tende a produzir uma racionalidade homogeneizante, inerente ao processo que se realiza produzindo não só objetos/ mercadorias, mas também a divisão e organização do trabalho, modelos de comportamento e valores. Desse modo, a vida cotidiana se apresenta tendencialmente invadida por um sistema regulador em todos os níveis, concretizada no espaço com norma – ditos interditos – que formaliza e fixa as relações sociais reduzindo-as a formas abstratas, autonomizando as esferas da vida e, como consequência, dissipando a consciência espacial. (CARLOS, 2011. p. 65)

O interior de Goiás é então reflexo dessa homogeneização que se repete cidade após cidade, bairro após bairro perpetuando uma esta ideia do espaço/mercadoria na qual a praça serve como elemento balizador das relações sociais. Neste âmbito o centro da cidade que congrega as relações comerciais e os valores mais altos para o metro quadrado que se valoriza ainda mais quando são empregadas políticas de valorização estética destes locais.

Em um primeiro momento esta percepção traz para a pesquisa que a valorização se daria, deste modo, apenas no centro da cidade. Entretanto como este processo de reprodução vai se replicando na cidade enquanto o macrocosmo estudado; é reconstruído - neste processo - microcosmos da sua ocupação. Nesta produção do espaço em pequena escala da cidade dentro da própria cidade; mais áreas vão sendo construídas de acordo com o direcionamento da ocupação espacial orientada não para a produção de áreas verdes de preservação ambiental, mas de centros comerciais ao redor dos quais gravita toda a exploração capitalista do espaço.

Itumbiara (GO), sendo porta sul de entrada do estado goiano, funcionou também como multiplicadora deste método na região. Haja vista que cidades em seu entorno como Panamá (GO), Goiatuba (GO), Buriti Alegre (GO), Cachoeira Dourada de Goiás (GO) e, suas sucessoras como Inaciolândia (GO), Bom Jesus (GO), etc.; são todos nascedouras de um espaço de praça central tais como a cidade que lhes serve de referência; Itumbiara (GO).

Na ocupação do Estado de Goiás a praça converte-se em sua essência em lazer, cultura, religião e comércio. No decorrer do tempo esta relação vai se modificando e, na alternância de poderes hora há a mudança da ordem desta “administração” do local: praça; hora há a utilização da praça como fator figurativo replicante da dinâmica de ocupação; a praça é referência e referencial que em sua função de espaço amplo, vago, quase estático condensa a dinâmica das cidades e das pessoas na cidade. Na frase mencionada por Jorge Ricca Junior, em seu texto *O lugar da Fala na cidade*, (2014) – “Você praça, acho graça. Você prédio, acho tédio”; o autor percebe a representatividade do público na praça, e do espaço privado no prédio e, desta forma, configura como local de voz do povo; explicitado no poema de Castro Alves: “A praça é do povo, como o céu é do condor”; verso que retoma a síntese da praça como *Ágora*, local de debate e reflexão; de uso e apropriação do espaço pelo povo que o converte em lugar.

Entretanto há que se avaliar que a ocupação de Goiás não foi discutida, foi executada. O Bandeirantismo avançava para a ocupação da terra e não houve diálogo não apenas em Goiás, mas em todo o Brasil. Assim a função de local para debate permanece apenas na nomenclatura do espaço público que se volta para abrigar quermesses, passeios e toda sorte de atividades que possam transformar este conquistar em algo trivial, necessário; para – posteriormente; a

conjuração da praça em amplo centro comercial tanto formal quanto informal para o qual convergem todos os demais bairros em busca do acesso a produtos e serviços.

Nesta acepção o espaço é compreendido, neste modelo da expansão para o Centro Oeste, como uma obra inerente a necessidade de civilizar, nas palavras de Carlos (2015) “a produção do espaço, como construção social é condição imanente da produção humana ao mesmo tempo que é seu produto”; desta forma a criação deste elemento palpável é uma representação social impalpável daqueles/daquilo; que a edificam.

Nada mais pertinente para este local que a definição do título de outra obra de Carlos (2015) A cidade como negócio. Neste texto, no qual a autora trabalha a capitalização imobiliária da pobreza;

“o espaço é entendido não mais apenas como matéria prima e meio de produção, mas como produto possuidor de valor e que se valoriza segundo dinâmicas propriamente urbanas/ espaciais e financeiras, as quais marcam uma fragmentação ainda maior do espaço e instituem novos mecanismos tanto de espoliação quanto de integração precária dos pobres ao urbano” CARLOS (2015, p. 11).

Igualmente, um leitor que se prenda à análise da geografia para determinados espaços, pode não compreender que a autora aplica uma definição de apropriação que leva à leituras tanto da metrópole quanto das demais cidades que reproduzem o sistema metropolitano de ocupação espacial.

De forma mais clara: não nos interessa engessar a percepção do espaço em Carlos, mas – outrossim, compreender que a colocação de que o espaço é possuidor de valor e determinante na estratificação social; se aplica a qualquer cidade brasileira que repita os modelos de ocupação. Desta forma o interior de Goiás, mesmo formado por cidades de estrutura gritantemente menores que São Paulo ou Rio de Janeiro – funciona no contexto de construção urbana brasileiro como um reflexo, em menor escala, das mesmas relações enraizadas em grandes metrópoles mundo afora.

A elaboração do espaço da praça, em especial o espaço das praças aqui estudadas e que compõem o centro histórico da cidade de Itumbiara (GO); erigi o debate acerca de qual a pretensão com tal ação. Sendo a praça espaço do povo e para o povo, sua reforma/restauração não pode abster-se da consulta à vontade do povo que usa em todos os sentidos este local; que transita de praça em praça, que trabalha ou vive nas praças aqui mencionadas.

Entretanto a principal necessidade explicitada na reforma em curso é “encher” o espaço tido como vazio. Neste pressuposto a praça é espaço vazio de obras e materiais táteis, palpáveis

que são tão caros a determinada parcela da população que apenas enxerga valor naquilo que pode ser medido em escalas. Na verdade a praça é referta de significados imateriais e impalpáveis que transitam no espaço da história, da cultura e da memória impregnadas na geografia do centro histórico que as constitui. Nada disso é sensível ao toque físico e material, outrossim constitui parcela singular na formação do caráter dos indivíduos por constituir elemento coletivo que imprime leituras particulares a cada cidadão que deste espaço usufrui.

Retomamos então a fala de Carlos (2007)

O tema da revitalização urbana aponta um modo de pensar praticamente a cidade, isto é, a cidade enquanto prática sócio-espacial, o que coloca desafios. Em primeiro lugar, a intervenção nos “lugares da metrópole”, através de processos de revitalização/requalificação, aponta uma relação complexa entre o Estado e o espaço, na medida em que, não se pode esquecer, o poder político tem possibilidade de intervir, permitir ou coordenar a intervenção no espaço, como é que ocorre no caso das revitalizações. Como já foi visto, esta também trata-se de uma ação que se realiza produzindo contradições.

O estágio atual do processo de reprodução do espaço da metrópole nos coloca diante da necessidade de planejar a revitalização/reestruturação de lugares, não importando sua dimensão, o que nos remete ao ato de “planejar espaços”. Cabe, portanto, questionar sobre quais seriam as implicações deste fato.

O trabalho é criador de formas e em uma grande cidade, as formas urbanas se recriam constantemente, ganhando sempre novos sentidos. As novas tecnologias, que alteraram a noção do tempo com o desenvolvimento dos meios de comunicação, mudam profundamente o processo produtivo e imprimem uma nova racionalidade ao espaço. As marcas do rápido processo de transformação que vivemos atualmente, em meio a constituição do processo de mundialização da sociedade, estão impressas tanto na paisagem, como na consciência. A efemeridade das formas, produto das metamorfoses urbanas, faz da cidade uma recriação constante e a constituição da mundialidade, por sua vez, com seus novos padrões culturais, invade a vida cotidiana recriando, constantemente, novos valores, novos signos, novos comportamentos, enquanto destroem símbolos, transformam os modos de uso do espaço, mudam as relações entre os cidadãos e destes com a cidade. (CARLOS, 2007 p. 87)

É nesta leitura que se compreende a razão imaterial destes espaços urbanos, muito mais que espaços vazios suscetíveis a construções ou intervenções que possibilitem mais comércio, mais lucro; as praças são espaços de vida cotidiana que estabelece o sentido de pertencimento a medida em que comporta histórias de vida independente do tamanho que este espaço tenha.

Seja nos poemas de Castro Alves seja na leitura metropolitana de Carlos o sentido da praça permanece o mesmo: espaço popular coletivo que, para além da manutenção de pretensos espaço verde no coração das cidades que preserva espécimes da fauna local, é espaço humano e como posto é espaço de vida que não pode ser extirpada da cidade a fim de dar lugar ao comércio.

As alterações nas praças com o intuito de revitalização perpassam, segundo Carlos (2007), pela potencialização e alteração não apenas do espaço material, mas de todo o contexto imaterial que o espaço da praça congrega. Assim a proposta não acrescenta sentido à vida cotidiana quando destrói os símbolos e muda as relações de uso do espaço empurrando as minorias para a periferia das cidades e relegando o espaço coletivo da praça apenas ao uso de uma minoria que passa a ter poder sobre ela, pois tem acesso à mesma e de forma direta ou indireta paga pelo uso e apropriação deste espaço a partir do momento em que tem meios de transporte para acesso físico a ele ou dispõe de recursos financeiros para gravitar a praça fazendo uso dos serviços disponíveis em seu entorno ou à habitações de auto valor ali edificadas ou reedificadas no claro intuito da valorização imobiliária.

Nesta leitura a replicação do espaço nas cidades é – para além da leitura econômica – uma replicação das relações de pertencimento que se manifestam tanto nas obras das praças quanto no sentido temporal que estas obras carregam em si e exprimem subjetivamente aos usuários<sup>18</sup> do espaço urbano.

### **4.3 A Lógica do Assenhoreamento do Lugar**

No estudo das cidades como macrocosmo e das praças como microcosmo citadino referido de suas relações tão dicotômicas quanto paradoxais da formulação do espaço, surge na leitura do espaço a percepção do assenhoreamento do lugar como pressuposto para o alçar do espaço em lugar na percepção humana das relações geográficas entre o homem e o ambiente.

Assenhorar-se/ assenhorar advém da expressão “tornar-se senhor”, “dono”, e aqui é construída na derivação parassintética da palavra “senhor”.

Na formulação das relações de lugar o ser humano estabelece esta construção a partir do momento em que o espaço não lhe é mais estranho, novo ou distante; outrossim estabelece com ele uma relação de proximidade segundo a qual a pessoa se torna posse de um espaço e vice-versa. Neste interim temos as expressões: “Ele é de Goiás”; ou: “Estou de volta ao meu Goiás”.

---

<sup>18</sup> Usuários – termo aqui empregado no sentido de: pessoas que utilizam o espaço da praça em suas amplas formulações que o são a saber: comercial, turística, habitação, lazer, etc.

Nestas acepções linguísticas percebe-se a noção de pertencimento na fala cotidiana: “nos encontramos na praça do meu bairro”. “Você precisa conhecer minha cidade”; que surgem espontâneas no colóquio diário.

Nesta construção da lógica do lugar o ser humano percebe o mundo como uma extensão de seu próprio corpo e de seus sentidos mais singulares como evidencia CARLOS (2007 p. 17)

Como o homem percebe o mundo? É através de seu corpo de seus sentidos que ele constrói e se apropria do espaço e do mundo. O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *latu sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/ conhecida/ reconhecida em todos os cantos. Motorista de ônibus, bilheteiros, são conhecidos-reconhecidos como parte da comunidade, cumprimentados como tal, não simples prestadores de serviço. As casas comerciais são mais do que pontos de troca de mercadorias, são também pontos de encontro. É evidente que é possível encontrar isso na metrópole, no nível do bairro, que é o plano do vivido, mas definitivamente, não é o que caracteriza a metrópole. A tríade cidadão-identidade-lugar aponta a necessidade de considerar o corpo, pois é através dele que o homem habita e se apropria do espaço (através dos modos de uso). A nossa existência tem uma corporeidade pois agimos através do corpo. Ele nos dá acesso ao mundo, para Perce<sup>2</sup> é o nó vital, imediato visto, pela sociedade como fonte e suporte de toda cultura. Modos de aproximação da realidade, produto modificado pela experiência do meio, da relação com o mundo, relação múltipla de sensação e de ação, mas também de desejo e, por consequência de identificação com a projeção sobre o outro. Abre-se aqui, a perspectiva da análise do vivido através do uso, pelo corpo. CARLOS (2007 p. 17)

No uso do espaço e sua formulação em lugar reside a construção do assenhoramento enquanto formulação do pertencimento ao lugar, enquanto “consequência de identificação com a projeção sobre o outro” por Carlos mencionada.

Nesta avaliação – lendo-a subjetiva, não explicitada; como nos propomos aqui – a praça para ser entendida demanda muito mais observação da ação dos passantes que indagações acerca da mesma. O pertencer é refletido em traços sutis como o sinal da cruz executado de forma automática ao se passar pela porta da igreja; o bom dia/ tarde/ noite direcionado ao dono da banca de revistas que, por mais desconhecido que seja do passante desperta neste a interação uma vez que é “a banca da praça” parte da praça.

Assim o lugar vai dialogando com quem lhe utiliza para os mais variados fins, pois havendo uma observação regular é percebido até mesmo o retardar o passo quando o passo pisa a praça.

Nesta sutileza de relações estabelecidas entre o homem e o lugar qualquer modificação impacta esta noção de pertencimento que – minimamente alterada – inicia novamente o processo de construção do assenhramento do lugar. Este movimento cíclico de pertencer/ não pertencer vai construindo não apenas o lugar da praça histórica, mas estabelecendo novas percepções de lugar a partir do momento em que aproxima ou distancia os grupos sociais do espaço da praça. Quando a relação de assenhramento não se reestabelece, é natural que sejam construídas novas relações com outros espaços e assim o assenhramento constitui-se como forma também de replicação dos espaços da cidade.

Nada é tão senhor do lugar como a fauna e a flora que o constituem e, é esta parcela do lugar que mais aproxima o cidadão do espaço, mais o identifica, mais o acolhe.

**Figura 21** – “Senhores” da Praça Central de Itumbiara (GO)



Fonte: RODRIGUES, J. M. - 2016

É na figura 21 dos ipês que reside a aproximação da cultura da flora goiana com o ideário de pertencimento que congrega os cidadãos de Itumbiara (GO), na vida de cada árvore alí sobrevivente é que está a sobrevivência da praça em meio ao caos de 2016.

#### **4.4 A questão do Lugar Enquanto Propriedade Pública**

Para a elaboração do lugar pela população que habita a cidade o ir vir em seu direito constante é imprescindível. Na elaboração natural o homem transita por qualquer lugar segundo Santos (2006); entretanto na configuração territorial este mesmo homem imprime no espaço as marcas do seu grupo e assim a propriedade pública enquanto lugar carrega em si a essência de cada um para o todos.

##### **4.4.1 ESPAÇO PÚBLICO PARA QUEM?**

Na formulação da cidade o público infere na formulação de algo a ser utilizado pela população, ou na definição de público segundo o dicionário: é aquilo que é relativo ao povo, à população diferenciando-se o que seja de uso geral daquilo que é de uso particular. Aquilo que serve para o uso de todos, relativo a governação ou administração de um país – no que tange ao público e ao privado.

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo -a por uma natureza inteiramente humanizada. (SANTOS, 2006. p.39)

Na elaboração de Santos sobre configuração territorial infere-se a ação do homem na transmutação do espaço ao longo dos anos. Neste aspecto o ser humano imprime ao local no qual se instala suas características, primeiramente inerentes à sobrevivência e posteriormente propícias às demais relações que este passa a estabelecer com as estratificações sociais que ele mesma inicia. Desta forma a configuração territorial, como bem exprime Santos, é a

humanização do espaço, por mais artificial que ele passe a se configurar após a retirada dos elementos inicialmente naturais que o mesmo continha.

Neste contexto a indagação que surge é: Espaço público para quem?

A partir dessa definição direta e simples, a percepção do espaço público é de lugar destinado ao uso coletivo, para o povo; desta forma devendo ser edificado para tal e modificado no curso da história – nas palavras de Santos – pelos sujeitos de sua utilidade. Neste pressuposto estão embutidas as transformações subjetivas que o lugar sofre devido as inter-relações entre o meio, o uso e o usuário conforme afirma Garnier “todo espaço consiste em um conjunto de objetos, os caracteres desses objetos e suas inter-relações” J. Beaujeu-Garnier (1971 apud SANTOS, 2006).

Se temos em Santos a definição do espaço enquanto intercoletividade em constante transformação, a transformação a qual nos referimos consiste na intervenção efetuada pelo povo, na utilização do espaço à ele destinado: o espaço público. Mas as relações de uso do espaço público levam a avaliação acerca de quem detém o poder sobre o mesmo, uma vez que o uso da praça ao mesmo tempo em que é para todos não é de todos.

Historicamente os espaços que mais se aproximam da definição que se tem hoje destes espaços seja a *Ágora* ((*ἀγορά*), grega; e o Fórum, Romano. Nestes locais as discussões sobre as demandas dos cidadãos eram efetuadas, debates instaurados; entretanto mesmo nestas longínquas definições nem todo populacho tinha voz. Esta possibilidade de discutir era dada aos filósofos e, cabia ao povo, aplaudir ou não o discurso; ação pela qual um discurso era considerado melhor ou pior. Por ser considerado um espaço importante este era também para pessoas consideradas importantes às cidades.

Quando nos voltamos à Europa a percepção é que a praça passa a se configurar como espaço de reunião para debates sim, entretanto estes se tornam mais voltados para amenidades, uma vez que existe uma confluência nas praças europeias com a junção da estrutura de grega e romana, segundo a qual os debates se iniciam no contexto aberto e parte-se para a elaboração da discussão efetiva em prédios que gravitam no entorno da praça. Sendo estes ambientes fechados nos quais o acesso se restringe aos que ali estão autorizados a adentrar, ouvir e falar.

Neste caminhar da definição percebe-se que debate vai se fechando assim como as paredes dos edifícios fecham os espaços para os quais o cidadão comum tem acesso. O olhar sobre a praça revela então um espaço que vai sendo expurgado do debate. A fala neste espaço aberto é livre, empírica; enquanto que o debate tido como “sério”, de valor, ocorre em locais agora pré-determinados e com função específica para tal; mas estes locais não dão livre acesso à população, sequer para aplaudir - negando ou fortalecendo o discurso efetuado – uma vez que

a presença do cidadão é cerceada pelas paredes e sua manifestação cerceada pelos ritos e normas que regem estas reuniões, antes livres, agora formais.

Para além das paredes organizacionais, os tentáculos da normatização trazem para o espaço público a regra da ocupação. À praça não é mais “do povo, como o céu é do condor” como escreveria Castro Alves. Se antes ali poderiam ser efetuadas as manifestações gerais da população, este lugar é agora normatizado em seu uso por ofícios, petições e toda sorte de documentos necessários para seu uso.

A quem se destina o lugar praça?

É preciso então estabelecer a leitura da praça como local de normatização objetiva, transformado pela ação subjetiva do povo.

Excetuando-se situações nas quais tais espaços são sumariamente destruídos, a permanência da praça resiste. Seu tamanho vai sendo reduzido ao longo do tempo assim como são reduzidas as participações populares nas decisões cruciais, mas ainda que ínfimo o espaço está lá; mas o texto que esta representa é sutilmente modificado com intervenções que buscam alterar a característica de debate transformando-a em local de esporte, lazer e comércio em detrimento de sua definição de espaço para debate, decisão e cultura.

O público da praça passa a ser sazonal. Com grupos ocupando especificamente cada qual seu quinhão em determinadas horas do dia e para determinadas funções, figura 22.

**Figura 22** – Catedral de Santa Rita de Cássia em Itumbiara (GO). A Igreja Católica assume na praça uma função permanente e não temporária.



Fonte: RODRIGUES, J. M. - 2016

Nas praças aqui estudadas esta separação é nítida; com a Praça da República destinada à parcela católica e ao comércio, a Praça São Sebastião voltada para a prática de esporte e a Praça da Bandeira utilizada para o lazer, como as festas religiosas, figura 23.

**Figura 23** – Barraquinhas em homenagem a Santa Rita, que anualmente ocorrem em



Itumbiara (GO) entre os **10 e 20 de Julho**

**Fonte:** RODRIGUES, J. M. – 2016

Assim a praça se destina a grupos específicos que tem acesso às mesmas para tais práticas, ficando às demais parcelas da população o uso para trânsito ou trabalho informal. Caso dos estudantes que por ali transitam para acessar as escolas do centro da cidade, trabalhadores da rede bancária, ou comércio do entorno; e por fim os guardadores de carros que durante o horário comercial ou em dias de festejos ligados a igreja situada na Praça da Bandeira tiram dali seu sustento.

As praças aqui estudadas destinam-se a população que habita, transita ou presta serviços à elite urbana de Itumbiara (GO) que faz do centro histórico da cidade, seu centro de consumo. A praça não é para todos, antes é um lugar onde as relações estão bem delineadas e as classes sociais estão claramente definidas.

Nesta leitura das interações do ser no lugar percebe-se que o que existe é uma reprodução das estruturas sociais que se replicam do centro para a periferia: nesta análise a relação de prestação de serviços e consumo destes serviços faz da praça pública um espaço destinado a sedimentação das relações de poder na cidade de Itumbiara (GO), de um lado o comércio – estrutura capitalista que dirige as relações de consumo na região central; de outro a estrutura religiosa, incrustada na onipotência da Catedral Santa Rita de Cássia que além de

sedimentar o poder da igreja católica na região, utiliza a praça como seu local de comércio quando das festividades de Santa Rita.

Quando nos voltamos a pergunta inicial: Espaço público para quem? Percebemos que os donos do espaço público em Itumbiara (GO) não são mais as pessoas, mas o comércio e a igreja, que subjetivamente selecionam aqueles que vão usufruir daquilo que – em uma primeira acepção – foi edificado para ser utilizado por todos.

#### 4.4.2 ESPAÇO PÚBLICO PARA QUÊ?

##### **Considerações de Aninha**

Melhor do que a criatura,  
fez o criador a criação.  
A criatura é limitada.  
O tempo, o espaço,  
normas e costumes.  
Erros e acertos.  
A criação é ilimitada.  
Excede o tempo e o meio.  
Projeta-se no Cosmos.  
(CORALINA, 2004)

Sumariamente esta pergunta poderia ser respondida em uma simples afirmação: espaço público para se viver plenamente. Mas parte-se daí a indagação acerca do que seja viver plenamente e desta, centenas, talvez milhares de outros questionamentos advenham.

Neste emaranhado de respostas o foco se volta para a delimitação (indelimitável) de que o espaço público com a necessidade de retomada ampla que sua formulação histórica possui deve ser antes de tudo um espaço de educação e socialização, ações dicotômicas e multidisciplinares em sua totalidade, haja vista que que a educação socializa e a sociedade ao socializar se educa na formulação das relações de trabalho, cultura, lazer e debate voltadas para sua própria transformação. Erros e acertos são avaliados à luz da educação e – por ela – encontram –se soluções intrincadas para os mais diversos problemas sociais.

Embora o ser humano possua limitações sua capacidade de criar é ilimitada quando colocada em debate. E o debate não ocorre apenas nas instituições, outrossim o debate é frutífero quando extrapola os muros da escola, os muros das instituições e ganha a visão multifacetada de diversas classes sociais.

A praça é então um espaço da educação informal, educação esta que é organizada pela sociedade civil em todos os campos em todas as classes. Desta forma o espaço da cidade se converte em espaço de educação permanente.

Na elaboração do espaço social educacional o ir e vir configura-se não em ação autômata, mas em uma situação de construção do conhecimento, ou na visão da pedagogia proposta por Paulo Freire a educação passa a utilizar aquilo que é de todos para a formação de cada um. O espaço converte-se em local de aprendizado fornecendo subsídios para a reflexão e sofrendo as intervenções que se destinam a formação de cada pessoa que dele usufrui.

Assim o cidadão passa a pensar a cidade e, por conseguinte apropria-se dos espaços transformando-os a medida em que se converte em sujeito da elaboração da cidade e deixando para trás o papel de mero receptáculo de ordens que nada questiona apenas segue. Assim ela passa a perceber que suas demandas são oriundas de ações coletivas e, ele sendo parte desta coletividade passa a agir sobre elas.

Desta forma é válido refletir que o espaço converte-se em espaço do e para o cidadão, elaborando-se como espaço de interação social no qual a vida social ocorre por comunicação direta e trocas sociais iniciadas por ações que promovam a sociabilidade em seus divergentes aspectos, como salienta SILVA (2009 p. 48)

A importância da interação social e das trocas sociais reside na promoção de sociabilidades, responsáveis por diluir o isolamento entre a população. Em um momento da sociedade contemporânea onde algumas facetas do isolamento se fazem visíveis, tanto na escala urbana - através dos enclaves e dos guetos urbanos, além da fragmentação e da dispersão da urbanização - quanto com relação ao isolamento social promovido pelo crescente individualismo imposto, em parte, pelo desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e mobilidade, o espaço público tem um papel preponderante ao propiciar e estimular a interação social e as trocas sociais. Não obstante, deve-se atentar para o fato de que a interação não diz respeito apenas às trocas harmônicas, já que o conflito faz parte das diversas formas de contato e comunicação e umas das maiores riquezas do espaço público é a possibilidade de se administrar estes conflitos de forma positiva.

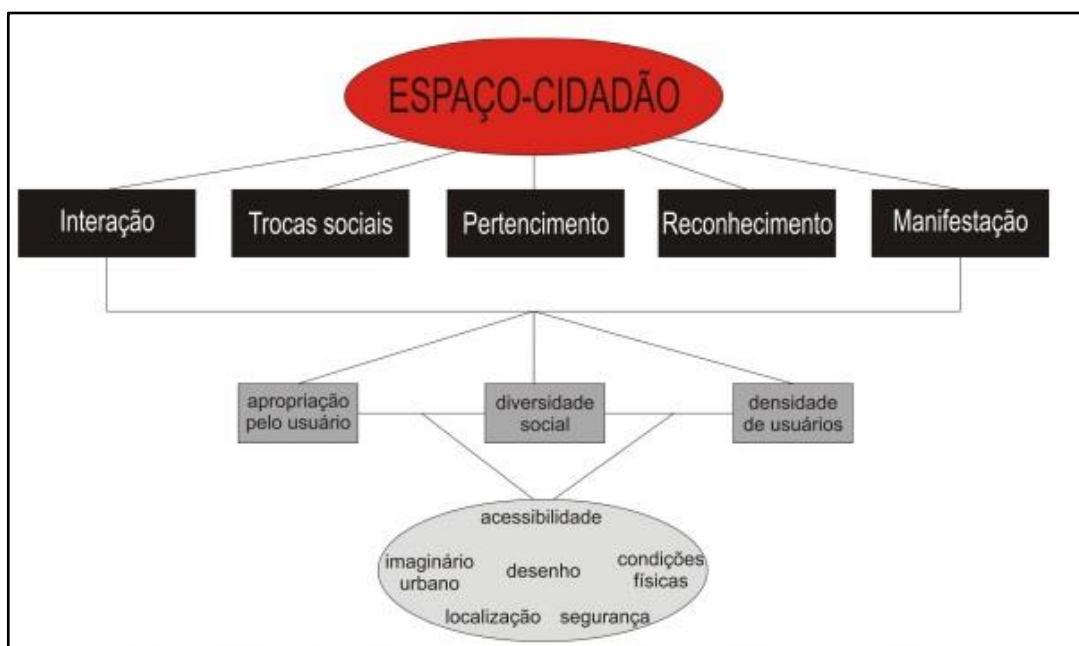
O crescimento vem então das ações elaboradas para a interação. Assim o espaço serve para a troca e é papel das instituições que administram o bem público propiciar esta troca trabalhando o espaço público de forma a torna-lo convidativo ao uso. Tais ações se dão com a restauração e manutenção, princípios básicos da sedimentação da identidade do cidadão a fim de estabelecer entre ele e o lugar uma noção de pertencimento que incentiva a participação individual nas ações coletivas. O espaço é então – diretamente o espaço público – local estrategicamente voltado para forjar o sentimento de comunidade nas pessoas e assim leva-las a elaboração do conceito de grupo social que se vê livre – e o é pela educação – para manifestar suas vontades e demandas no *corpus* da cidade.

No espaço público, a manifestação é tanto uma forma de interação social, já que supõe algum tipo de troca, ainda que semiótica, quanto um meio de se fomentar o sentido de pertencimento, bem como o reconhecimento do papel do indivíduo na coletividade. O espaço-cidadão deve permitir a manifestação em todos os seus vieses, política, social ou cultural, que pode incluir aspectos artísticos, religiosos, esportivos, entre outras. É pertinente destacar que a manifestação, enquanto expressão social sempre tem mais êxito em contextos no quais não há cerceamento de liberdades individuais. (SILVA 2009 p. 49).

Na elaboração do espaço para a educação e uso social é imprescindível a localização, acessibilidade, segurança e condições de uso; nesta ótica as três praças objeto de estudo não estão destinadas a toda população e suas acepções para a educação se restringem às escolas do entorno. Mas a observação da educação como exercício da formação de multiplicadores leva a elaboração da ideia de que esta visão da praça enquanto local social, pode ser expandido para outros locais e praças fora do centro; elaborando um processo em cascata do uso educacional social do espaço urbano e – por sua vez – despertando nas comunidades adjacentes a busca pelo espaço público seu no contexto dos bairros, o que amplia a perspectiva da interação e do debate que se expande para outros questionamentos.

Assim no ideário de Silva o espaço cidadão – uma vez voltado para esta sua característica prima – daria impulso para a continuidade do espaço urbano e criação de um sistema mais abrangente para os espaços livres, como mostra a figura 24.

**Figura 24** – Espaço Público e Cidadania



**Fonte:** SILVA (2009)

O que chama a tenção para a elaboração do espaço urbano enquanto espaço de educação, formação e multiplicação é sua capacidade de congrega vários grupos e dialogar com inúmeras

estruturas e formas de elaboração de conhecimento. Tal perspectiva abarca uma série de ações que encontram terreno fértil na praça, lugar para o qual convergem os cidadãos na cidade de Itumbiara (GO) e do qual podem ramificar diversas experiências sociais.

#### 4.5 A Preservação Ambiental no Lugar Público

As cidades brasileiras refletem uma formação urbana capitalista e calcada na delimitação de locais para uso mediante a exploração da terra. Seja para o comércio de bens e serviços, seja para a ocupação do espaço como moradia, tudo no contexto urbano é medida de valor. Assim o espaço urbano será definido em Roberto Lobato Corrêa (2003) como:

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui – se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a *organização espacial* da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado. (CORRÊA, 2003. p. 7).

O que é perceptível então é que a cidade possui espaços de uso coletivo que concentram em sua essência diferentes valores materiais e imateriais. Como o centro da cidade é o objeto do estudo nesta pesquisa, e mais pormenorizadamente a Praça da República, o que se lê em Corrêa quando o diálogo se volta da definição geral para o objeto é que a praça central concentra todos os usos pertinentes ao espaço urbano em visão microcós mica. Assim a relação da praça com os demais espaços da cidade é a representatividade de suas diferentes camadas em um espaço da terra ocupado com usos justapostos que se alternam de acordo com as necessidades comerciais, culturais e sociais da população e seus gestores diretos e indiretos.

Na leitura destes espaços a alteração, mesmo que tênue, das características materiais subentende-se uma alteração em ondas no contexto imaterial que a praça representa. A *organização espacial* é então modificada e, por conseguinte, todas as demais relações, abrindo então novos precedentes de uso e minando outros usos já intrincados neste espaço que, neste processo, muda também o relacionamento das pessoas com o meio e assim suas relações comerciais e sociais.

A estranheza proveniente das reformas em detrimento da restauração é desencadeada então pela ideia de não pertencimento que se estabelece entre o cidadão e a praça. O ser humano estabelece relações sutis com o espaço, mas a consideração capitalista deste mesmo espaço não se volta para estas afinidades subjetivas; seu maior foco é na rentabilidade por metro quadrado e, assim a área urbana é considerada “degradada” ou “deteriorada” quando existe a “perda de função, ao dano ou à ruína das estruturas físicas, ou ao rebaixamento do nível de valor das transações econômicas de um determinado lugar” (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 3) o que leva a dois pressupostos que podem ser adotados nesta situação: em um primeiro a avaliação do bem sob aspecto objetivo e subjetivo leva à restauração e sua preservação como um todo – aspectos arquitetônicos, ambientais, sociais, culturais e históricos – imprimindo valor ao contexto e resgatando funções para o espaço. Uma segunda leitura parte de uma visão mais simplista segundo a qual a perda da função constitui condição *sine qua non* para a reedificação do espaço como forma de revalorização e modernização.

Nos estudos de Heliana Vargas e Ana Luisa Castilho (2006) existe uma proposta de periodização à partir da década de 50, segundo a qual as autoras estabelecem que nos anos de 1980 a 2000 existe uma proposta de reinvenção urbana que se propaga até a atualidade. Neste contexto globalizado tudo é consumível inclusive o espaço público que passa a ser visualizado como local a ser destinado a gerar emprego e renda, assim como qualquer outro espaço da cidade capitalista que é alterado como forma de promoção econômica, visão segundo a qual o espaço deve ser modificado para criar uma imagem atrativa, comercial; mesmo que isso mascare as contradições sociais e não seja pautado em políticas públicas efetivas para a resolução dos problemas da população. Desta forma a praça reformada torna-se não um espaço de interação social coletiva, mas uma formulação de espaço *show* no qual o objetivo de ocupação se voltará para aqueles que podem pagar pelo uso na forma de consumo, ou seja, a praça enquanto espaço popular – se transforma em espaço de determinada classe social extirpando seu uso coletivo como forma de saneamento.

[...] enquanto a imagem da cidade pode ser um elemento importante para atrair capital e pessoas, em um período de intensa competição urbana, lugares espetaculares e festivais públicos servem, também, para ofuscar fortes conflitos sociais e desigualdades. A sociedade pós-moderna provê sua população, como os antigos imperadores romanos provinham, de panem et circencis, ou pão e circo, para sustentar a ordem capitalista (Harvey, 2000). Problemas como gentrification (enobrecimento) são mascarados pela imagem de um urbanismo espetacular que simula a requalificação do centro, legitimando a atuação do poder público nas diversas instâncias de modo a gerar o suporte político necessário para minimizar a oposição (Reichl, 1999) (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 45).

Mesmo que tenham surgido políticas patrimoniais específicas durante as décadas de 80 e 90, tais políticas buscavam uma unidade de estilo como bem salienta (SCOCUGLIA, 2004b, p. 49). Desta forma os espaços que não correspondiam a esta definição eram sumariamente descartados o que, em primeira instância, desconsidera o caráter afetivo social do espaço para a população como um todo.

É preciso e urgente repensar então a apropriação destes espaços a luz da retomada da geografia cultural de Claval, 2001 que definem os lugares para além de “sua forma e cor, racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam”. Este pensar para além do espaço físico não invalida a geografia física que o constitui, outrossim consiste em uma forma plural da leitura geográfica elevando a compreensão sob aspectos muito mais amplos e com uma gama maior de significados para o contexto sob o qual a geografia venha a se debruçar, pois é na leitura multifacetada que conseguimos perceber que as alterações no espaço físico material alteram o pressuposto imaterial do mesmo.

Desta forma a reforma da praça pressupõe a modificação dos grupos que a frequentam seja no espaço que os mesmos ocupam na praça que acaba por ser alterado, seja na migração destes grupos para outros locais, públicos ou não. Mas a mudança de endereço não é reflexo de solução, outrora a modificação da cidade apenas altera a localização e, muitas vezes, altera para situações mais precárias. Extirpadas de cobertura vegetal mitiga-se o conforto térmico, altera-se a qualidade de vida nestes locais, por vezes tornando-os receptáculos de uma flora dissonante da flora primária e alterando, por conseguinte os fluxos migratórios de aves e símios; deixando claro que a pequena alteração da cobertura vegetal não impacta somente situações sócio culturais, mas o ambiente como um todo em um processo amplo e irreversível. Assim define Santos (1988):

O exame do que significa, em nossos dias, o espaço habitado, deixa entrever, claramente, que atingimos uma situação-limite, além da qual o processo destrutivo da espécie humana pode tornar-se irreversível. O espaço habitado se tornou 'um meio geográfico completamente diverso do que fora na aurora dos tempos históricos. Não pode ser comparado, qualitativa ou estruturalmente, ao espaço do homem anterior à Revolução Industrial. Conforme assinala Garrett Ekbo em seu belo livro *A Paisagem Que Vemos*, com a Revolução Industrial a articulação tradicional, histórica, da comunidade com o seu quadro orgânico natural, foi então substituída por uma vasta anarquia mercantil. Agora, o fenômeno se agrava, na medida em que o uso do solo se torna especulativo e a determinação do seu valor vem de uma luta sem trégua entre os diversos tipos de capital que ocupam a cidade e o campo. O fenômeno se espalha por toda a face da terra e os efeitos diretos ou indiretos dessa nova composição atingem a totalidade da espécie. Senhor do mundo,

padrão da Natureza, o homem se utiliza do saber científico e das invenções tecnológicas sem aquele senso de medida que caracterizará as suas primeiras relações com o entorno natural. SANTOS (1988. p. 16).

Nesta avaliação tanto a postura de Santos quanto a leitura de Vargas e Castilho, dialogam com o ideário de Claval, pois ao avaliarmos o contexto geográfico por Santos exposto fica clara a visão de que a apropriação do espaço aliena a cidade de si mesma, quando por necessidade do capital são retiradas árvores e animais do contexto urbano que acaba afetando a qualidade de vida do ser humano que ali também habita. Este impacto na vida humana altera a ocupação dos espaços nas cidades que não mais simpatizam com os valores imateriais intrínsecos às pessoas gerando cidades desprovidas de soluções sociais e políticas públicas de qualidade que, desprezam as necessidades coletivas descritas por Vargas e Castilho. Culminando assim na perda do sentido de pertencimento como salienta Mondana e Söderston.

A compreensão da praça, do bairro e da cidade como um todo constitui uma leitura em camadas que se desdobram em uma série de meandros sutis impactantes em curta, média e larga escala. A praça se transforma então em uma edificação desprovida de significado que pode ser facilmente englobada nas necessidades econômicas, perdendo assim sua função de local coletivo e voltando-se para se transformar em espaços semi particulares que segregam a população menos abastada e favorece o lazer das elites.

Mais próximas da visão empresarial e imobiliária, as políticas urbanas de revitalização passaram a voltar-se, majoritariamente, para propostas de recuperação econômica e do estoque de construções em seu valor imobiliário, sobretudo os espaços e paisagens protegidos pela legislação e localizados em áreas centrais ou lugares de origem das cidades, estimulando e promovendo sua conversão em novos usos do setor terciário, com ênfase na diversão, lazer e turismo (SCOCUGLIA, 2004b, p. 68).

Desta forma se a natureza – fauna e flora – na praça muda, a relação homem – praça também muda, afinal o ser humano é parte salutar neste ambiente e sua ação é impactada pelas ações empreendidas neste contexto. A alteração de pontos de táxi ou mesmo sua extinção faz com que estes trabalhadores procurem locais onde tenham mais qualidade de trabalho; locais desprovidos de tapumes e onde sejam protegidos do sol por árvores, por exemplo. Vendedores ambulantes também seguem o mesmo fluxo, alterando consigo o fluxo de pássaros que se alimentam em seu redor. Liga-se a esta mudança a população mendicante que sem o contexto comercial de taxistas e vendedores ambulantes e sem o amparo e proteção das árvores também muda de lugar. Identificamos então que a reforma, sem a preocupação do estudo prévio e desprovida de políticas públicas de qualidade, acaba por valorizar apenas os comércios

formais, outrossim cria inúmeras dificuldades para os informais e ainda faz com que a falsa ideia de extermínio de usuários de drogas e mendigos seja apenas uma “mudança de endereço” para este que é considerado um problema que deveria ser resolvido com assistência social e médica adequadas.

O que se pretende com a reforma é então uma questão muito claramente respondida: esterilizar o centro das cidades e elaborar um espaço show que seja retrato daquilo que se objetiva como cidade ideal para o contexto capitalista: limpa, organizada e sem a “assustadora” manifestação das organizações coletivas.

Com a restauração, mesmo que nem todas as relações sejam mantidas, a proposta volta-se sim para a diminuição dos moradores sem teto da praça – que veem na praça seu teto – mas com uma avaliação mais minuciosa que aplique neste contexto uma análise que culmine na ação social devida fazendo com que haja realmente uma política de recuperação do ser humano e não apenas uma mudança de endereço do grupo que continuará desassistido pelo poder público.

A leitura do processo de restauração contempla ainda as relações sociais dos trabalhadores com a praça. Os vendedores ambulantes e taxistas que retiram o sustento deste espaço são transformados em colaboradores no contexto da praça restaurada e esta relação é sedimentada devido ao fato de que a restauração do espaço não desconstrói o valor imaterial que a praça tem para estas pessoas. De posse deste valor imaterial a noção de preservação e cuidado torna-se não apenas latente, mas mais forte; agregando valor ao espaço restaurado.

A estranheza se dá no momento em que a reforma soterra a restauração, uma vez que esta última busca resultados positivos nas mais diferentes escalas de preservação do espaço da praça. Esta constatação nos traz a sedimentação da ideia cidade/ empresa segundo a qual a ocupação do espaço urbano somente acontecerá de forma satisfatória caso seja resultado dela o ganho material. Não se pressupõe com as reformas a situação do “ficar na praça”, mas a praça como espaço de trânsito, muitas vezes literalmente com a redução do espaço da praça e a transformação desta fatia “engolida” na reforma em estacionamentos que buscam atender ao comércio do entorno, ou seja: a reforma tem como mote a resposta capitalista positiva à iniciativa privada que visa transformar o espaço estéril de vida – humana, fauna e flora – em depositário de monumentos desvinculados da realidade inicial da praça ou da história da cidade e sua cultura.

Na avaliação da cidade atual é mister repensar quem é que atua como sujeito que define o que deve ser considerado patrimônio histórico na cidade. Se a população que usa, usufrui, altera e produz no espaço ou se vetores de gestão que inúmeras vezes atuam alheios a realidade

da vida popular. Na avaliação imaterial que propomos, esta capacidade de avaliar o que deve ser patrimônio recai então sobre a população que, em meio democrático, responde ela pela sua própria cidade.

A praça reformada é então mais um atentado contra a humanidade das relações que o estabelecimento de um novo espaço. Esta postura reflete as novas cidades e suas inospitalidades como salienta Carlos (2007. p. 20) “E a metrópole está cheia destes lugares, vazios de sentido para o cidadão comum, do ponto de vista das possibilidades amplas do uso, mas sob a mesma concepção – onde as formas se impõem a apropriação. ”

E se Carlos (2007) debruça-se sobre a metrópole esta avaliação, por mais que se depreenda do olhar sobre as grandes cidades, é – claramente aplicável – às cidades do interior do país ao atentarmos para o fato de que a ocupação interiorana não apenas reflete a postura das metrópoles, mas que; segundo o referencial adotado – cada cidade do interior do país constitui referência metropolitana para seu entorno, especialmente a cidade de Itumbiara (GO) que é centro financeiro, econômico, cultural e social para a Microrregião do Meia Ponte na qual se localiza.

Assim a lógica plural proposta por Carlos (2007) é uma leitura do espaço geográfico como um todo que representa as relações sociais de forma inequívoca e intrincada segundo as quais a leitura da metrópole se aplica nas relações de ocupação empreendidas em todo o território brasileiro, e baliza as transformações que impactam a maneira de ver as cidades como organismos vivos que interagem com a fauna e flora impactando diretamente na constituição material e imaterial do ser humano.

Sua premissa de leitura volta-se para a análise do cotidiano que abre o diálogo entre o local e mundial, intrincada teia de trocas que constitui a formação do espaço urbano.

O caminho que se abre à análise é pensar o cotidiano – onde se realizam o local e o mundial – que é um tecido pelas maneiras de ser, conjunto de afetos, as modalidades do vivido, próprios a cada habitante produzindo uma multiplicidade de sentidos. Podemos buscar o entendimento do lugar nas práticas mais banais e familiares o que incita pensar a vida cotidiana segundo a lógica que lhe é própria e que se instala no insignificante, no parcelar, no plural. (CARLOS, 2007. p. 20)

A lógica de cada cidade e sua necessidade de sobrevivência enquanto *locus humanus* é a busca diária pela restauração das relações espaciais que o espaço da cidade internaliza ao longo de sua intensa formação e reformulação constantes. Esta lógica plural versa sobre as características elaboradas nas sutis relações pessoais, culturais e sociais e não responde apenas

a imbrincada rede de tabelas e gráficos de lucro capital, pois este entendimento do lugar capitaliza bens intangíveis que multiplicam ações mais finas entre pessoas e o meio ambiente, entre o meio ambiente e o espaço geográfico e entre este último e as relações de trocas sociais.

Nenhuma ação de restauração do espaço urbano deve alienar-se da compreensão subjetiva do espaço, pois mesmo que sua idade enquanto bem histórico não seja secular, o valor do bem e sua historicidade transcende o tempo e se imbrica na alma das pessoas que formaram este patrimônio.

#### **4.6 Pertencimento, Ambiente e sua relação com a Cultura**

Discutida a noção de pertencimento concomitante a teoria de assenhramento do lugar pressupõe-se a elaboração do ambiente e sua cultura simbioticamente atuantes para a formulação da leitura de pertencimento. Tal leitura se elabora subjetiva uma vez que o conceituar cultura depende – e outra vez mais é preciso salientar – do referencial que é adotado para a leitura do lugar, ao passo que este tangencia as percepções individuais que estabelecem uma ligação tênue entre o objeto mensurável da geografia física e o impalpável subjetivo da geografia humana no lugar. Diálogo este construído na fala de Virilio (1993)

A supremacia recuperada pela distância – velocidade (MATCH, BIT, SEGUNDO, NANO – SEGUNDO, ETC) sobre o espaço (km) e o tempo (km/h) restaura esta “grandeza primitiva”, vetor privilegiado da organização pré – geométrica do espaço , e contribui assim para dissolver a estruturação tradicional das aparências, a percepção comum do espaço sensível, estruturação esta fundada desde a Antiguidade sobre os méritos mnemotécnicos da geometria de Euclides, geometria das superfícies regradadas, regradadas ou antes reguladas pelo sistema das dimensões, pela decupagem de um cosmos em que a medida das superfícies dominava , tanto em termos da extensão geográfica e do cadastro (urbano e rural) quanto na repartição arquitetônica dos elementos construídos. Hoje é esta visão de mundo dominada pela ortodoxia ortogonal que se perde em uma apercepção na qual a noção de dimensão física perde progressivamente seu sentido, seu valor analítico enquanto decupagem, desmontagem da realidade perceptiva, em benefício de outras fontes de avaliação eletrônica do espaço e do tempo que nada tem em comum com as do passado.

A partir de agora assistimos (ao vivo ou não) a uma CO-PRODUÇÃO da realidade sensível na qual as percepções diretas e mediatizadas se confundem para construir uma representação instantânea do espaço, do meio ambiente. VIRILIO (1993 p. 22).

Nesta leitura atual instantânea, rápida, fulgaz e fluida é realmente mais complexa a percepção do pertencimento uma vez que tudo parece mudar muito rapidamente, mas o pertencer tem suas características peculiares. Quem estabelece esta relação com o lugar percebe que a fluidez e rapidez tecnológica da atualidade pode mascarar o subjetivo na relação homem ambiente, mas mascarar não significa destruir e a relação de pertencimento, mesmo não explicitada resiste.

Esta resistência é estabelecida no fato de que a cidade, a praça, podem ser modificadas, mas a essência de sentido que condensam: a cidade como lugar de acolhimento, a praça como lugar de nascimento desta cidade está embrenhada na história do espaço e, por conseguinte, na história daquelas pessoas que deste espaço participam.

**Figura 25** – Praça da República Itumbiara (GO)



**Fonte:** RODRIGUES, J. M. - 2016

Em Santos temos que o movimento das paisagens requer a avaliação de um contexto nem sempre visível para o leitor desavisado. A elaboração da praça nascida como ponto de

partida de uma cidade, realmente advém de uma premissa una de cidade, mas a percepção da praça enquanto lugar na cidade é fruto de formas – lugares diferentes para cada referencial abarcado nesta atividade.

A paisagem tem, pois, um movimento que pode ser mais ou menos rápido. As formas não nascem apenas das possibilidades técnicas de uma época, mas dependem, também, das condições econômicas, políticas, culturais etc. A técnica tem um papel importante, mas não tem existência histórica fora das relações sociais. A paisagem deve ser pensada paralelamente às condições políticas, econômicas e também culturais.

Desvendar essa dinâmica social é fundamental, as paisagens nos restituem todo um cabedal histórico de técnicas, cuja era revela; mas ela não mostra todos os dados, que nem sempre são visíveis. SANTOS (1988 p. 24).

Nesta avaliação paralela a cultura exerce notório papel na elaboração do lugar. É no arcabouço cultural que norteia as relações sociais de determinada sociedade que está a proximidade do indivíduo com o meio. Na elaboração da tríade pertencimento – ambiente e cultura a valorização trabalhada pela cultura direcionada a cada ambiente é que fomenta a noção de pertencimento que, por conseguinte elevando-se o pertencimento é que há a simbiose com o ambiente no qual o indivíduo está inserido o que acaba por fomentar a disseminação da cultura de determinado lugar. Ora, isto posto é perceptível que a compreensão destes três elementos constitui via de mão dupla responsável pela identidade e – sedimentação desta identidade ao longo do tempo.

Neste processo de formulação tanto o ambiente quanto a cultura sofrem os impactos diversos e simultâneos que culminam na elaboração da estrutura do lugar como pondera Santos.

E, num determinado lugar, não há técnicas isoladas, de tal modo que o efeito de idade de uma delas é sempre condicionado pelo das outras, O que há num determinado lugar é a operação simultânea de várias técnicas, por exemplo, técnicas agrícolas, industriais, de transporte, comércio ou *marketing*, técnicas que são diferentes segundo os produtos e qualitativamente diferentes para um mesmo produto, segundo as respectivas formas de produção. Essas técnicas particulares, essas “técnicas industriais”, são manejadas por grupos sociais portadores de técnicas socioculturais diversas e se dão sobre um território que, ele próprio, em sua constituição material, é diverso, do ponto de vista técnico. São todas essas técnicas, incluindo as técnicas da vida, que nos dão a estrutura de um lugar. SANTOS (2006 p. 36).

Nesta concepção não há lugar uno, estéril ou permeado por uma única base de avaliação, mas um conjunto de sensações sobre o lugar que o tornam particular até mesmo quando estas sensações são negadas.

#### 4.7 Desconstrução do Lugar nas Praças de Itumbiara-GO

No processo de modificação da Praça da República de Itumbiara (GO) empreendido no início de 2016 houve a desconstrução do lugar na praça. Neste primeiro momento a desconstrução foi impactante, objetiva e física com a demolição da fonte e a retirada do calçamento em pedra portuguesa. Para além da desconstrução física a ferida aberta no centro da cidade de Itumbiara (GO) desencadeou a extirpação do lugar para o cidadão que ali estabelecia suas relações sociais, econômicas, objetivas e subjetivas.

**Figura 26 – Praça da República Itumbiara (GO)**



Fonte: RODRIGUES, J. M. - 2016

Certo é que a paisagem sofre modificações ao longo do tempo, estas modificações são fruto de ações sociais, econômicas, etc.; mas a destruição abrupta acaba por impactar a cidade como um todo que passa a se perguntar o que virá.

No processo da Praça da República de Itumbiara (GO) o contexto da reforma foi elaborado de forma muito peculiar, pois o início da obra ocorreu sem aviso prévio e a demarcação do terreno, entrada das máquinas, ocorreu no final de semana mais especificamente

de sábado para domingo durante os festejos do Arraiá<sup>19</sup> – festa popular que ocorre tradicionalmente na cidade.

Com esta ação a população sequer pode conhecer o que pressupunha ser o a nova proposta para o lugar em questão que voltou a ser espaço aberto e sem uso. Nenhuma proposta de restauração foi pensada neste momento e o projeto tampouco foi de conhecimento público o que colaborou para a desconstrução da praça como lugar para a população itumbiareense.

Ficou a paisagem, sequer o espaço pôde ser entendido neste momento, uma vez que a vida existente na praça havia sido sumariamente demolida; extirpou-se o espaço e o lugar o que, por conseguinte estabeleceu o embate, fruto da ausência do debate que minou o pertencimento.

#### **4.8 Reconstrução do Lugar nas Praças de Itumbiara-Go**

Para a recuperação do espaço arrasado e a nova construção da percepção de lugar esta pesquisa é transposta no ano de 2017 para o plano da reconstrução do lugar na praça. De posse das leituras da cidade da importância da praça e da interação entre a praça e a necessidade da mesma para a manutenção da paisagem, reestabelecimento do espaço para posterior reconstrução do lugar no ideário itumbiareense a reconstrução do lugar nas praças de Itumbiara (GO) começa a ser possível a partir da ruptura com a reforma e um novo olhar sobre a restauração e o diálogo.

De posse dos estudos, a Prefeitura Municipal de Itumbiara (GO) adota em 2016 uma postura completamente diversa do projeto original.

São realizadas reuniões e debates para que a recuperação do espaço seja instaurada em vários pontos do novo projeto, uma vez que a reconstrução da obra fielmente ao que foi demolido era inviável do ponto de vista econômico e temporal, devido a proposta de inauguração em outubro de 2017. Tais estudos buscam atender a necessidade de recuperação da paisagem e de características históricas inerentes ao espaço que buscavam contribuir sobremaneira para esta nova interação homem/ espaço.

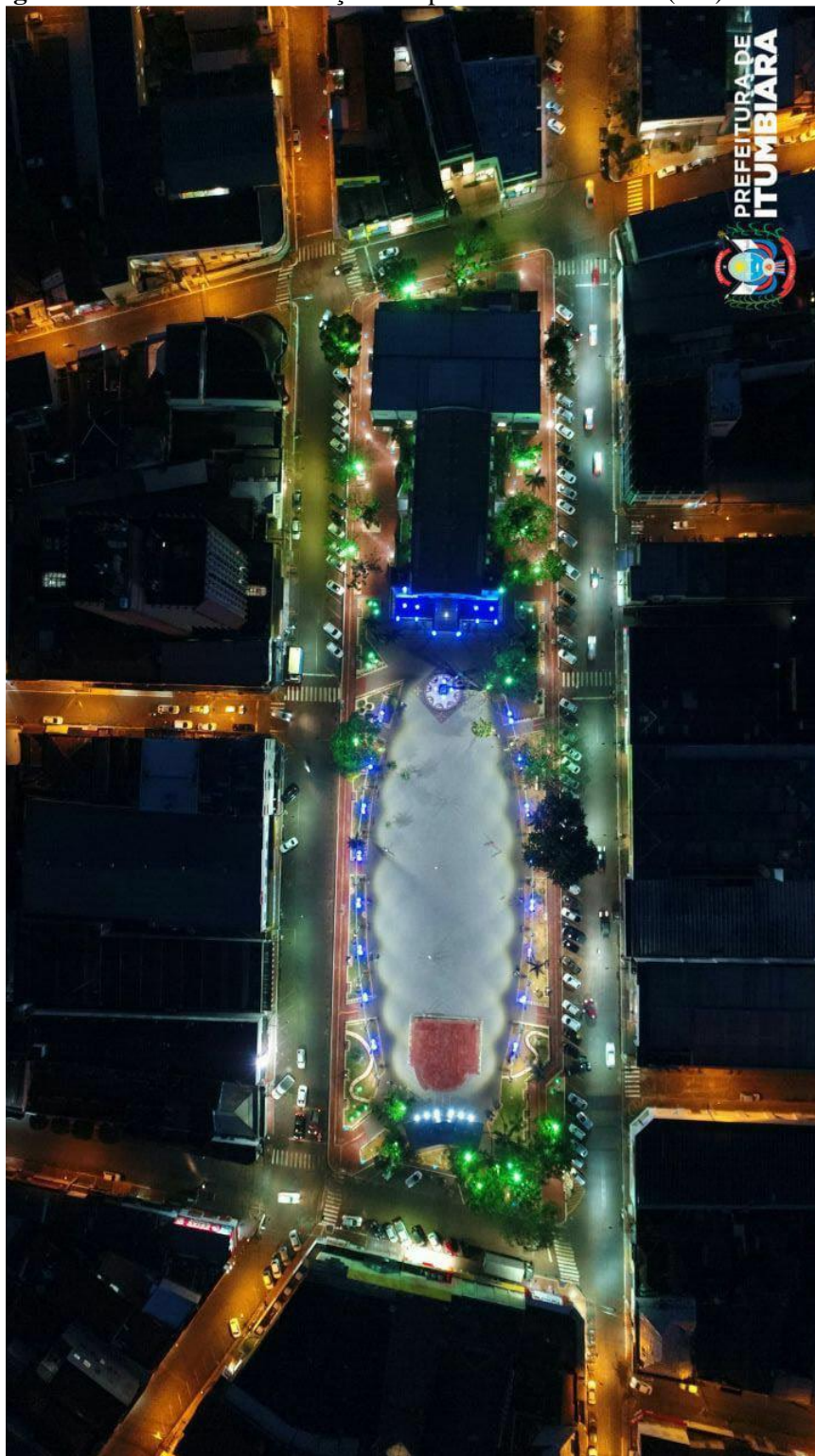
Desta feita é na Praça da República, figura 26, que se instaura o compromisso de retomada do lugar e esta noção de preservação vai se desdobrar, novamente em ondas, para a

---

<sup>19</sup> Festa popular ao ar livre, geralmente com música, comida e bebida.

praça Sebastião Xavier, mencionada no triângulo histórico; e na Praça da Bandeira, também contemplada pelo triângulo histórico de Itumbiara (GO).

**Figura 27** – Vista aérea da Praça da República de Itumbiara (GO) finalizada



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Itumbiara (GO) – 2017

Esta reconstrução vem de encontro a necessidade de amenizar a explosão/ implosão ocorrida quando da demolição de parte substancial da praça. Agora a retomada busca a interação entre o novo iminente e o histórico eminente; almejando mitigar o empobrecimento

do espaço que é retratado por Carlos e que nesta obra da praça em questão, explicitou-se pelo choque entre o existente e o imposto.

Neste interim é Tuan (1980) que orienta esta nova leitura a fim de que busque-se na nova proposta a fusão entre o novo e a percepção de passado necessária a reestruturação do lugar.

A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar. A retórica patriótica sempre tem dado ênfase nas raízes de um povo. Para intensificar a lealdade se torna a história visível com monumentos na paisagem e as batalhas passadas são lembradas, na crença de que o sangue dos heróis santificou o solo. (TUAN 1980 P. 114)

Nesta leitura é ímpar a observação de que o espaço não se configura inócuo, outrossim é terreno fértil para o brotar lugar. A paisagem natural, a paisagem modificada; caminham conjuntamente para a estruturação de uma leitura global daquilo que se configura enquanto posse, cativo, propriedade da população. É certo que a leitura capitalista está na existência do lugar utilizando-se de artimanhas cada vez mais elaboradas para esterilizar, homogeneizar e sanitizar a cidade. Existe uma corrente pós revolução industrial na qual tudo deve valer algo monetário, mas o lugar não se presta a estas promiscuidades, o lugar é pelo subjetivo do ser, o lugar acolhe, faz diminuir o passo, faz abrir o sorriso, revive memórias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos trilhados nessa pesquisa, nos conduziu ao enfrentamento científico de quem não estava familiarizada com a ciência geográfica. Os percalços interpostos, inicialmente, pelos agentes públicos da prefeitura municipal de Itumbiara (GO) e também por pessoas ligados aos mesmos, redefiniu a mesma de pesquisa investigativa, para ser também uma pesquisa proponente e de enfrentamento. Os enfrentamos se deram nas mesmas praças estudadas, na imprensa escrita e falada e também nos órgãos públicos os quais existem para atender ao povo.

Após o largo período de leitura, pesquisa e observação esta pesquisa finaliza aqui o primeiro passo dos vários que irão se propagar na cidade de Itumbiara (GO).

A avaliação do problema acerca da depredação do espaço e a depredação cultural que isto implica teve que ser contornado da Praça da República de Itumbiara (GO), pois a administração 2012-2016 em um projeto desastroso demoliu 70% da praça incluindo-se nesta porcentagem a fonte central.

Com o diálogo aberto pela administração 2017-2020 e os debates empreendidos no resgate desta sustentabilidade cultural o resultado da pesquisa foi real e palpável culminando na finalização da edificação da praça como está hoje, com o resgate da história abraçar a modernidade e a restauração do marco principal da praça a estátua de Dom Veloso que ocupa lugar à frente da Catedral de Santa Rita de Cássia.

Responde-se aqui a problemática desencadeada pelo objetivo geral que consistia em compreender como o espaço da praça era visto no contexto social da cidade de Itumbiara (GO). Antes da reforma era espaço de uso religiosos e pouca manifestação cultural, durante o primeiro projeto consistia em problema para comerciantes e transeuntes que dela não conseguiam sair, entretanto dela não conseguiam plenamente usufruir. Após a aplicação da pesquisa e o reprojeter da praça ela passa a ser espaço cultural amplo com a manutenção das árvores que não foram arrancadas pela administração 2012-2016, acolhimento dos trabalhadores que nela exercem suas atividades – revistarias, moto taxistas e taxistas – e real uso das famílias itumbiarenses.

A Praça da República de Itumbiara (GO), como pode ser observado na vista aérea noturna na figura 21, volta então a fazer parte da vida cidadina, sendo percebida como local de interação social. Neste contexto a paisagem desoladora de outrora passou a espaço a ser ocupado que em 2018 está se convertendo novamente em lugar para a população.

O resultado desta aplicação de sucesso abriu o precedente para novas intervenções nas praças Sebastião Xavier e Praça da Bandeira com menor impacto e maior assertividade, estando os dois projetos orçados e com recursos destinados pela Caixa Econômica Federal em fase de elaboração.

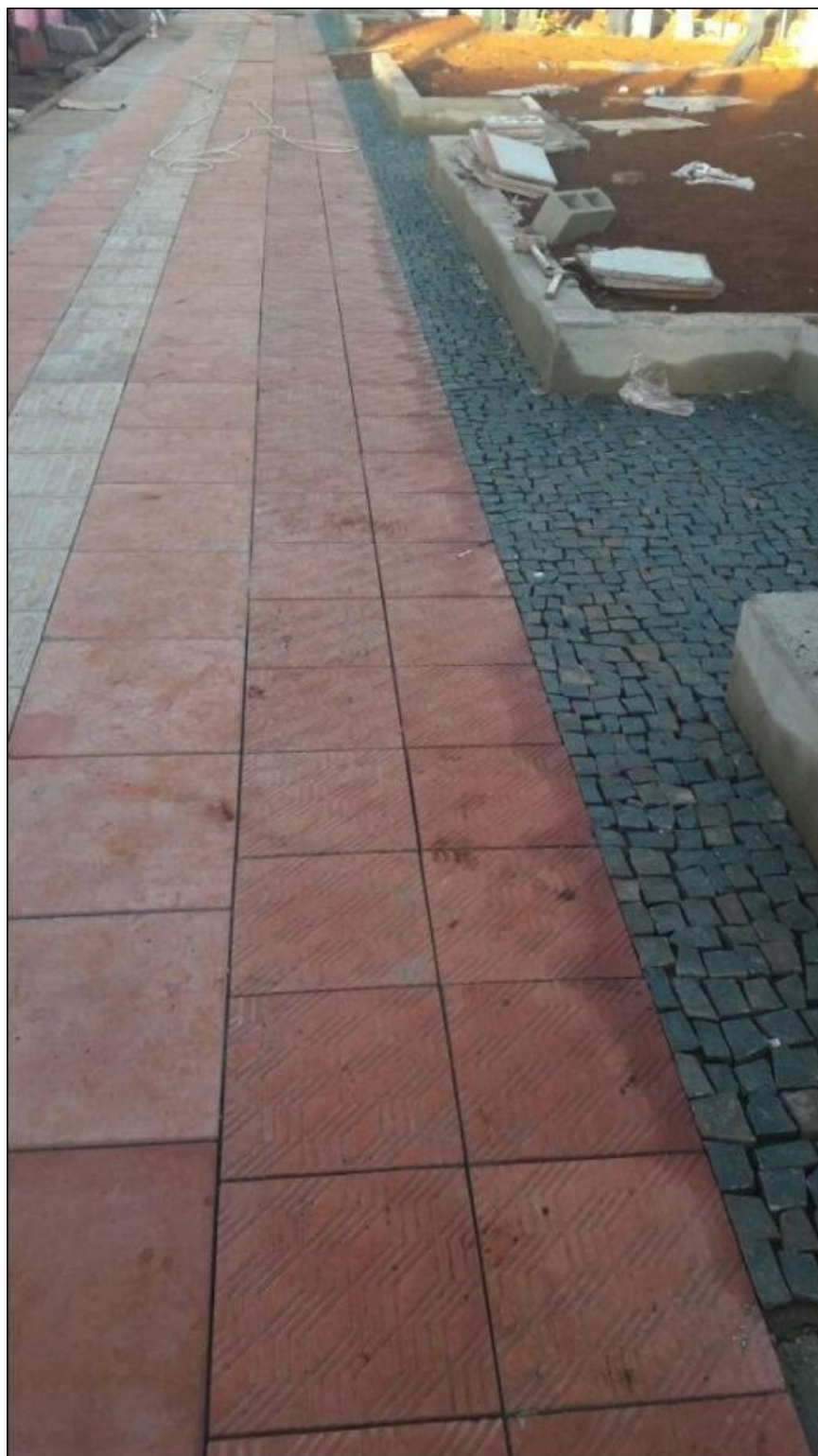
Iniciada como proposta de coleta de dados e objetivando retratar os problemas para posteriormente apresentar aqui as soluções, a pesquisa teve na Praça da República de Itumbiara (GO) seu teste de aplicabilidade objetiva; alcançando resultados muito positivos para o espaço da praça, tais como a recuperação do desenho original em pedra portuguesa junto a estátua cinquentenário que ocupa a frente da Igreja Matriz., a releitura do calçamento como parte integrante do projeto, a revitalização do espaço, o chamamento desencadeado a população para o uso efetivo da praça e o estabelecimento do pertencimento sobre a ótica da reconstrução do ideário de lugar frente a paisagem arrasada.

**Figura 28** Restauração empreendida pela pesquisadora em fragmento de pedra portuguesa



Fonte: RODRIGUES, J. M. – 2017

**Figura 29** – Detalhe do entorno da Praça da República de Itumbiara (GO) em pedra portuguesa.



**Fonte:** RODRIGUES, J. M. – 2017

Primeiramente consolidou-se para o poder público que a obra pública não se constitui adversa da população como ocorreu no primeiro projeto. Grande auxiliar da construção desta leitura é uma característica contemporânea: a internet; uma vez que quando da demolição de parte da praça as redes sociais foram arma inequívoca de propagação desta pesquisa, informação da população acerca dos problemas culturais e ambientais que a proposta inicial carregava em si.

Partindo deste esclarecimento foi aberto um canal de comunicação com a administração que alcançou o poder em 2017, canal este que abriu o diálogo para um novo projeto, agora efetuado pela administração pública na figura do prefeito José Antônio Neto e o departamento de obras na figura de José Armando Niero. Deste novo diálogo nasceu para a praça em questão um novo projeto que buscou a reestruturação do espaço pontuando-o com elementos históricos decisivos para a proximidade cidadão/prança.

Nesta nova leitura caiu por terra o projeto modernista proposto com elementos totalmente adversos ao contexto da cidade de Itumbiara (GO) que não buscava preservar nenhum aspecto da cultura, história e arte locais; ascendendo uma nova proposta com regate de reserva técnica da pedra portuguesa remanescente para restauração de fragmento original do calçamento.

O resultado desta interação culminou na aplicação do material de pedra portuguesa em todo o entorno da praça na leitura de que a história abraça a leitura moderna sem ausentar-se do espaço.

**Figura 30** Vista da lateral Direita da Praça da República de Itumbiara (GO)



**Fonte:** RODRIGUES, J. M. – 2017

Quando na análise o referencial de restauração e revitalização do lugar para as pessoas e do meio ambiente para o centro da cidade de Itumbiara (GO) se faz mister, a pesquisa alcança o objetivo de propor soluções de revitalização que foram voltadas para a reconstrução não do novo, do moderno; mas daquela que era a essência da praça para que a preservação do patrimônio ocorra em consonância às necessidades da cidade.

Entretanto quando a leitura referencial se volta para os dois vértices em aberto do centro histórico de Itumbiara (GO) percebe-se que ainda há que ser reavaliados os projetos em tramitação na PMI.

A população ao utilizar a praça desde sua inauguração acaba por subjetivamente estender sua aprovação a leitura do projeto.

Certo é que caso a abertura tivesse sido realizada na primeira etapa da edificação as transformações não seriam tão impactantes e não causariam tanta estranheza diante da derrubada da vegetação da praça, mas é preciso estender os olhos ao resultado e perceber que os projetos subsequentes já acenam com um menor impacto sobre o patrimônio da cidade de Itumbiara (GO) e um menor impacto ambiental; o que traz para a pesquisa a concretude do estudo acadêmico, aplicável e referto de soluções não apenas úteis, mas possíveis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. La poética del espacio. Primera edición em español. (Traducción de Ernestina de Champourcin). México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1965. 304p. (Breviarios; 183).

BERGER, Peter. LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERGER, Peter L. BERGER, Brigitte. KELLNER, Hansfried. The Homeless Mind. Pelican Books 1974.

BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo-vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.) Perspectivas da Geografia. São Paulo, Difel, 1995. p. 165-193.

CALDEIRA, Junia Marques. A praça brasileira : trajetória de um espaço urbano - origem e modernidade. Tese doutorado. UNICAMP: Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

CAPEL H. y URTEGA L. Las Nuevas Geografías. Colección Salvat. Barcelona (España). Editorial Aula Abierta, 1992, 64 pg.

CARTA DA TERRA, 1992, disponível em: < <http://www.mma.gov.br/informma/item/8071-carta-da-terra>> Acesso em: 8 dez. 2017.

CASTELLS, Manuel. Sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORALINA, Cora. Vintém de cobre: meias confissões de Aninha. 10. ed. São Paulo: Global, 1965.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. 5ª edição. Bertrand: Riode Janeiro, 2003

COSTA, Stäel de Alvarenga Pereira – Paisagem Ambientais: ensaios, n22. São Paulo . p. 257 – 266 – 2006

CLAVAL, P. A geografia cultural. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. \_\_\_\_\_ . Geografia Cultural: um balanço. In: Geografia (Londrina). Londrina, v. 20, n. 3, p. 005-024. set/dez. 2011. URL: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index/.php/geografia> >

DAVIES H.T.O.: NUTLEY S.M. Evidence-based policy and practice: moving from rhetoric to reality. Discussion Paper 2, Research Unit for Research Utilisation, University of St Andrews.2002.

DEL RIO, Vicente. OLIVEIRA, Livia de. (Org). Percepção ambiental: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

DEBRET, Jean Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Tradução e notas de Sérgio Millet. Tomo I (volume I e II) e TomoII (volume III) 3a. ed.. Rio de Janeiro: Editora S.A., 1972.

DUARTE, Matusalém de B. Entre o espaço global e o local: elementos para uma reflexão sócio-humanista da “explosão de espaços” no urbano. In: Caminhos da Geografia”. Universidade Federal de Uberlândia: volume 15, junho/ 2005, p. 41-47.

DURKHEIM, E., Da divisão do trabalho social. [tradução Eduardo Brandão]. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1960.

DUVEEN, Gerard. O poder das idéias. In: MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 7-28.

DUVIGNAUD, Jean. Solidariedade. Laços de sangue. Laços de Estado. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.). Textos em representações sociais. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 31-59.

PESSOA, Fernando (2014). Álvaro de Campos – Obra Completa. Edição de Jerónimo Pizarro e Antonio Cardillo; colaboração de Jorge Uribe e Filipa Freitas. Lisboa, Tinta da China.

\_\_\_\_ (2011). Crônicas da Vida que Passa. Edição de Pedro Sepúlveda; revisão filológica de Jerónimo Pizarro. Lisboa: Ática.

\_\_\_\_ (2009). Sensacionismo e Outros Ismos. Edição de Jerónimo Pizarro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Edição Crítica de Fernando Pessoa, Série Maior, Vol. X.

\_\_\_\_ (2002). Obras de António Mora. Edição de Luís Filipe Teixeira Bragança. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Edição Crítica de Fernando Pessoa, Série Maior, Vol. VI.

\_\_\_\_ (2002). Poemas Completos de Alberto Caeiro. Edição de Teresa Sobral Cunha. Lisboa: Presença.

FERRARA, Lucrecia D’Alessio. As cidades ilegíveis: percepção ambiental e cidadania. In: DEL RIO, Vicente. OLIVEIRA, Livia de. (Org). Percepção ambiental: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 61-80.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. In: Território. Rio de Janeiro, UFRJ, ano V, n. 9 (jul/dez), 2000. p. 65-83.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

GOMES, Paulo César da Costa. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- JOHNSTON, R. J. Geografia e geógrafos. São Paulo: Difel, 1986.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- KEARNS, G.:PHILO(1993) (ed) Selling places. The city as cultural capital, past and presente. Pergamon Press, Nova Yorque, 316p.
- LANE, Silvia Tatiana Maurer. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer (Org.) Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 32-39.
- LEME, Maria Alice V. da Silva. O impacto da teoria das Representações Sociais. In: SPINK, Mary Jane (Org.) O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 46-57.
- LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. São Paulo: Edusp, 1999.
- MARANDOLA JR., Eduardo; GRATÃO, Lúcia H. B. Do sonho à memória: Livia de Oliveira e a Geografia Humanista no Brasil. In: Geografia. Londrina, UEL, vol. 12, n. 2, p. 5-19, 2003. 138.
- MARTINS, Elvivo Rodrigues. Da Geografia à Ciência Geográfica e o Discurso Lógico. Tese de doutorado. Departamento de Geografia, FFLCH - USP. São Paulo, 1996. 319p.
- MELO NETO, J.C. Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes. 4º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. O homem e a comunicação: a prosa do mundo. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974.
- MINAYO, Maria Cecília de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.). Textos em representações sociais. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 89-111.
- MOREIRA, Ruy. O Círculo e a Espiral: a crise paradigmática do mundo moderno. Rio de Janeiro: Obra aberta, 1993. 142p.
- MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MOSCOVICI, Serge. On Social Representation. In: FORGAS, J. P. Social cognition; perspectives on everyday understanding. Londres: Academic Press, 1981.
- NISBET, R. Comunidade. In FORACCHI, M.M., MARTINS, J.S. (orgs.). Sociologia e Sociedade. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- NOGUEIRA, O. Os estudos de comunidade. In \_\_\_\_\_. Pesquisa social: introdução às suas técnicas. São Paulo: Editora Nacional; EDUSP, 1968, p. 171-83. ROSZAK, T. A contracultura. Petrópolis: Vozes, 1972.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Jun 2004, vol. 19, n. 55, p. 180-186.

PELIZZOLI, M. L. Correntes da ética ambiental. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROBBA, Fabio e MACEDO, S. S. Praças Brasileiras. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ROCHA, Lurdes Bertol. O centro da cidade de Itabuna: trajetória, signos e significados. Ilhéus: Editus, 2003. 139.

SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane (Org.) O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 19-45.

SANTOS FILHO, P. S. 1995. Fragmentação de habitats: implicações para conservação in situ. In ESTEVES, F.D.A. (ed.) Estrutura, Funcionamento e Manejo de Ecossistemas Brasileiros. Rio de Janeiro, PPGE-UFRJ, pp. 365-393, vol. 1.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2002a.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004b.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002c.

SÁWAIA, Bader Burihan. Representação e ideologia – o encontro desfeticizador. In: SPINK, Mary Jane (Org.) O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 73-84.

SCALDO, Gildo. UDE, Walter. Transdisciplinaridade e complexidade. In: Revista Presença Pedagógica. Belo Horizonte: Editora Dimensão, 2003. N. 52 – Vol. 9. Jul/ Ago.

SCOCUGLIA, J.B.C. Revitalização urbana e (re) invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa – 1987-2002. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

SILVA, L. Martins da - ESPAÇO PÚBLICO E CIDADANIA Usos e Manifestações Urbanas – 2009

SOARES, E. S. Religioso por natureza: cultura alternativa e misticismo ecológico no Brasil. In: \_\_\_\_\_. O rigor da indisciplina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. CORRÊA, Roberto Lobato (et. all). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SPINK, Mary Jane. Representações sociais: questionando o estado da arte. In: Psicologia & Sociedade; 8 (2): 166-186; Jul/dez. 1996.

SPINK, Mary Jane. Representações sociais: uma perspectiva interdisciplinar. VI Encontro de Psicologia Social. ABRAPSO/ Rio de Janeiro, 1991.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Capitalismo e Urbanização. Geografia Contexto. 1994.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VARGAS, H. CASTILHO. L. in Universidade Federal da Paraíba PROCESSO DE DEGRADAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS: USO E APROPRIAÇÕES DAS PRAÇAS NO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA. 2006

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. As características próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1995

VIRILIO, Paul. O Espaço crítico. Tradução Paulo Roberto Pires. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. 160 p.

WAGNER, Wolfgang. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Silva P., OLIVEIRA, Denize Cristina. (Org). Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB, 1998. p. 3-25.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2004. 141.